



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO
- PPGSAT**



**SOFRIMENTO PSÍQUICO ENTRE PESCADORES E MARISQUEIRAS DA BAÍA
DE TODOS OS SANTOS/BA.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



MARTA CRISTIANE FERREIRA DOS SANTOS

Salvador
2022

MARTA CRISTIANE FERREIRA DOS SANTOS

**SOFRIMENTO PSÍQUICO ENTRE PESCADORES E MARISQUEIRAS DA BAÍA
DE TODOS OS SANTOS E BAÍA DO IGUAPE/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho na Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilvane Lopes Pena

Salvador

2022

FONTES DE FINANCIAMENTO

B - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Bolsa nº 1897/18).
2. CNPQ – CHAMADA CNPQ ICMbio FAPs n 18 2017. Linha 2 – mata Atlântica protocolo cnp 443573524782443229. Processo CNPQ 421402017-9.

Ficha catalográfica

Bibliotheca Gonçalo Moniz
Sistema Universitário de Bibliotecas
Universidade Federal da Bahia

S237 Santos, Marta Cristiane Ferreira dos.
Sofrimento psíquico entre pescadores e marisqueiras da Baía de Todos os Santos e Baía do Iguape/BA / Marta Cristiane Ferreira dos Santos. – 2022.
181 f.: il.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilvane Lopes Pena.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022
Inclui anexos.
1. Sofrimento – Aspectos psíquicos. 2. Pescadores – Aspectos da saúde - Bahia. 3. Trabalhadoras – Saúde e higiene - Bahia. 4. COVID-19, Pandemia de, 2020-. I. Pena, Paulo Gilvane Lopes. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Medicina da Bahia. III. Título.

CDU (2007): 616.89

Elaboração (Resolução CFB nº 184/2017): Solange Mattos
CRB-5/758

MARTA CRISTIANE FERREIRA DOS SANTOS

**SOFRIMENTO PSÍQUICO ENTRE PESCADORES E MARISQUEIRAS
DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS E BAÍA DE IGUAPE/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho na Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho.

Salvador, 22 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Paulo Gilvane Lopes Pena – Orientador _____
Pós-Doutor em Saúde Coletiva pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)
Universidade Federal da Bahia

Ana Angélica Trindade (interno) _____
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Valerie Ganem (externo) _____
Maître de conférences Prof. Valerie Ganem (Examinador externo)
Université Sorbonne Paris Nord



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Medicina da Bahia
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO**
Largo do Terreiro de Jesus, s/n. Centro Histórico
40.026-010 Salvador, Bahia, Brasil.
Tel.: 55 71 3283.5573 Fax: 55 71 3283-5573
email: sat@ufba.br www.sat.ufba.br
www.medicina.ufba.br | medicina@ufba.br



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos 28 dias do mês de abril de 2022, às 11:00 horas, presente à Comissão Julgadora, integrada pelos Professores Paulo Gilvane Lopes Pena (Orientador), Ana Angélica Martins da Trindade (Examinadora Interna) e Valerie Ganem (Examinadora Externa) iniciou-se a Defesa de Dissertação de Mestrado remota da candidata **Marta Cristiane Ferreira dos Santos**: “Sofrimento psíquico entre pescadores e marisqueiras da Bahia de Todos os Santos e Santiago do Iguape/BA”. Concluída a apresentação, arguição e defesa oral da dissertação, conforme disposto no Regimento do PPGSAT, procedeu-se ao julgamento na forma regulamentar, tendo a Comissão Julgadora considerado a candidata:

Aprovada.....(Avaliação do Prof. Paulo Gilvane Lopes Pena).

Aprovada.....(Avaliação da Profa. Ana Angélica Martins da Trindade).

Aprovada.....(Avaliação da Profa. Valerie Ganem).

Encerrada a sessão, foi lavrada a presente ata que vai acompanhada dos pareceres escritos de cada examinador e assinada pela Comissão Julgadora.

Salvador, 28 de abril de 2022.

A Comissão Julgadora:

— Prof. Dr. Paulo Gilvane Lopes Pena
(Orientador, PPGSAT/UFBA)

Profa. Dra. Ana Angélica Martins da Trindade
(Examinadora Interna, PPGSAT/UFBA)

— Prof. Dra. Valerie Ganem
(Examinadora Externa, Université Sorbonne Paris Nord)

NOTAS: a) O trabalho de conclusão do Mestrado será considerado aprovado se obtiver aprovação por, no mínimo 2 (dois) examinadores.

b) A emissão dos pareceres finais dos examinadores poderão ser condicionados à efetivação de reformulações necessárias que não impliquem em alteração fundamental da dissertação. **O documento com as reformulações deverá ser entregue à Comissão Julgadora no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sob pena de cancelamento da defesa.**

**A todas as famílias que vivem ao sol e sal
enfrentam a vida com arte
na luta pela vida
ecoam um só grito
juntos no rio e no mar
mangues, campos e florestas
meu afeto e apreço
respeito
gratidão
cercas não de derrubar
(Marta Santos)**

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos eu imprimo inicialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho que como bússola, contribuiu enormemente ao meu (re) encontro com o caminho da pesquisa e da docência consciente. Também, pela maestria diante das inúmeras e diferentes demandas sociais, sobretudo pela segurança passada a nós discentes. Meus profundos respeitos e admiração aos Coordenadores do curso e ao colegiado.

Aos docentes, meus respeitos cheios de gratidão pela oportunidade em tê-los como mestres e parâmetros de seriedade e persistência em pesquisa realizada em prol da sociedade, ainda que em tempos difíceis. Obrigada pelos ensinamentos, compreensão e companhia!

Registro meu afeto, respeito e gratidão à querida Secretária Executiva Caroline Casaes, peça chave pelo acolhimento de todos desde nossa matrícula, muito contribuiu para que nossa trajetória de aprendizagem ficasse mais branda diante das exigências cartoriais.

A todos os trabalhadores técnicos e operacionais que garantem o bom andamento da engrenagem de uma organização educacional e tornam o ambiente acolhedor. Em especial às “meninas” Rita, Luciana, Lourdes, Clarice, Vera, Antônia, Clara, Marivalda, Ana Clara e ao Luís da informática, sempre todos prestativos, meu muito obrigada.

Agradeço a cada colega de curso que me oportunizou aprender a aprender. De forma leve e com doses certas de alegria encheram de vida e juventude meu percurso.

Seguem meus sinceros agradecimentos ao grupo PROSAS coordenado pela professora Doutora Rita de Cássia Franco Rêgo, a qual me inseriu ao universo da pesca. Deste grupo, especial gratidão às professoras: Louise Oliveira Ramos Machado - Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho- PPGSAT/UFBA e Doutoranda em Saúde Coletiva pela UFRJ pela sempre e sincera disponibilidade em passar o que aprende. Também, à Juliana dos Santos Müller-Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho- PPGSAT/UFBA e Doutora em Processos Interativos de Órgãos e Sistemas no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia/UFBA pela disponibilidade e orientações cartoriais.

Obrigada aos docentes/orientadores do componente qualitativo do Projeto do ENTREMARES pelo desafio, confiança e oportunidade de imersão ao universo da pesquisa social nas figuras das docentes Mônica Angelim e Ana Angélica Trindade

Grata a FAPESB, a qual disponibilizou parte do recurso financeiro para a realização deste projeto.

Agradecimentos ao professor Dr. Eduardo Mendes da Silva do Instituto de Biologia da UFBA; ao senhor Edson Machado da Cruz do CRAS de Santiago do Iguape (na época da pesquisa de campo); ao agente comunitário rural Flávio do Projeto PANACUM e Sra. Maria Antônia da Conceição (Pensão Tia Maria) pela companhia generosa. Sem vocês no campo, este trabalho não seria possível.

Gratidão à experiente Pescadora/Marisqueira Raimunda Marx dos Santos, estendeu-me a mão no momento do tombo no mangue, quando vivenciei o reconhecimento da inteligência prática das “senhoras do mangue”, assim como imprimo especial agradecimento aos líderes Erica Oliveira Matos, Edson Falcão e Dirlene Menezes de Jesus por me ajudarem a entender o lugar de gente que pesca. Desejo sempre força para continuarem na luta!

Meu agradecimento à Mestre pelo PPGSAT Luiza de Barros Monteiro pela mão estendida em momentos oportunos. Faz-me acreditar que afetos são fundamentais em todas as circunstâncias.

De forma especial, meu muito obrigada, respeito e admiração pela generosidade do mestre orientador Dr. Paulo G. L. Pena pelo desafio dado, incentivo e credibilidade na minha potencialidade quando eu mesma, muitas vezes de mim duvidei. Fez-me enxergar o possível. Sinto-me lisonjeada pela oportunidade de encontrar-me um pouco com seu universo de conhecimento, o qual serviu de régua e compasso para prosseguir.

À minha ancestralidade, gratidão incomensurável pela presença constante no meu imaginário, trazendo como baluarte motivador, mulheres negras, indígenas e mestiças, as quais nem sequer puderam adentrar num espaço escolar. Grata pela oportunidade de ser e estar um tempo depois.

Finalizo no registro de meu amor e gratidão à minha família, que de forma ímpar, me estenderam à mão em todos os tombos: Pai, irmãos e filhas foram fundamentais na caminhada.

SANTOS, Marta Cristiane Ferreira dos. **Sufrimento Psíquico entre Pescadores e Marisqueiras da Baía de Todos os Santos e da Baía do Iguape**. Orientador: Paulo Gilvane Lopes Pena. Dissertação de Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Introdução: A pesca artesanal é atividade milenar e no Brasil tem forte participação na economia extrativista desde o período colonial. O trabalho está na representação das sociedades pesqueiras como modo de vida, assim como o meio ambiente é a extensão dos processos sociais e culturais. Cerca de 1 milhão de pescadores e pescadoras artesanais ocupam territórios vulnerabilizados em condições de trabalho e de vida amalgamadas de sofrimentos negligenciados que se maximizam diante das injustiças sociais e ambientais. **Objetivo:** Este estudo objetiva compreender o fenômeno sofrimento psíquico percebido pelos Pescadores e Marisqueiras da Baía de Todos os Santos e da Baía de Iguape/BA. **Método:** Pesquisa participante, de abordagem qualitativa à luz da hermenêutica. O arcabouço teórico é delineado pelo diálogo entre as bases conceituais das Ciências Sociais e da Psicodinâmica do Trabalho. A amostra em bola de neve foi composta por 10 entrevistas semiestruturadas a pescadores, marisqueiras e lideranças das comunidades no período de dezembro de 2019 a fevereiro de 2021. Realizou-se observações e acompanhamentos aos processos de trabalho sintetizados em diários de campo. **Resultados:** A pesquisa divide-se em dois artigos. O primeiro intitulado “Sufrimento psíquico em comunidades de pescadores artesanais da Baía de Todos os Santos” revela os sofrimentos percebidos pelos trabalhadores como sensações traduzidas entre o medo, tristeza e angústia. A busca do prazer como estratégia de enfrentamento relaciona-se à preservação da identidade cultural. O segundo artigo denominado de “Trabalho, sofrimento e prazer de pescadoras artesanais em tempos de pandemia da COVID-19”, revela a díade prazer-sofrimento presente na trajetória identitária das mulheres das águas em constante ressignificação dos aspectos subjetivos do trabalho como forma de (re) existir. **Conclusão:** O estudo expõe o sofrimento psíquico, banalizado pelas políticas públicas e só percebido pelo trabalhador da pesca artesanal quando este já não pode ser transformado em respostas criativas. Expostos a riscos diferenciados à COVID-19, os processos de tensão em que passam os pescadores artesanais em tempo de pandemia dificultam o trabalho coletivo fonte de prazer, assim como de vivenciarem outras fontes de prazer reguladoras na elaboração do sofrimento patogênico em alegrias expressas. Os prazeres chegam com as práticas colaborativas em busca de soluções para a fome e interrupção do ciclo de contaminação. A alteridade domina as ações coletivas cravada na cooperação e reconhecimento entre os pares movidas pela inteligência prática no cotidiano de vida e trabalho

Palavras-Chave: Psicodinâmica do Trabalho; Sofrimento Psíquico; Prazer; Saúde do Trabalhador; Saúde mental; COVID-19; Pandemia.

ABSTRACT

Introduction: Artisanal fishing is an ancient activity and in Brazil it has had a strong participation in the extractive economy since the colonial period. The work is in the representation of fishing societies as a way of life, just as the environment is the extension of social and cultural processes. Precarious working and living conditions are surrounded by neglected suffering that is maximized in the face of social and environmental injustices. **Objective:** This study aims to understand the phenomenon of psychological distress perceived by fishermen and shellfish gatherers in Baía de Todos os Santos and Santiago do Iguape/BA **Method:** Participatory research, with a qualitative approach in light of hermeneutics. The theoretical framework is outlined by the dialogue between the conceptual bases of Social Sciences and Psychodynamics of Work. The snowball sample consisted of 10 semi-structured interviews with fishermen, female shellfish gatherers and leaders from December 2019 to February 2021. Observations and follow-up to the work processes synthesized in field diaries were carried out. **Results:** The research is divided into two articles. The first is entitled “Psychic suffering in artisanal fishing communities in the Baía of Todos os Santos”. The analysis reveals the suffering perceived by workers as sensations translated between fear, sadness and anguish. The pursuit of pleasure as a coping strategy is related to the preservation of cultural identity. The second article called “Work, suffering and pleasure of artisanal fishermen in times of pandemic of covid-19 in the Baía of Iguape/BA”, whose data reveal the pleasure-suffering dyad present in the identity trajectory of women from the waters in constant resignification of subjective aspects of work as a way to (re) exist. **Conclusion:** The study exposes the silencing of psychic suffering, trivialized by public policies and only recognized by artisanal fishing workers when it can no longer be transformed into creative responses. Exposed to risks differentiated from COVID-19, the tension processes in which artisanal fishermen spend in pandemic times hinder access to face-to-face work, as well as to experience sources of regulatory pleasure in the elaboration of creative suffering. Pleasures come with the ecological practices of knowledge in search of solutions for hunger and interruption of the contamination cycle. Otherness dominates collaborative actions embedded in cooperation driven by practical intelligence.

Key-words: Work; Psychodynamics of Work; Psychic Suffering; Pleasure; Occupational Health; Mental health; Pandemic.

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Figura 1	Indústria Veracel	32
Figura 2	Ocupação do IBAMA da Bahia	34
Figura 3	Mapa de localização da Baía de Todos os Santos	72
Figura 4	Porto de Aratu / BA	74
Figura 5	Mapa de localização da Baía do Iguape	76
Figura 6	Rota de Liberdade	78
Figura 7	Transporte animal do dendê	79
Figura 8	Ambiente insalubre de Santiago do Iguape/BA	82
Figura 9	Estação de Esgoto EMBASA de Santiago do Iguape/BA	83
Figura 10	Barragem Pedra do Cavalo	84
Figura 11	Marisqueira na lama do mangue com esponjas	85
Figura 12	Pescadora proprietária de camboa e barco	87
Figura 13	Reconhecimento do território de pesca fluvial	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de proteção Ambiental
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações.
CEAMA	Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente e Urbanismo
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DC	Diário de Campo
DMEs	Distúrbios musculoesquelético
DORT	Distúrbios Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
ENSP	Escola Nacional de saúde Pública Sérgio Arouca
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISC	Instituto de Saúde coletiva
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PROAMB	Fundação em soluções Ambientais
PTD	Psicodinâmica do Trabalho

RGP	Registro Geral da Pesca
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SESAO	Serviço de Segurança e Saúde Ocupacional
SEPIR	Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHE	Usina Hidrelétrica
USF	Unidade Saúde da Família

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	16
2	INTRODUÇÃO	17
	Pesca artesanal mundial em breve panorama	19
	A pesca artesanal em águas brasileiras: entre a tradição, os dilemas.	22
	A Pesca artesanal nas águas da Bahia - Maré de viver e resistir	29
3	REferencial teórico - Alguns Conceitos e Reflexões	35
	3.1 Trabalho	35
	3.1.1 O Trabalho como labor na pesca artesanal.....	39
	3.1.2 A presença feminina na pesca artesanal: marés de luta e (en)cantos	42
	3.2 O campo social da Saúde	47
	3.2.1 Saúde do Trabalhador no Brasil.....	51
	3.2.2 Saúde do pescador/pescadora artesanal	54
	3.3 Saúde Mental, Trabalho e heranças coloniais	57
	3.3.1 Saúde Mental na pandemia.....	60
	3.4 Sofrimento – prazer:	62
4	OBJETIVOS	67
	4.1 Objetivo Geral	67
	4.2 Objetivo Específico	67
5	PERCURSO METODOLÓGICO	68
	5.1 Tipo de Estudo	68
	5.2 Posição da Pesquisadora	69
	5.3 Estratégias metodológicas	70
	5.3.1 Lócus da pesquisa.....	70
	II - Baía do Iguape - Quilombo de gente de rio, mangue e luta.....	73
	5.3.2 A Entrada no campo e a produção de dados.....	85
	5.3.3 Aspectos Éticos.....	87
	5.3.4 Análise dos dados.....	88
	5.4 Os participantes: breve descrição	89
6	REFERÊNCIAS	94
7	ARTIGO I	111
	7.1 INTRODUÇÃO	113
	7.1.1 Vida e trabalho dos pescadores e marisqueiras da Baía de Todos os Santos.....	115
	7.2 MÉTODO	118
	7.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	120

7.3.1 Identidade cultural ameaçada: o sofrer para existir.....	121
7.3.2 Para além da escassez, medo e angústia.....	124
7.3.3 A satisfação como fonte de prazer vem com as águas.....	129
7.4 MARÉ CHEIA (IN)CONCLUSIVAS: Considerações finais	132
REFERÊNCIAS.....	133
8 ARTIGO II.....	141
8.1 INTRODUÇÃO	143
8.2 METODOLOGIA.....	147
8.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	149
8.3.1 Trajetórias identitárias sob a ótica do sofrimento e prazer	150
8.3.2 Violências silenciadas.....	154
8.3.3 Pandemia, velhos dilemas e novas dores da alma.....	157
8.4 O que concluir?	163
REFERÊNCIAS.....	164
CONCLUSÃO.....	171
APÊNDICE A	174
ANEXO A.....	177

1 APRESENTAÇÃO

A dissertação está dividida em pesquisa bibliográfica e como resultado, dois artigos. Ambos procuram responder às demandas da linha de Pesquisa em saúde dos trabalhadores da pesca artesanal do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho - PPGSAT da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Em respeito a todos os trabalhadores e trabalhadoras de maré, em primeira instância este estudo procura evidenciar os protagonistas deste universo da pesca artesanal nos âmbitos mundial, nacional e baiano em breve panorama. Há, portanto, duas intenções agregadas a esta disposição: a primeira é a de evidenciar o protagonismo desta classe de trabalhadores que resiste às agitadas águas do mundo contemporâneo capitalista neoliberal. A segunda é de mostrar como o pano de fundo amalgamado ao sofrimento dos pescadores/pescadoras e marisqueiras estampa as desigualdades sociais e os determinantes sociais da saúde.

O primeiro artigo intitulado “*Sofrimento psíquico em comunidades de pescadores artesanais da Baía de Todos os Santos*” revela os sofrimentos percebidos pelos trabalhadores como sensações traduzidas entre o medo, tristeza e angústia. A busca do prazer como estratégia de enfrentamento relaciona-se à preservação da identidade cultural, cujas especificidades traduzem um modo de ser e estar no mundo, atualmente ameaçado. O espaço geopolítico ampliado justifica-se por todo um contexto de perseguição e injustiças, o qual se generaliza por toda a BTS.

O segundo artigo denominado “*Trabalho, sofrimento e prazer de pescadoras artesanais em tempos de pandemia da COVID-19 na Baía do Iguape/BA*”, traz um recorte relacionado ao movimento de resistência das mulheres pescadoras artesanais, cujas narrativas revelam a díade prazer-sofrimento presente em suas trajetórias identitárias em constante ressignificação dos aspectos subjetivos do trabalho como forma de (re) existir.

2 INTRODUÇÃO

O sofrimento tem sido apresentado como fenômeno inerente ao desenvolvimento da humanidade evidente nas vivências de dor, frustração, contradição e mal-estar por várias correntes de pensamento referentes ao comportamento humano, mas este estudo relaciona o sofrer com “tudo que adentra o mundo humano pelo esforço humano”, como condição humana, conceito trazido por Arendt (2007, p.17).

Adentrar na investigação do sofrimento psíquico entre os pescadores/pescadoras e marisqueiras artesanais quilombolas da Baía de Todos os Santos e da Baía de Iguape é navegar em universo pouco conhecido cientificamente. Portanto, os resultados apresentados nesta pesquisa estão no âmbito da saúde do trabalhador, sobretudo diz respeito ao sofrimento psíquico relacionado às violências simbólicas entremeada pelas questões ético-políticas, sociais e ambientais.

Para Dejours (2006, p.28), o sofrimento no trabalho, ignorado diante da banalização das injustiças sociais, está por vezes escondido atrás do que ele chama de vitrine do progresso¹ sem valor e significado heurístico, visibilizado somente em caráter excepcional.

No Brasil, há mais de 1 milhão de pescadores com a participação efetiva de mais de 45% das mulheres, sendo os artesanais responsáveis por cerca de 65% da produção pesqueira nacional (BRASIL, 2022).

Considerada uma das mais perigosas profissões do planeta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009 p. 2), a falta de políticas públicas de atenção à saúde e saúde mental dos pescadores artesanais corrobora na configuração de total desamparo em vigilância à Saúde do Trabalhador, ainda que estes sujeitos desenvolvam suas atividades sob múltiplos riscos (RÊGO et al., 2018).

Segundo a análise de Pena & Minayo-Gomez (2014), mesmo identificadas mais de 30 patologias presentes na pesca artesanal, o despreparo da perícia médica em identificar agravos e situações fora dos indicadores presentes nas condições de trabalho assalariado constitui uma situação de assepsia social ainda vigentes na saúde pública.

Dentro deste universo, foram registrados a partir de 2005 pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), mais de 600 famílias tradicionais

¹ Remete ao sensacionalismo que as reportagens criam com as grandes catástrofes geradas pela violência e atrocidades bélicas.

pesqueiras na Bahia, ricas em história ancestral, porém pressionadas pelos múltiplos conflitos de interesses, principalmente os territoriais (Rios, 2016).

Pressionados pelos interesses de grandes fundiários, especulação imobiliária e megaempreendimentos industriais, com as sucessivas omissões do Estado, núcleos familiares inteiros são negados ao direito à cidadania² e à desvalorização dos interesses legais do pescador e da pescadora artesanal.

Na contramão, episódios como o derramamento do petróleo/óleo cru em agosto de 2019 e a chegada da pandemia COVID-19 em março de 2020, reverberam na vida dos pescadores e pescadoras artesanais em proporção catastrófica, de forma em que os princípios da igualdade e da não discriminação promulgada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos³, foram inexoravelmente negados pelo Estado. Portanto, as pressões são maximizadas trazendo riscos potencializados à saúde e saúde mental dos pescadores e pescadoras, relacionados a medos, fome, angústia, luto não elaborados e lutas impedidas.

Esta intersecção de fatos foi considerada neste estudo, pois como outras classes de trabalhadores vulnerabilizados, estes trabalhadores artesanais, declararam total desamparo diante da pior crise sanitária em cem anos. Entende-se ser clara evidência da herança diaspórica maximizada na falta de retratações dos impactos causados pelo derramamento e na falta de biossegurança para interromper o ciclo de contaminação pelo SARS COV-2.

Destarte, o percurso de investigação e aprendizagem em que este estudo se constituiu, compreendeu os prazeres dos trabalhadores e trabalhadoras das águas revelados no trabalho coletivo, na cooperação e no reconhecimento entre os pares abortados com o distanciamento e isolamento social. Embora tolhidos de exercerem suas atividades laborais e socioculturais, os movimentos sociais da pesca teceram rede de vigilância popular, a qual ofereceram informações, planejamentos coletivos de ações minimizadoras de situações de precariedade.

² Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em 20.03.2021.

³ Esta Declaração foi resultado da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul, e contou com mais de 16 mil participantes de 173 países (ONU, 2001). Disponível em: Declaração e Plano de Ação de Durban (2001) | As Nações Unidas no Brasil. Acesso em: 02.01.2022.

Pesca artesanal mundial em breve panorama

“Ligada à fé cega no irresistível avanço do progresso, a fé cega no desenvolvimento permitiu, de um lado, eliminar as dúvidas e, de outro, ocultar as barbáries praticadas no desenvolvimento do desenvolvimento” (Edgar Morin).

A atividade de explorar os recursos naturais das águas é milenar, não há uma data específica, mas registros estimam que desde o início das civilizações mais antigas ela exerce importante papel na alimentação da humanidade com fundamental participação na redução da pobreza dos territórios. Contudo, para além dos aspectos da segurança alimentar, é reconhecida pela antropologia da pesca por ser atividade imbricada às simbologias e às representações culturais as quais se constituem em torno das águas enquanto espaço de vida (DIEGUES, 1989; FAO, 2016a).

Estima-se 50 milhões de pescadores no mundo com aproximadamente 50% de artesãos em pequena escala espalhados por todos os continentes, embora as maiores concentrações estejam nos países em desenvolvimento. Até 2018, a produção de peixes em águas interiores foi de 12 milhões de toneladas e em águas marítimas foi de 84,4 milhões de toneladas, das quais 90% foram utilizadas para consumo humano direto (FAO, 2020a).

A indústria mundial tem como líder absoluto, tanto em pesca quanto em aquicultura, a China com 57,9% da produção mundial na aquicultura e 15% na pesca. Outros países exportadores como Noruega, Vietnã, Tailândia, Estados Unidos, Chile, Holanda, Dinamarca, Índia e Canadá, ocupam 53% do comércio. São países investidores de forma maciça em equipamentos de última geração como GPS, localizadores de pescados, refrigeração na embarcação e um sistema de controle de produção com padrões de gestão que não favorecem o pescador empregado, nem tão pouco o pescador artesanal (FARIAS & FARIAS, 2018).

Entende-se por Pesca artesanal, “a atividade empreendida em pequena escala, em pequenas embarcações com autonomia para navegar até 3 milhas náuticas, em lagos, rios e zonas costeiras sob gestão de economia familiar, sem assalariamento” (FAO, 2016b).

Segundo Castello et al. (2007), a atividade econômica da pesca e aquicultura tem passado por muitas mudanças tecnológicas e o trabalhador ao redor do mundo ainda sofre com as condições precárias de trabalho. Países como Benin, Costa do Marfim, Maláui,

Moçambique, Zâmbia e Zimbábue enfrentam problemas em comum: falta de incentivo à comercialização de pescado fruto da pesca artesanal; sobrepesca⁴ ilegal; baixa fiscalização para pesca predatória, aumento de cotas de captura para indústrias da pesca; turismo predatório; demarcações litorâneas desfavoráveis às comunidades pesqueiras; desmantelamento de agências de pesca que atuam a favor da pesca sustentável; marginalização da pesca em pequena escala pelo poder público e por consequência falta de políticas claras para com os planos de manejo⁵ mais sustentáveis aos ecossistemas.

Na América Latina e Caribe a pesca artesanal gera trabalho e renda a 9 milhões de pessoas direta ou indiretamente, além da participação de 3% da produção global. Brasil, Colômbia, Chile, México e Equador contribuem com mais de 80% da produção aquícola sul-americana, contribuindo efetivamente com trabalho e renda para aproximadamente 700 000 pescadores, direta ou indiretamente (FAO, 2021).

Segundo a revisão de literatura realizada por Suzuki & Bonfá Neto (2019) a atividade ocupa lugar extremamente importante para as sociedades tradicionais por expressar os aspectos intrínsecos à identidade cultural pela forte relação com as práticas ancestrais. Contudo, em sua grande maioria, vivem em situação precária, abaixo da linha da pobreza (PENA et al., 2013).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU,2023) “a pobreza manifesta-se através da fome e da malnutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões.”

Sem a pretensão de aprofundamento sobre a categoria pobreza, este estudo alinha-se com a ideia de ser um fenômeno social, o qual traz em sua gênese múltiplos fatores que relativizam diferentes oportunidades para diferentes populações pautadas em privações das mínimas condições de dignidade de vida, capacidades de alcance às benesses de cunho público como saúde educação, nutrição até de liberdade de escolha (CRESPO & GUROVITZ, 2002).

⁴ “Uma **sobrepesca** de crescimento ocorre quando o esforço de pesca é tão alto que as capturas totais diminuem com o aumento do esforço” (FAO, 2020). Disponível em: Google Search | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (fao.org). Acesso em: 17.07.2021.

⁵ “**Planos de manejo** de acordo com o “art. 2 ° da lei 9985/200 é um conjunto de técnicas que deve garantir “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural” (ICMbio, 2015). Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo>. Acesso em: 17.07.2021.

Ainda que a pesca predatória tenha crescido pelo mundo e os grandes barcos dominem o comércio de pescados no planeta, mais de 90% dos barcos ativos são de pequeno porte, o que significa um número de 5 milhões e meio de pescadores em situações precárias de trabalho. Significa falta de higiene, de alimentação, água potável e acidentes, causando cerca de 24 mil mortes por ano (FAO, 2006).

Forte exemplo de precariedade na pesca artesanal revelado pelos estudos de Moreno (2015) na Colômbia, traz o trabalho na pesca artesanal produtor de grande desgaste aos trabalhadores pela exposição às condições climáticas, marginalização por instituições estatais e sociedade em geral, desvalorização econômica, falta de infraestrutura básica e pela violência nos territórios por parte dos paramilitares dentre outros fatores.

Na Venezuela, os pescadores artesanais participaram de uma pesquisa quali-quantitativa realizada por pesquisadores do campo da saúde do trabalhador no ano de 2000, cujos resultados evidenciaram precariedade nas condições de trabalho e os efeitos diretos de saúde associados à atividade. Os maiores problemas referidos pelos pescadores foram problemas de visão, lombalgia, dor nas costas, artrose, micose, rinofaringite, perda auditiva e distúrbios do sono (YANES & PRIMERA, 2006).

Na Turquia, os pescadores de pequena escala experimentam um número significativo de problemas de saúde e têm estilos de vida insalubres, de acordo com pesquisa realizada ao longo da costa do mar Egeu entre setembro de 2009 e janeiro de 2010. Os problemas de saúde mais prevalentes encontrados (pela 10ª revisão CID-10), foram problemas musculoesqueléticos, na visão, no ouvido, nariz, digestivo e no sistema urinário. O consumo de álcool foi elevado (68%) em pescadores e 72% relataram que fumavam mais durante as viagens de pesca (PERCIN et al., 2012).

Os Pescadores artesanais da Andaluzia, relataram uma condição médica onde os principais problemas foram distúrbios musculoesqueléticos, doenças respiratórias, doenças do sistema digestivo, problemas oculares e problemas de pele. Dentre 247 entrevistados, um total de 72% relatou tomar alguns medicamentos auto prescritos, e 60% dos trabalhadores da pesca fumaram. Nove por cento dos trabalhadores da pesca admitiram tomar drogas ilícitas e 3% relataram usar drogas ilícitas a bordo (NOVALBOS, 2008).

A organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009) afirma que “pescadores são todas pessoas que trabalham a bordo de um barco” pequeno ou de grande porte, possuem um estilo de vida singular e estão submetidos às condições de trabalhos precários, cuja

periculosidade é comparada às ocupações como o combate a incêndios e à mineração.

Registra:

Na pesca não existe uma clara separação entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer ou atividades particulares, como se observa em muitos trabalhos. Um grande número de pescadores vive e trabalha a bordo de seus barcos, em condições que podem ser de confinamento e aglomeração. Podem passar extensos períodos longe de suas casas em jornadas de trabalho também muito extensas. O acesso a alimentos adequados e a água potável – assim como a instalações de lazer durante suas horas de descanso – podem constituir um problema. A fadiga, associada às largas jornadas de trabalho, foi identificada como um grave problema (OIT, 2009).

Então, com a missão de instrumentalizar os países para proteger os trabalhadores contra exploração, a Convenção 188 de 2007⁶ justifica-se pela preocupação em garantir aos pescadores de todo o mundo, condições adequadas para um trabalho decente, através de um instrumento jurídico moderno que possa ser amplamente ratificado (OIT, 2009).

Na América Latina, embora grande potência na pesca e aquicultura, com objetivos de aumento de produção e investimentos na casa de milhões destinados à pesca industrial e aquicultura segundo a FAO (2018), não foi localizado nenhum documento sobre investimentos que garantam melhores condições de trabalho ao trabalhador da pesca, seja artesanal ou industrial.

A pesca artesanal em águas brasileiras: entre a tradição, os dilemas.

A pesca artesanal no Brasil já existia na prática diária dos indígenas, mas somente com a chegada dos Portugueses ela passa a ser mercantilizada. As práticas em grande escala do setor iniciam no sec. XVIII, em função dos interesses portugueses e atravessa o período colonial até o final dos anos 70 no século XX, com a pesca da baleia para a fabricação de óleo, o que marca a instalação dos descendentes de açorianos nos litorais do sul e sudeste e a dos escravizados, nos do Nordeste. Portanto, se estabelece como atividade laboral extrativista por ter sido uma opção de sobrevivência e de fortalecimento econômico aos europeus não abastados, aos negros libertos e indígenas (DIEGUES, 1999; CLAUZET et al., 2005).

⁶ Na Convenção, aprovada em junho de 2007, com apoio majoritário, são abordadas as situações e condições laborais específicas do setor pesqueiro.

De acordo com Faveret Filho & Siqueira (1997), os problemas pesqueiros em terras e águas brasileiras “são quase os mesmos de outros países pesqueiros do mundo”, principalmente aqueles em desenvolvimento, pois apresentam em suas gêneses, marcos históricos de exploração de recursos.

O início de sua profissionalização burocratizada deu-se com a intervenção da Marinha entre 1919 e 1924, ocasião em que se instalou o controle sobre as comunidades pesqueiras. Em 1920, a Marinha propõe e gerencia a implantação de pontos estratégicos administrativos, quando nascem as Colônias⁷, único órgão a se responsabilizar pelos documentos comprobatórios do exercício da atividade para sistematizar um tipo de controle sobre o trabalho dos pescadores e angariar aliados conhecedores dos territórios para a defesa das divisas nacionais (SILVA, 2014).

Com a era militar, a pesca artesanal e a agricultura familiar foram vistas como ineficientes, tendo o agronegócio exportador muito mais possibilidades de expansão, deixando na conta a sobrepesca e a contaminação de águas rasas (DIEGUES, 1999).

Em 1934 foi aprovado o primeiro Código de Caça e Pesca com o objetivo de modernizar e tirar a pesca do que se entendia de “primitivismo”. Em 1961, cria-se o Conselho de Desenvolvimento da Pesca - COPE que no ano de 1962 é substituído pela Superintendência do desenvolvimento da Pesca – SUDEPE para intermediar as relações entre governo e indústrias pesqueiras até 1989 em função da criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA⁸, uma autarquia federal do Ministério do Meio Ambiente desde a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2015.

Observa-se, portanto, na linha do tempo a ausência de ações públicas a favor da pesca artesanal, pois estratégias opressoras pelos poderes público e privado sobre os pescadores artesanais têm fundamento no processo histórico e perduram até hoje.

⁷ As colônias são o equivalente ao sindicato de trabalhadores e são reconhecidas pela Lei Federal 11.699, de 13 de junho de 2008. Na maioria das vezes as Colônias são entidades meramente assistencialistas. Consultado a 01.12.2019, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111699.htm.

⁸ O Ibama tem como principais atribuições: I. Exercer o poder de polícia ambiental; II. Executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; e III. Executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente. (Art. 5º da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007).

O próprio código da Pesca vigente, última revisão da Lei 11.959/2009, reconhece o pescador não embarcado, mas delibera por este reconhecimento a concessão de empréstimos de fundo rural, o qual pressiona as comunidades pesqueiras tornarem-se pequenas unidades produtivas em disputa desigual na comercialização diante das grandes indústrias e de baixa autonomia financeira.

Estima-se em torno de 1,2 milhões de pescadores no país, significa 1 pescador a cada 200 pessoas. Aproximadamente 90% dos pescadores atuam na pesca extrativista artesanal, a qual é responsável por mais de 70% da produção pesqueira nacional. Isto significa uma participação de aproximadamente 85% das regiões Norte e Nordeste de toda produção pesqueira brasileira. Contudo, sem investimentos, com baixos incentivos fiscais e de créditos o setor apresenta crises multidimensionais (CLAUZET et al., 2005).

Dentro dos estudos de Diegues (1999) encontram-se notas sobre a proletarização dos pescadores no Brasil com a chegada da indústria do pescado e seu beneficiamento aos moldes predatórios do capitalismo nos anos 60, na contramão da pesca artesanal. O autor registra que “a produtividade em larga escala foi levada por todo território nacional, gerou sérios prejuízos ao pequeno pescador, fosse pela diminuição de espécies, pela destruição de equipamentos, pela invasão de áreas reservadas aos pescadores artesanais ou pelas relações de trabalho ameaçadas.”

Para Porto et al. (2013, p.35), comunidades tradicionais, incluindo a dos pescadores e pescadoras artesanais, vivem processo de invisibilidade diante do racismo ambiental, onde as vidas estão ameaçadas nos territórios em que vivem e trabalham. Contudo, corre à revelia a impunidade de pistoleiros, jagunços e mandantes de assassinatos de líderes e daqueles que militam a favor de de uma sociedade mais igualitária no Brasil.

Entende-se por racismo ambiental, pela iniciativa do Reverendo Benjamin Chavis Jr⁹ nos anos 80, a prática de gestão do meio ambiente sem privilegiar igualmente as diferentes etnias, principalmente as minoritárias politicamente (RAMMÊ, 2012. p. 18).

Barros et al. (2021, p. 31) e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP¹⁰) apontam 434 conflitos socioambientais e violações de direitos humanos vivenciados por comunidades pesqueiras no Brasil, resultado de uma pesquisa realizada em 14 estados nos anos de 2018 e

⁹ Reverendo Afroamericano, ativista junto com Martin L King. Denunciou crimes ambientais associando com o racismo para com as populações mais vulneráveis. Disponível em: Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas – Jornal da USP.

¹⁰ CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, tem um papel importante na conscientização e organização de base dos pescadores artesanais.

2019. Registram estratégias do neoliberalismo direcionadas à restrição de acesso aos territórios, desmatamento, especulação imobiliária, onde 70% das comunidades participantes afirmaram sofrer com a criminalização. Infelizmente relacionadas ao processo de apagamento estão presentes o aumento do alcoolismo, consumo de drogas, exploração e violência sexual e a presença exponencialmente aumentada do narcotráfico, depressão e suicídio de jovens e idosos.

Há pontos dúbios na gestão ambiental no Brasil, pois a título de proteger as reservas naturais marítimas, foram criadas Reservas Extrativistas (RESEX Mar) introduzidas pela Lei 9.985/00, que implementou as Unidades de Conservação da Natureza pelo Decreto nº 4.340/02, servem como estratégia de reprodução social de quem vive somente de pesca, enquanto ainda permanecem hiatos entre os jogos de interesse, pois a desvalorização dos saberes tradicionais dos pescadores ainda permanece nos processos participativos na busca de soluções sustentáveis (BRASIL, 2018).

Na visão de Bezerra (2017) os movimentos sociais são muito importantes na mitigação de problemas ambientais, principalmente na relação entre o ambiente, a saúde e o território que se materializa em Saúde Ambiental a qual “refere a possibilidade de corrigir, controlar e evitar fatores do meio ambiente que possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras”.

Infelizmente, as comunidades pesqueiras têm sofrido com inúmeros eventos, chamados de aterrorizantes por Valêncio (2013), grande parte evitáveis, com incomensuráveis impactos nos aspectos espaciais, sociais, materiais e simbólicos destes sujeitos que entendem sua identidade territorializada.

De norte a sul, o que se observa no país, segundo Tomáz (2021), é que os conflitos socioambientais são a concretização de violações de direitos humanos que desembocam na perda dos territórios, na devastação ambiental e na precarização do trabalho na pesca artesanal.

Entre os principais acidentes, destacam-se os de atingimentos às populações vulneráveis extrativistas, sem pretensão de aprofundamento por não ser este o objeto de investigação deste trabalho, mas com a intenção de elucidar o quanto muitos desastres são pouco conhecidos pela população em geral, embora sejam de grandes proporções (GONÇALVES, 2017; NOAL et al., 2019; *ibid*, 2021):

- I. Ano de 2000 - O vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara atingiu cerca de 25 praias devido ao rompimento de um duto da

- Petrobras. Foram 50 km² de contaminação que afetou diretamente a pesca artesanal, além do ecossistema do local.
- II. Ano de 2000 - Vazamento de 4 milhões de litros de óleo quando um dos dutos foi rompido durante a transferência de petróleo do terminal marítimo de São Francisco do Sul para a refinaria de Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária/PR, contabilizando uma morte e sérios comprometimentos ambientais na bacia do Arroio Saldanha e os rios Barigui e Iguaçu.
 - III. Ano de 2001 - A Bacia de Campos recebeu aproximadamente 1500 toneladas de óleo que estavam armazenadas na plataforma P-36 naufragada
 - IV. Ano de 2003 - Derramamento de mais de 500 mil metros cúbicos de rejeitos, compostos por resíduos orgânicos e soda cáustica após rompimento de uma barragem de celulose em Cataguases/Minas Gerais. A contaminação atingiu as águas da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, atingiu três estados (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro). Foram mais de 600 mil pessoas sem água, sem pescar, sem plantar e sem paradeiro.
 - V. Ano de 2007 - Vazamento de mais de 2 milhões de metros cúbicos de água e argila derramados nos rios pela barragem Bom Jardim em Miraf/MG, o qual uma lama tóxica, com resíduos de bauxita comprometeram o abastecimento de água de algumas cidades vizinhas como Laje do Muriaé, no estado do Rio de Janeiro.
 - VI. Ano de 2011 - Vazamento de de 3 mil barris de petróleo na Bacia de Campos/RJ. Uma perfuração mal-sucedida do poço no campo de Frade pela empresa americana Chevron, deixou derramados petróleo em 160 quilômetros de extensão.
 - VII. Ano de 2015 - Incêndio na Ultracargo no Porto de Santos com duração de oito dias causando poluição atmosférica e morte de 9 toneladas de peixes.
 - VIII. Ano de 2015 - Ocorreu o episódio do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão pela Samarco em Mariana no estado de Minas Gerais, exemplo de verdadeira tragédia com danos irreparáveis às famílias, rios, ao solo, e à flora. De acordo com estudos de Lacaz et al. (2017), “a lama destruiu vilarejos, percorreu 663 km ao longo dos principais rios, tendo afetado ecossistemas, a vida de 35 municípios em Minas Gerais e quatro no Espírito Santo (ES). Aproximadamente 1,2 milhões de pessoas ficaram sem água, sem moradia e

ceifados do modo peculiar de viver. Com forte impacto na saúde física e mental dos sobreviventes. Registram que o desastre provocou um profundo trauma na população, sobretudo na parcela deslocada, deixando-a sob importante pressão psicológica e em condições completamente distintas de sua forma de vida original, consequência da desterritorialização”, impactando também os sistemas de saúde e de assistência social local.

- IX. Ano de 2019 - Com dimensão ainda maior, no mesmo estado, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de minério da empresa Vale, nominada de “Mina Córrego do Feijão” em Brumadinho, atingindo a área administrativa da empresa, a comunidade da Vila Ferteco e a Pousada Nova Estância, deixando na conta do cotidiano dos moradores cerca de 400 óbitos. As equipes de gestão, atenção primária e secundária do Sistema Único de Saúde (SUS) de Brumadinho levantaram alguns impactos psicossociais e de saúde mental. As reações físicas perpassam até o momento por cansaço intenso, perda de apetite, insônia e dores inespecíficas. As reações psicológicas mais frequentes - tristeza, choro frequente, humor deprimido, pesar, ansiedade, medo, irritabilidade, raiva, culpa, desorientação, reações de dissociação, crises de ansiedade, pânico, labilidade emocional e tentativas de suicídio, na maior parte dos casos por uso de benzodiazepínicos, bem como o aumento no consumo de álcool, conflitos interpessoais e situações de violência.
- X. Ano de 2019 - Derramamento de aproximadamente 12.500 m³ de petróleo ou óleo bruto atingiu a costa de 11 estados do Nordeste e 2 Sudeste, ao todo 120 municípios e 724 localidades. Pena et al. (2019) afirmam ter as populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica maior risco de ocorrências em distúrbios à saúde mental, principalmente em decorrência de fragilidades econômicas. Lembram que 90% dos pescadores e pescadoras artesanais afetados por este desastre são negros e sobrevivem com média de R\$400,00 mensais. Quadro configurado como total ausência de respostas emergenciais em saúde. Um estudo realizado em Pernambuco identificou queda nas vendas dos pescados entre 80 a 100% neste estado forçando os pescadores a serem consumidores direto dos produtos por falta de opção e não por desconhecimento dos possíveis agravos decorrentes de

contaminação, bem como impedindo a aquisição de itens básicos para alimentação diária (ARAÚJO, M. E., 2020).

Observa-se, entretanto, através dos estudos de Ribeiro (2012) e Moreira & D’Almeida (2018) que a indústria petroquímica, ainda que representante legítima das inovações tecnológicas, apresenta potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente, sendo protagonista de inúmeros acidentes ampliados no Brasil e no mundo, sobretudo pelas inadequações no manejo dos recursos naturais e energéticos, cujos riscos às populações nunca são medidos com precisão.

Outro grande dilema diz respeito à disparidade competitiva comercial em detrimento às produções pesqueiras de larga escala (permitida desde o Código de Pesca¹¹ de 1967). Sem sistema de beneficiamento e armazenamento de acordo com os padrões normativos para comercialização de perecíveis, a organização do trabalho é alterada com a supervalorização da presença do comerciante que liga o produtor ao consumidor final, denominado atravessador, muitas vezes restringindo o poder de barganha dos pescadores sobre seus produtos, limitados a aceitarem o valor de negociação de forma imposta (OLIVEIRA & SILVA, 2012).

No estado do Pará muitos pescadores, impossibilitados de escoamento de seus produtos, de realizarem manutenção das embarcações, de comprovarem burocraticamente o exercício da atividade e de realizarem produção suficiente para comercialização e sustento, abandonam as profissões e migram para os centros urbanos. Sem qualificação profissional caem no universo do subemprego, ficam à mercê da marginalidade urbana ou interrompem o ciclo do exercício geracional, pois não querem que os filhos sigam a profissão em função do legado de sofrimentos (CONCEIÇÃO, 2020).

Outra situação também problematizadora é que a Lei n. 11.959¹², de 29 de junho de 2009, a qual reconhece e regula a pesca artesanal não especifica a importância dos aspectos identitários, como o conhecimento ancestral, a capacidade de manutenção dos vínculos humanos, o domínio do manejo sustentável do ambiente natural e a organização do trabalho, tornando perante a lei, inexpressivas as características “do ser pescador artesanal” (PASQUOTO, 2005, OLIVEIRA & SILVA, 2012).

¹¹ Na presidência de H. CASTELLO BRANCO, o DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 (BRASIL, 1967) liberou pesca a embarcações nacionais e estrangeiras em escala industrial mediante pagamento de taxas. Disponível em: Decreto-Lei 221/1967 (camara.leg.br). Acesso em: 17.07.2021.

¹² Pelo Art. 1º - esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: L11959 (planalto.gov.br).

Nos últimos anos, as irregularidades relatadas sobre os pagamentos dos benefícios e na morosidade para entrega do Registro Geral da Pesca precede a chegada da burocratização informatizada na pesca artesanal, a qual desconsidera a condição de vida precária imperativa nas comunidades tradicionais. Isto dificulta o acesso aos benefícios previdenciários como o seguro defeso, aposentadoria e ou qualquer outro tipo de auxílio porque muitos pescadores e pescadoras não possuem acesso à internet, nem tão pouco possuem vivências com preenchimentos de formulários *on-line*, aumentando a precariedade na vida destes trabalhadores.

Segundo Campos et al. (2018), o valor de um salário-mínimo em período de reprodução e recrutamento das espécies não é suficiente para sustento das famílias pesqueiras, o que os forçam a procurarem atividades complementares sob o risco de perderem o benefício, pois é proibido outra função fora da área da pesca. Então os pescadores e pescadoras que seguem as normas previdenciárias ficam em situação de extrema dificuldade por terem apenas uma fonte de renda.

O relatório do CGU (BRASIL, 2019a) disponibiliza dados indicativos de que o processo de informatização na pesca artesanal tem sido positivo pela aquisição de maior controle sobre os dados de pescadores ativos. Justificam, mais facilidade para os pescadores e pescadoras por adquirirem permissão ao usuário (próprio pescador) para a inserção do requerimento e a documentação de suporte para obtenção do Registro Geral da Pesca (RGP). Dentro de uma visão organizacional da União este é um avanço solucionador de problemas, enquanto para os trabalhadores das águas todas as mudanças traduzem-se em dificuldades, morosidade para o recebimento dos direitos, impedimentos de sobrevivência no tempo do defeso, um novo aparato de exclusão social.

A Pesca artesanal nas águas da Bahia - Maré de viver e resistir

A Pesca artesanal tem em sua essência laços de identidade e de pertencimento entre os trabalhadores, cujas especificidades perpassam pela territorialidade. Portanto, faz-se muito comum a observação de diversidades no saber-fazer-tornar-se pescador/pescadora em função da diferença de região e da rica biodiversidade brasileira. Uns trabalham na captura de tainhas, outros na de robalo, outros na de camarões, mariscos e tucunaré, mas guardam em comum sua historicidade na sobrevivência pelo trabalho solidário (CAMPOS et al., 2018).

Não diferente no estado da Bahia, com rica biodiversidade entre mar, rios, estuários e mangues, a identidade de luta em participações de movimentos contra hegemônicos faz parte da particularidade identitária das comunidades pesqueiras presentes nas lutas pelos territórios e pela liberdade. João José Reis registra um episódio, o qual amplia nosso entendimento sobre o perfil dos pescadores e pescadoras da Bahia (1996, p.21):

A integração entre quilombos e levantes escravos se efetivou em várias ocasiões durante o ciclo de rebeldia escrava na Bahia da primeira metade do século XIX. Na revolta de fevereiro de 1814, os quilombolas desceram o morro para se unir a escravos pescadores empregados nas armações pesqueiras vizinhas a Itapoã (REIS, 1996, p. 21)

Segundo a Bahia Pesca (2021), a pesca no estado é majoritariamente artesanal e/ou de subsistência, cujas explorações são realizadas próximas à costa. Até novembro de 2019, o Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira registrou 24.440 pescadores e pescadoras ativos no estado da Bahia (BRASIL, 2019b).

Com 1.183 km de extensão, o maior litoral do país apresenta excelentes condições climáticas, bem como um rico recurso hídrico continental para o desenvolvimento da aquicultura marinha (ibid, 2021). Há pescadores urbanos e de comunidades mais distantes, denominadas de tradicionais por "possuírem um modo de vida tradicional e de sobreviverem diretamente da prática da pesca artesanal", de acordo com a explicação de Rios (2016).

Dentro de um espectro jurídico, são consideradas comunidades tradicionais identificadas como "grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal". Estes grupos devem se organizar, ocupar e usar territórios e recursos naturais para manter sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade" (BRASIL, 2007).

Os trabalhadores são autônomos, livres de hierarquias, possuem total controle das atividades. Submetem-se a regimes culturalmente gerenciados pelo autoemprego, não há chefes, nem patrões ou empregados, como não há trabalho prescrito e nem carga horária a ser cumprida e concentram o esforço do trabalho à produção consciente no manejo de técnicas que conservam os recursos naturais (PENA & FREITAS, M. C. S, 2014. p. 80; CORDELL, 1983).

No entanto, como não são considerados povos nativos, a marginalidade lhes é atribuída especialmente no Nordeste onde muitos escravos buscaram no passado, refúgio em áreas consideradas distantes e marginais, hoje de interesse ao desenvolvimento econômico.

São espaços marítimos e fluviais ameaçados deixando o bem-estar das comunidades tradicionais comprometido (ibid 1983).

A historiografia nacional deixa legado informativo sobre a escolha de muitos libertos na Bahia não escolherem a vida urbana depois da abolição por múltiplas questões relacionadas com a forte representação da territorialidade instituída pelo exercício de saberes milenares, pela gestão comunitária dos espaços, pela organização dos costumes, pela autonomia do tempo, fazendo dos territórios sociedades independentes (ANJOS, 2015).

Pela constatação de Rios (2016), o *know how* de gerações atravessado por contradições ocorridas com o dúbio papel do Estado é também impulso para ocorrerem as lutas das comunidades tradicionais pesqueiras em busca de reconhecimento e de efetivação dos seus direitos.

Ocorrem muitos dilemas na vida de aproximadamente 472 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas, distribuídas geograficamente da seguinte forma: Litoral Norte, Baía de Todos os Santos/Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul. Inclui-se também, cerca de 130 comunidades presentes nas bacias hidrográficas, principalmente a do rio São Francisco e rio Paraguaçu (RIOS, 2016).

As reivindicações sobre o direito sobre as águas dos rios, pauta dos pescadores ribeirinhos, reporta a década de 50, contudo na de 70 é que o quinto maior rio da América do Sul, o São Francisco¹³, entra para a lista de interesses acirrados em prol do desenvolvimento econômico, deixando o sertão baiano, “como um mar” (OLIVEIRA & SOUZA, 2010).

Para Amaral & Santos (2018), a Barragem de Sobradinho é um triste registro na história do desenvolvimento nacional envolvendo bacia hidrográfica, cuja construção demandou imigração compulsória causando grandes perdas de laços afetivos culturais e de trabalho para aproximadamente 72.000 pessoas, causa de sofrimentos em troca de energia não usufruída, de perda de referências identitárias, exatamente o que tinham para deixar como herança ancestral a seus filhos.

O panorama envolvendo conflitos territoriais na Bahia se interseccionam de forma gradativa nas últimas décadas. Causam prejuízos cumulativos aos mais vulneráveis, pois

¹³ Abrange Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Goiás e o Distrito Federal. Bacia hidrográfica da ordem de 630.000 km², com extensão de 3.200 km de sua nascente à foz em Piaçabuçu/AL e Brejo Grande/SE (CHESF, 2016). Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/Sobradinho.aspx>. Acesso em 03.03.2022.

envolvem avanço do turismo, construção de portos, polos industriais, burocratização, ameaça constante de desterritorialização, especulação imobiliária, truculência de fundiários, demarcação de áreas costeiras pela Marinha, perda de espaço de pesca para os aquicultores, construção de hidrelétricas e outros, como no restante do país (PROST, 2010).

O mito da geração de emprego e renda no estado tem sido um discurso recorrente para justificar os desmatamentos, extensas plantações de eucaliptos, mineradoras de areia e gipsita, matéria prima de gesso e aquicultura, quando o saldo, na realidade constitui-se do aumento de violências, cooptação de membros das comunidades, aliciamento de jovens pelo narcotráfico e tantas outras consequências invisibilizadas pelo Estado (BARROS et al., 2021).

Como exemplo de grande exploração de recursos naturais, sem respostas e reparação para os saldos negativos às monoculturas familiares, pesca artesanal e cultura indígena, é a implantação da indústria de papel Veracel na região da costa do descobrimento atingindo entre outros os rios Pardo e Jequitinhonha (sul do estado) com atingimento aos municípios de Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (FIOCRUZ, 2014).

Com capital misto, a grande corporação vem sendo denunciada por devastação da Mata Atlântica em território indígena para plantação de eucalipto, cooptação de lideranças e prejuízos à pesca artesanal principalmente pelo trajeto fluvial escolhido pela empresa provoca diminuição de espécies e danos nos apetrechos de pesca (ibid, 2014).



Fonte: Arquivo pessoal (02/2022)

Figura 1: Indústria de Papel e celulose Veracel

Para Chauí (2007, p. 4) o sistema de invisibilização brasileiro esquematiza-se pelo mito fundador desde o processo de colonização, o qual se estruturou em representações discursivas que emanam sempre a culpa ao povo, reprodutor de diversas crenças desfavoráveis ao trabalhador, como se escuta comumente, entre outras narrativas a de que ele “só não melhora e não progride porque não trabalha por ser vagabundo”. Fenômenos, como estes camuflam a realidade de impossibilidades que envolvem trabalhadores precarizados, a exemplo dos pescadores e pescadoras artesanais da Bahia.

Há muitos conflitos estruturais na Bahia, e enquanto panorama geral, outro ponto fundamental a ser evidenciado neste estudo, dentro do *pool* de problemas enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais é o estado da Bahia abrigar 70% do total de barragens do solo nacional, de pequeno, médio e grande portes, consideradas empreendimentos com alto potencial poluidor e causadores de impactos ambientais de alta complexidade compreenda desterritorialização de comunidades inteiras, modificação da qualidade da água, extinção de espécies, aparecimento de plantas exóticas (RIOS, 2016).

Desastres ambientais de grandes proporções como o recente maior derramamento em extensão de óleo bruto da história do país ocorrido em agosto de 2019, compõe um quadro de racismo estrutural e ambiental, pois diante de tragédias de grande proporção, são esquecidos e privados à dignidade, uma emergência à saúde (PENA et al., 2019).

Pela análise destes mesmos autores, dentre outros efeitos, o aparecimento de transtornos mentais, especialmente quadros de depressão associados à exposição de toxinas presentes no petróleo bruto são possíveis, mesmo para regiões não atingidas diretamente. Mais de 144 mil pescadores e pescadoras artesanais, em sua maioria negros passam por precariedades pela dificuldade de comercialização dos produtos.

Conforme Relatório de Visita Técnica da Bahia Pesca (2019), até outubro do mesmo ano, “manchas de óleo no litoral nordestino atingiram cerca de 187 localidades em mais de 70 municípios.” Em novembro do mesmo ano, o IBAMA (2019), declara que as manchas de óleo bruto foram identificadas em 120 municípios e 724 localidades, sendo a Bahia o estado mais atingido entre os 9 estados.

Ocorre que o modelo elaborado pelo sistema de consumo ao longo do desenvolvimento capitalista inclui hábitos altamente dependentes da extração de commodities e entre elas está o óleo bruto denominado de petróleo utilizado como fonte de energia primária de alto valor comercial. O agravante, é que o alto risco de incidentes,

explosões, derramamentos, incêndios é iminente por se tratar de um combustível inflamável e contaminante (MOREIRA & D'ALMEIDA, 2018).

Os empreendimentos petrolíferos causam impactos de grande proporção nos campos da saúde principalmente aos envolvidos com a limpeza e contenção do petróleo. O grande pesar é que populações vulneráveis estão sob a mira destes acidentes ampliados como o caso do acidente no Golfo do México após a explosão da plataforma Deepwater Horizon, em 2010.

Embora, não se saiba com precisão, os reais impactos às populações expostas, normalmente de pescadores, moradores próximos ao evento e turistas em contato direto com o material tóxico e contaminante, estudos de coort como os de Kwork, et al. (2017), fornecem evidências de que o trabalho de limpeza nos acidentes está associado a efeitos psicológicos adversos, sugerindo a necessidade de serviços de saúde mental tanto antes e depois do evento.

Sabendo dos riscos de um impacto ambiental de longo prazo ou irreversível, e sobre os riscos à saúde dos pescadores e pescadoras/marisqueiras, além das dificuldades de escoamento do pescado por toda costa baiana por onde o óleo chegou, é que o Movimento dos Pescadores e Pescadoras da Bahia (MPP), reivindica espaço de diálogo para com os representantes do IBAMA¹⁴ no dia 22 de outubro em demonstração democrática e pacífica de repúdio à falta de medidas cabíveis por parte dos órgãos competentes, conforme Figura 2.



Fonte: Portal Geledés (24.10.2019)

¹⁴ Disponível em: Pescadoras ocupam Ibama na Bahia e denunciam racismo ambiental do governo - Geledés (geledes.org.br).

Figura 2: Ocupação do IBAMA da Bahia

Apesar das mazelas a que estão submetidos, os pescadores e pescadoras são ativos em movimentos sociais, cujo repertório de lutas assemelha-se aos dos movimentos antiglobalização dos anos 1990. Estes eram, conforme analisa Ghon (2003, p. 47) “movimentos sociais combatentes à cultura do lucro gerador de “desemprego estrutural, desigualdades, crescimento da pobreza e da miséria”.

A ocupação dos pescadores e pescadoras baianos na sede do IBAMA Bahia com o intuito de denunciar o racismo ambiental, demonstração de enfrentamento como modo de viver e resistir. Ação afirmativa de que é preciso denunciar as atrocidades racistas, heranças do movimento escravista transatlântico, como anuncia a ONU (2021) em ocasião do “*dia de memória das vítimas do tráfico transatlântico de escravos*” de forma a combater a ideologia da supremacia branca.

Para Porto (2012), os riscos ambientais devem ser enfrentados pelas comunidades que os vivem com o apoio da comunidade científica dentro de uma linha ecológica política, a qual considera “os riscos ocupacionais e ambientais também como dimensões éticas, políticas e culturais que tem mais a ver com a vida das pessoas e as relações de poder na sociedade”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO - ALGUNS CONCEITOS E REFLEXÕES

3.1 Trabalho

O trabalho apresenta complexas concepções ao longo da civilização humana, relaciona-se com os aspectos sociais, econômicos, políticos e subjetivos e de acordo com Coutinho (2009), diz respeito à atividade “humana, individual ou coletiva, de caráter social, complexa, dinâmica, mutante e tem natureza reflexiva.

Elemento fundante na formação da identidade dos povos, chamada de ação inteligente pelos aristotélicos, a atividade laboral expressa a habilidade do homem capaz de ultrapassar sua condição de ser biológico pela grande capacidade de estabelecer relações, propósitos, estratégias e valores através de suas ações (MARX, 1991. p. 149).

Para Marx (ibid, 1991), é uma atividade planejada e envolve uma dupla transformação entre o homem e a natureza que diferencia o homem de qualquer outro animal. Para o autor, é pelo trabalho que o homem transforma a si e a natureza, e ao transformá-la de acordo com suas necessidades, imprime em tudo que o cerca a marca de sua hominidade:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (Marx, 1991, p. 149).

Uma das mais importantes obras da pensadora Hannah Arendt (1906-1975), intitulada *A Condição Humana* (2008, p. 90), defende que sem o labor não haveria vida. Para ela, ainda que na modernidade labor e trabalho sejam conceitos utilizados como sinônimos, informa que o primeiro gera valor à vida e dá sentido ao desenvolvimento de ações transformadoras pelo sustento e pela cultura, e o segundo é aquele que gera valor econômico agregado aos produtos, nem sempre com sentido para quem o produz.

Na concepção de Antony Giddens (2012, p. 627), o trabalho “demanda execução de tarefas, as quais exigem esforço mental e físico”. É a base da economia e tem como objetivo a produção de bens e serviços para atender às necessidades humanas. Pode ser controlado e regulado pelo homem ou ser o elemento controlador dependendo de qual posição social ocupa-se no mundo ocidentalizado.

Contudo, para Jessé Souza (2011), o trabalho no Brasil, ocupa o lugar de abrigar aos que ele chamou de “batalhadores”, pois na reinvenção de um novo *modus vivendi*, é no trabalho que o homem encontra suporte para manter um potencial de consumo idealizado pela lógica pós fordista. Portanto, em troca de um trabalho como fonte de prazer e gozo pelo consumo, pode-se suportar condições precárias, cargas extenuantes entre 10 e 14 horas de jornada laboral, sobreposição de atividades com estudos ou trabalho complementar em períodos opostos e ainda assumir agendas que envolvem a qualidade das relações familiares e sociais.

De acordo com a análise de Druck (2011) a precarização isenta condições dignas de trabalho como uma estratégia de controle do setor financeiro mundial com o auxílio do Estado no papel de pulverizar regulamentações, sucatear órgãos públicos e dificultar respostas aos pleitos populares.

Em “modernos tempos”¹⁵, o trabalho é meio e produto para o capitalismo, entendido sob vários significados e para este estudo cabe três deles: o negativo – presença de coerção, injustiças, abuso de poder, castigo, penalidade como nos trabalhos escravo e servil. O central – onde o trabalho assume função material para a sobrevivência e alcance de objetivos; e por fim, o trabalho que ocupa o polo da positividade – àquele concebido como missão, talento, satisfação, resultados e autossatisfação (MARX, 1991; ARENDT, 2008; CLOT, 2010).

De acordo com Dejours (1988, p. 50) o trabalho envolve a construção de conteúdos significativos pelos sujeitos em torno dos aspectos individuais e sociais ao mesmo tempo em que a significação das atividades e das tarefas nele envolvidas diz respeito aos aspectos real e prescrito.

Portanto, trabalho é “*aquilo que implica, do ponto de vista humano*”, a possibilidade de transformar, pensar e manifestar múltiplas habilidades no saber-fazer, ao mesmo tempo que permite experiências subjetivadas com o engajamento do corpo e da inteligência (DEJOURS 2004).

Faz-se possível compreender a centralização do trabalho na constituição dos indivíduos e da sociedade, pois “o que se constrói, toma existência adquirindo significado e pode ser reconhecido através do outro, o que permite ao ser humano, no campo do trabalho manter emancipação e capacidade criativa” (SZNELWAR et al., 2011).

Em Guérin et al. (2001, p. 19), as demandas do trabalho podem ser observadas pelos aspectos físicos, cognitivos e psíquicos, pois a atividade não é neutra. Por isso, faz-se importante distinguir quais os aspectos favoráveis e desfavoráveis à saúde do trabalhador estão amalgamados às atividades operatórias para melhor compreensão do sofrer.

Em conformidade com análise de Bendassolli & Gondim (2014), o trabalho é onde o ser humano exterioriza seus conteúdos internos e oportuniza experiências concretas e subjetivas da vida.

¹⁵ Alusão ao filme “Tempos Modernos” (1933) de Charles Chaplin (1889-1977), ontológico documento cinematográfico sobre a desvalorização do capital humano em detrimento à produtividade mecanizada.

Lembra a professora Karam (2010, p. 77) que o filósofo Yves Clot¹⁶ traz o trabalho como imaterial, pois encontra-se no registro do “ser”, negando-o como mero instrumento mantenedor da máquina da acumulação. Para este autor, enquanto aspecto central na vida do sujeito contemporâneo, agrega todos os outros como religiosidade, sociabilidade, cultural familiar e sucessivamente.

Brant & Minayo-Gomez (2011) chama a atenção sobre a atuação do campo da saúde na perspectiva da subjetividade ser referenciada relacionada à existência do “sujeito” como ser pensante que se autorreferencia a partir do mundo, e não de “indivíduo”, aquele que não se divide entre a razão e a não razão.

Pela visão de Lima (2011, p. 319), a temática subjetividade engendrada ao trabalho, normalmente está associada ao âmbito da saúde mental e trabalho, ou ainda sofrimento psíquico e trabalho, onde a ciência encontra um campo vasto de métodos para estudar os sentidos e significados compreendidos pelo trabalhador.

Bock et al. (2009, p. 107), ao retratar sobre os sentidos e significados traz as premissas vygotskyniana de que os primeiros vêm carregados de afetos e sensações, quando significados são mais duradouros, objetivados pelos fatos, registrados e possibilitados pelos sentidos. Lembram também que ambos são importantes para o processo ao qual o sujeito social apresenta-se ao mundo.

Para Hall (2011, p. 12), no entanto, o processo de sujeição demanda diálogo contínuo entre os “mundos internos” e mundos culturais exteriores, ou seja, o eu real em constante mudança identitária centrada na alteridade. Ele diz:

[...] projetamos a nós próprios nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os parte de nós, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade então, costura (ou para usar uma metáfora médica, sutura) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2011. p. 12).

¹⁶ Yves Clot - é professor no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM) em Paris, e integra o Laboratoire de Psychologie du Travail desta instituição, na qual, a partir de sua entrada, organiza-se uma equipe de Clínica da Atividade.

De acordo com Hirata & Kergoat (2007) o mundo moderno tem o trabalho como identificador de sujeitos e do universo ao qual pertence, assim como pode balizar determinantes para mais valia, tomando por base a produção industrial. Em que trabalha, para quem trabalha, o quanto trabalha e seus significantes, pois na visão das autoras são itens que geram normas e valores que passam a fazer parte da identidade do sujeito social para além do espaço de trabalho.

Logo, o Homem tem uma habilidade de transformar o mundo, isto o torna diferenciado entre as espécies do planeta. Realizou obras faraônicas, descobriu o fogo, a roda, as células, a bomba atômica, o material sintético, o motor por explosão e as barragens. Aperfeiçoou a arte de fazer guerra e conquistou espaços inimagináveis para Galileu Galilei, tendo as atividades laborais a capacidade de serem fontes de felicidade e de sofrimento, resultante do “mal-estar” civilizatório, como registrou Freud (2011, p. 11).

Como meio e produto ao mesmo tempo no capitalismo, o trabalho assume importante função nas realizações humanas demandantes do envolvimento de inteligências e de todo corpo do trabalhador. Imprescindível aos processos inovadores ao mundo, o trabalho, “é um dos espaços de vida determinantes na construção e na desconstrução da saúde” (ASSUNÇÃO & LIMA, 2003).

3.1.1 O Trabalho como labor na pesca artesanal

Para Giddens (2012, p. 628) o trabalho pode ser remunerado, não remunerado, voluntário, intelectual, manual e artesanal. Quando caracterizado por assalariamento e contrato jurídico, há vinculação empregatícia gerando emprego formalizado nos preâmbulos da lei vigente. Quando não, é denominado de trabalho informal, como no trabalho artesanal das pescadoras e pescadores, como vemos neste estudo.

O trabalho de natureza artesanal relaciona-se à produção de bens e serviços com tecnologias manufaturadas, em que o conhecimento tácito é passado entre gerações no âmbito familiar. Geralmente é fruto de uma atividade individual que exige *know how* específico, onde o trabalhador exerce suas funções diárias sob autogestão, cuja venda e comercialização do produto ocorre de forma independente à lógica de comercialização de grande escala (FREITAS, C.E.S. et al., 2014, p. 275).

Ambas as descrições identificam os pescadores artesanais, verdadeiros artesãos na arte da pesca, pouco valorizada na lógica mercantil, mas imprescindível para a geração de renda de milhares de famílias que se estabelecem ao final do período canavieiro, sobretudo para a manutenção das técnicas milenares empregadas sob importante conhecimento sobre a saúde do meio ambiente (CLAUZET, 2005).

Entende-se como trabalhador artesanal no Brasil, aquele capaz de produzir bens e serviços com tecnologias próprias, detém um *pool* de habilidades específicas que normalmente são expressas no saber-fazer, e os resultados da produção ocorrem em pequena escala em detrimento ao universo de produção industrial, de acordo com a Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015:

Art. 1º Artesão é toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada...Parágrafo único. A profissão de artesão presume o exercício de atividade predominantemente manual, que pode contar com o auxílio de ferramentas e outros equipamentos, desde que visem a assegurar qualidade, segurança e, quando couber, observância às normas oficiais aplicáveis ao produto (BRASIL, 2015).

No Brasil, com a revolução industrial no séc. XIX, o artesão é incorporado à economia fabril e “muitos apresentavam suas identidades laborais e relacionais ao fazer artesanal até a chegada da “organização científica do trabalho no século XX” (PENA & GOMES, 2011).

Segundo o olhar de Maldonado (1986, p. 25), a pesca artesanal é mais que trabalho mercantil, é carregada de afeto, história, reinvenção e mobilidade pelo ambiente natural cheio de vida e mudanças cíclicas, sejam climáticas, das marés, dos cardumes e dos ventos.

No geral, pescadores e pescadoras iniciam a atividade com os familiares, na infância muitas vezes por ser a única opção das mães por falta de estrutura social e familiar para deixá-los em lugar seguro, configurando trabalho infanto-juvenil¹⁷, ainda que não de forma voluntária, conforme estudos de Pena et al. (2011).

¹⁷ De acordo com as Convenções da OIT nº 138 e nº 182, trabalho infantil é aquele em que o trabalho é executado por infante abaixo da idade acordada em cada país, causando danos físicos, morais, psicológicos (OIT, 2022). Disponível em: O que é trabalho infantil (ilo.org). Acesso em 01.03.2022.

Destarte, a aprendizagem transgeracional na pesca, oportuniza a formação de uma cultura identitária pautada no respeito aos mais velhos e à tradição, o que remete à veneração do passado, onde os símbolos são valorizados porque são capazes de conter e perpetuar a experiência de gerações futuras ligadas a ele, seguindo o raciocínio de Hall (1991, p. 36).

Não à toa, pescadores e pescadoras percebem a iniciação do trabalho na maré na infância como benefício às crianças, como meio de aprender a dar valor à vida e às redes sociais, como explicitado na dissertação de Sacramento (2019).

No que diz respeito às condições de trabalho, estas se apresentam geralmente desfavorável à saúde. O ambiente insalubre diante das contaminações por diversos agentes poluidores; a falta de condições de higiene durante a pesca/mariscagem, falta de água potável e segurança alimentar são alguns dos exemplos sobre o nível de precariedade presente em todas as etapas da produção, tornando penosos os cotidianos destes trabalhadores, conforme estudos de Pena & Martins (2014, p. 19).

Diegues (1999) afirma haver um particularismo presente na relação Homem/mar, onde os rituais, símbolos e significados presentes nos diferentes espaços pesqueiros familiares apresentam um olhar sobre os perigos presentes. Afirma que enquanto as águas profundas causam medo a muitas pessoas, aos pescadores são o *locus* de vida.

Para Dejours (1988, p. 21), a condição de trabalho diz respeito ao ambiente físico, químico e biológico, incluindo barulho, gases tóxicos, parasitas, fungos etc. Por organização do trabalho designa-se a divisão do trabalho, comandos, relação de poder, responsabilidades e tudo que diz respeito ao modo em que é organizado o desenvolvimento da atividade laboral.

Na pesca artesanal e na mariscagem não há chefes, nem patrões ou empregados nem carga horária a ser cumprida. Não possuem trabalho prescrito e quem define a jornada de trabalho é o ciclo das marés, assim como quem define a carga de trabalho é a produção diária de cada trabalhador que garante a sobrevivência da comunidade (FREITAS, 2014, p.157).

Logo, este estudo considera os impedimentos por doença, ou incapacidade física quanto ao exercício da pesca como ameaça, pois o pescador e pescadora artesanal a praticarem o fenômeno apontado pela psicodinâmica dejouriana como domesticação e controle das doenças.

Afirma Dejours (1988, p. 30) que “não se trata de evitar a doença, o problema é domesticá-la, contê-la, controlá-la para conviver com ela”. Assim, exatamente como ocorre com os trabalhadores das águas, os quais trabalham enfermos.

Profissionais reconhecidos como segurados especiais, possuem o direito ao seguro previdenciário e acidentário, a ocupação é denominada atividade extrativista artesanal pelo Código Brasileiro de Ocupações – CBO o que até então, na prática, não tem sido o suficiente para assegurar-lhes subsídios mínimos para digna sobrevivência com conforto básico (BRASIL, 1988a; FREITAS, C.E.S. et al., 2014, p. 285).

Logo, não possuem obrigatoriedade de contribuição para o acesso aos benefícios previdenciários, no entanto, faz-se necessário comprovação quanto ao exercício da profissão para que sejam contemplados com a aposentadoria em menor tempo de contribuição para a Previdência, seguro-desemprego nos períodos de defeso e benefício auxílio-doença. Pescadores/pescadoras, em caso de acidentes de trabalho, devem recorrer ao procedimento de emitir a CAT, o que significa na maioria das vezes, impossibilidades de conquista diante das burocracias que envolvem as Colônias e orientação pública (FREITAS, C.E.S. et al, 2014, p. 284).

As mulheres são as mais afetadas na falta de amparo legal, sobretudo porque a organização do trabalho na pesca artesanal tem na divisão por gênero uma marca característica dos territórios pesqueiros extrativistas em que é notória sua desvalorização social (FREITAS, M.C.S., p. 157; SACRAMENTO & PACHECO, 2014, p. 135).

Estudos sobre o papel da mulher na pesca artesanal evidenciam o quanto a questão de gênero, embora esteja avançando, ainda sinalizam a desvalorização da pescadora frente sua capacidade de captura, liderança e atuação nos movimentos sociais de luta pela classe e pelo reconhecimento de suas doenças ocupacionais (LOPES et al., 2020).

3.1.2 A presença feminina na pesca artesanal: marés de luta e (en)cantos

“...Somos mulheres das águas doces e salgadas
 Revoltosas ou paradas
 Nanã, Iemanjá, Oxum, Iara, Conceição, Nossa Senhora da Boa Esperança
 Em diálogo sincrético com Iansã/Santa Bárbara
 Barbinha, Belazinha
 Senhora das Candeias
 Mulheres em ato, potência e ancestralidade
 Mulheres em movimento, superando o lamento
 Pescadoras, agricultoras, quilombolas ou indígenas
 Mulheres que lutam e cedo madrugam
 Que produzem alimentos e geram fomento, garante sustento...”

(Elionice Sacramento)

O campo do trabalho tem apresentado rápidas mudanças, porém alguns aspectos ainda permanecem no foco das discussões mundiais, como as questões de gênero. Nos países industrializados, embora os papéis de gênero variem imensamente e a condição de trabalho da mulher tenha modificado bastante, ainda é hegemônico a diferença gritante entre os homens e mulheres quanto às oportunidades, remuneração e principalmente cuidados com a saúde (MEYERS, 2006, p.143).

Uma mulher ganha menos que um homem, e uma mulher não branca ganha menos que uma mulher branca, não importa sua qualificação, o que torna ainda mais complexa a análise sobre desigualdade de gênero (HIRATA, 2007).

De acordo com Abram (2006), as desigualdades de gênero e raça no Brasil são também eixos estruturantes da matriz da desigualdade social. Logo, incorporam o ciclo de exclusão que perpetua na sociedade brasileira ao inverso do que está determinado nos 08 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, principalmente o item 03¹⁸, ao qual diz respeito à igualdade de gênero e valorização da mulher.

Pois bem, no universo da pesca artesanal, principalmente nos continentes pesqueiros como África, Ásia e Américas, as mulheres participam de todas as etapas da produção, mas somente são reconhecidas nos âmbitos político e econômico como aquelas que ajudam os homens, pelas atividades pré ou pós captura, embora contem com atenção internacional para mudança deste quadro (FAO, 2019).

Como em quase todos os setores, as tarefas masculinas têm mais valor em detrimento às femininas dentro de parâmetros capitalistas, sendo que em países em desenvolvimento, as mulheres ainda ganham, em média, 77% menos do que ganham os homens. No Brasil, este quadro acentua-se em caráter de violência, de acordo com o *Dicionário da crítica feminista*, pela categorização socialmente construída em subcategorias como classe, etnicidade, idade e estado civil (MACEDO et al., 2012).

¹⁸ Dos objetivos referidos: 1. Acabar com a fome e com a miséria, 2. Educação Básica de qualidade para todos; 3. Igualdade entre os sexos e valorização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde das gestantes; 6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8. Todo mundo trabalhando para o desenvolvimento. Disponível em: [Microsoft PowerPoint - Brasil França ODM Gráficos novo.ppt \(fiocruz.br\)](#). Acesso em: 03.03.2022.

Por Zanello (2015), há múltiplas violências que minimizam a figura feminina no ambiente de trabalho. Quando um homem se acidenta gravemente no ambiente de trabalho e chora de dor, diz-se que chorou feito uma mulher. Ao contrário, se na construção civil, as mulheres ocupam os canteiros de obra, é comum dizer que uma Engenheira trabalha feito um homem.

Giddens (2012, p. 638) corrobora com a ideia da “feminização” mundial nos postos de trabalho geralmente nas áreas do comércio, *call center* e do terceiro setor (serviços). Chama a atenção para países do terceiro mundo como a Nigéria, com alto índice de desemprego, cujas mulheres valem-se do trabalho informal com grandes possibilidades de baixa remuneração e precárias condições de trabalho.

A despeito de trabalho informal, Filgueiras et al. (2004) ampliam este conceito para a concepção além do aspecto jurídico da ilegalidade, mas também para trabalhos produtivos e de serviços, desde que estejam em precárias situações no mercado de trabalho, sob a não proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado.

O dicionário “Mulheres *do Brasil*” (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000. p.10) realizado em ocasião dos 500 anos registra que milhares de mulheres desde o descobrimento passaram por violências. Dos portugueses que se fizeram descobridores de uma terra cheia de mulheres indígenas, da escravidão às africanas e do patriarcado imposto às jovens brancas trazidas para ajudarem a embranquecer o pecado da mestiçagem.

Lélia Gonzalez apud Ribeiro (2020, p.16), denuncia a condição das mulheres negras da América Latina, tratadas como corpos colonizados no mercado de trabalho numa trajetória, de se inicia como escrava, passa à mucama e em seguida às domésticas desamparadas submetidas às opressões e violências sócio, políticas e culturais.

Entretanto, muitas mulheres se rebelaram em busca de liberdade e da transformação das regras impostas ao feminino. Assim a luta feminina das mulheres negras envolve-se em levantes, rebeliões e quilombos, lembrada por Almeida (2012, p.43) como força do movimento denominado feminismo negro.

Como o trecho da poesia de Sacramento (2019) escolhido para a abertura deste capítulo, as mulheres da pesca artesanal também estão em movimento de luta para combaterem a invisibilidade feminina imperativa na pesca artesanal no Brasil que sem dúvida enquadra-se como real exemplo de atividade informal com segregação sexual

explícita. Parafrazeando Ribeiro (2020, p. 22), não seria a mulher pescadora “o ser Outro do Outro¹⁹” no universo feminino no campo do trabalho?

Aos homens “compete afastarem-se da costa pela pesca de peixes, camarão e outros animais marinhos”; às mulheres cabe a mariscagem desde a “coleta, transporte e preparo dos mariscos”, sempre em terra, pois são as responsáveis pelos filhos e por todos os afazeres domésticos (PENA & FREITAS, M.C.S., 2014, p. 56).

Em Lopes et al. (2015), observa-se violências veladas que minimizam a figura feminina no trabalho pesqueiro, tendo a binaridade como elemento central para referência do poder público que pouco reconhece a importância da força feminina em todo processo produtivo. Apontam que muitas mulheres assumem não somente o leme dos barcos, mas assumem posições historicamente ocupadas somente por homens.

Rodrigues et al. (2018), citam o silêncio predominante das pescadoras na presença de seus pares masculinos, seja de trabalho ou de relacionamento afetivo, camuflando sofrimentos em detrimento do mito da força masculina. Tolhidas diante das mazelas sociais, ao papel de afetadas enquanto sujeitos sociais vulnerabilizados, sem que sejam compreendidos os sofrimentos relacionados à violência estrutural.

Dejours (1988, p. 19) afirma que o sofrimento é, antes de tudo, um sofrimento do corpo: *"não pode haver sofrimento sem carne"*.

Neste contexto, as lutas das “Mulheres das Águas” sobre existência e direitos, resistem às invisibilidades, pois apesar dos aparatos legais anteriormente citados, os quais lhes garantem condição de igualdade para todos os envolvidos em qualquer etapa da produção pesqueira familiar, elas têm sido pouco ouvidas em suas demandas específicas.

Há um documentário sobre violência obstétrica ocorrida na cidade de Januária, norte de Minas Gerais em 2019, realizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos – CRDH Norte, fruto de parceria com as comunidades quilombolas pesqueiras, Cáritas e Secretaria da Saúde (2020)²⁰. A pescadora Dora, quilombola, vazanteira do Rio São Francisco explicita uma situação de horror e discrepância entre àqueles que tem dinheiro e

¹⁹ Djamila Ribeiro (2020, p. 22), refere-se OUTRO “todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugar”, utilizando construto da obra de Simone de Beauvoir (1908-1986).

²⁰ Documentário lançado em 2020 pela CARITAS MINAS GERAIS. Disponível em: Mulheres que geram: entre a dor e a violência no parto - YouTube. Acesso em 02.03.2022.

quem não o tem, na hora do parto. Outras “*Mulheres que geram: entre a dor e a violência no parto*” desvelam narrativas contundentes de que impera o coronelismo modernizado também no serviço de saúde público, resquício da lógica eurocêntrica e machista.

Presentes no mar, rios e mangues com representatividade de aproximadamente 50% de presença na produção pesqueira nacional, ativas nas tarefas em terra, na captura, no beneficiamento e na comercialização de pescados, enfrentam forte sobrecarga de trabalho em conjunto com os afazeres domésticos e sobreposição de atividades outras, cuja pauta saúde é recorrente (SACRAMENTO & PACHECO, 2014).

Em nota o site do Conselho Pastoral dos Pescadores CPP explica:

Indo de encontro à lógica patriarcal vigente na sociedade, as pescadoras do Brasil perceberam a necessidade em se organizarem coletivamente a fim de garantir direitos que sempre lhes foram negados. Antes vistas só como “ajudantes” de seus maridos, as mulheres do mundo da pesca querem não só o reconhecimento como atoras importantes para a produção pesqueira nacional, mas também como agentes essenciais para a luta das comunidades pesqueiras (CPP, 2015).

Para Yuri Dantas Martins (2014, p. 333), “a pesca artesanal na Bahia representa para as mulheres muito mais que sobrevivência, é valor identitário, de saúde e direitos. São mulheres lutadoras, extrovertidas e otimistas, apesar das velhas mazelas que se renovam em novas proporções protagonizam a luta pela visibilidade da pesca artesanal.

Entende-se importante dar visibilidade às diferenças de características e condições de trabalho entre homens e mulheres, seguindo as considerações de Araújo e Rotemberg (2011) sobre a necessidade de objetivar a importância a força feminina na pesca artesanal.

O documentário “*Mulheres das Águas*” realizado em 2016, em parceria com UFBA/FIOCRUZ, é um exemplo de estratégia de denúncia e resistência onde há claro posicionamento do sofrer das pescadoras e marisqueiras ao sentirem a miséria chegando disfarçada de desenvolvimento econômico, porém confiantes no trabalho cooperativo e na alegria vinda da liberdade vocalizada nos cantos.

Ressalta-se a voz da Líder Eliete Paraguassu, liderança da Comunidade de Porto dos Cavalos de Ilha de Maré-BA, o documentário reverbera outras vozes femininas em luta na e pela maré:

[...] -Tem dia que eu acho que a maré ela está bem arrumada, bem maquiada, bem bonita.

Tem dia que ela está chateada como nós mulheres também. Tem dia que estamos mais bonitas, tem dia que estamos mais chateadas também. Então eu relaciono o mangue e a coroa muito com a relação da mulher. Na pesca a gente se sente livre.

Tem essa relação de se sentir liberta e livre. No mangue as mulheres cantam na coroa. Elas cantam no mangue [...]

(Eliete Paraguassu, 2016)

A I Conferência da Pesca Artesanal em 2009, é um marco da concretização do fortalecimento do controle social com forte evidência das demandas das mulheres pescadoras artesanais em relatório: “São as mulheres, as primeiras a serem atingidas por todo tipo de poluição, logo o aspecto saúde das pescadoras é um grande desafio”.

É como se as vozes femininas saíssem dos mangues, dos barcos, das coroas e dos rios para entoarem discursos como se fossem canções expositoras de suas ideologias.

3.2 O campo social da Saúde

Para Dejours (1986), a saúde não é um fim ou objetivo a serem alcançados, um estado de estabilidade, é antes de tudo, algo que muda constantemente. Pode ser percebida de diferentes formas, pois pelo mundo há diversas realidades – ambiente/material, afetiva e social. Para ele, a saúde depende fundamentalmente dos sujeitos e perpassa pela liberdade de dar ao corpo o que ele necessita, como tempo de sono, alimento e descanso, por exemplo.

Portanto, para além do biomédico, o olhar dejouriano traz como utopia a ideia de “completo bem-estar” disseminada pela OMS, não só pela dificuldade de uma definição equânime, mas também pela pretensão de se alcançar uma suposta completude de saúde pautada na ausência total de agravos (DEJOURS, 1986).

Elemento constituinte da vida das pessoas, a saúde pode estar atrelada aos desejos e compromissos emergentes a partir das experiências adquiridas no âmbito social ao longo da história de vida de cada um, onde as percepções de corpo e mente são importantes. Por isso, a perspectiva da pesquisa social (qualitativa) na área da saúde perpassa pelas multidimensões desde processos históricos, questões de classes, antagonismos estruturais, tradições culturais e o imaginário cultural, expressões humanas (Minayo, 2012).

Para Canguilhem (1978) apud Coelho & Almeida Filho (1999), a saúde vai além de procedimentos diagnósticos em busca de cura. Constitui-se num certo jogo de normas e

de comportamentos e de valores ideais a ela creditados, incluindo o aspecto psíquico que demanda a possibilidade do risco à loucura, dentro de sua ontológica discussão entre o normal e o patológico.

Ayres (2007) aponta que ao se falar de saúde é preciso destituir a ideia impregnada na humanidade da não-doença, assim como falar de doença, faz-se necessário abstrair a ideia de não-saúde. Defende que é um fenômeno do qual exige *êxito técnico* com ações pontuais para situações pertinentes (meios e fins) e *sucesso prático* remetendo às implicações simbólicas que estas ações passam a ter na vida cotidiana das pessoas e comunidades (sentido assumido).

A Saúde enquanto campo, envolve as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos, cujos fatores intrínsecos ao processo saúde-doença são nomeados determinantes sociais da saúde. Estes são fatores culturais, psicológicos, comportamentais, étnico raciais, moradia, alimentação, escolaridade, emprego e renda que afetam a saúde, e podem definir o padrão e o perfil epidemiológico de uma população (SANT'ANNA et al., 2010; PAIM, 2011).

Voltada ao coletivo desde a passagem do feudalismo ao capitalismo, a prática social da saúde envolve novas relações entre a sociedade e o Estado configurando a Saúde Pública, justamente pelo atravessamento do campo social da saúde por um conjunto de movimentos ideológicos e sociais, além de ação política e produção de conhecimentos, os quais constituem vetores para a delimitação, também da Saúde Coletiva (PAIM, 2006. p.118).

Em ocasião da conferência *Equidades e Iniquidades na Saúde da América Latina* (2019), realizada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP, foram apresentados importantes dados coletados entre 2015 e 2019 que corroboram para entendimento dos impactos do descaso das políticas públicas sobre a capacidade dos pobres em atuar em favor de sua saúde:

- 1) Houve um aumento de 29.1% para 30,8% da pobreza e um acréscimo de 8.8% para 11.5% da pobreza extrema nos países latino-americanos;
- 2) A saúde precária se concentra predominantemente entre mulheres, crianças e adolescentes de zero a 14 anos, habitantes da área rural e nas populações indígena e afrodescendente, em comparação com outros grupos populacionais.
- 3) “A mortalidade em menores de cinco anos, por exemplo, é maior na população indígena do que na não indígena”, (também a falta de voz frente às

instituições do Estado e da sociedade e uma grande vulnerabilidade frente a imprevistos.

Na América Latina, os problemas que envolvem aumento de riscos nos últimos anos, geralmente estão relacionados com redução de recursos para enfrentá-los. Como no caso das regiões muito afetadas pela desigualdade e racismo, as dificuldades para o acesso ao sistema de saúde também são significativas, principalmente para os grupos mais vulneráveis em situações de desvantagem contínua (DACHS et al., 2005).

O Canadá é um exemplo oposto. No final do século passado apresentou uma análise de estudos sobre determinantes sociais da saúde, trazendo os motivos de sua população ser mais saudável que as dos EUA, porém menos saudável que a do norte da Europa. Explicitou ter como prioridade um modelo médico que atenda ao seu plano de ação governamental de redução da pobreza. Para tanto, deu atenção à 12 determinantes: Situação dos aborígenes; infância; educação; empregabilidade e condições de trabalho; segurança alimentar; gênero; serviços de saúde; habitação; renda e sua distribuição; seguridade social; exclusão social; desemprego e segurança no trabalho (RAPHAEL, 2009).

Na contramão, o Brasil está entre os países com baixa distribuição de renda, pouco investimento em capital humano e em redes de apoio social, os quais são fundamentais para a promoção e proteção da saúde individual e coletiva pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que contrariando a lógica capitalista, preza pela premissa de que a saúde é um direito de todos sem distinção de raça, religião, condição social, política ou econômica, afirmam Hirschfeld & Oguisso (2002).

A saúde da população negra por exemplo, institucionalizada pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é reconhecida pelo Ministério da Saúde como passível de enfrentamento ao racismo, entendido como um dos principais determinantes sociais das condições de saúde a ser enfrentada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e por ações e serviços de saúde, de forma oportuna e humanizada (BRASIL, 2017b).

Afinal, este é um sistema de saúde que foi construído com o envolvimento e participação efetiva de diversos atores sociais unidos no Movimento de Reforma Sanitária, defensores de um projeto com princípios e diretrizes de universalidade, equidade e integralidade em todos os serviços resultando no fortalecimento do poder dos cidadãos e a participação social em saúde (PAIM, 2006, p. 120).

Ocorre grande hiato entre a legalização de direitos à saúde com sua efetividade, configurando, assim o exercício contrário ao SUS em que as diferenças no acesso à saúde

devem ser combatidas, principalmente as que ocorrem em função da discriminação por raça/cor como no caso dos quilombolas. Práticas discriminatórias impõe aos povos tradicionais realidades cotidianas engendradas por estados de vulnerabilidades que atingem a saúde física e psicológica, perpassam pelas condições sociais, econômicas, espaciais, ambientais, jurídicas e culturais (FREITAS, D. A. et al., 2011).

A herança do colonialismo, a qual deixa legado a despeito das discriminações raciais pautadas nos conceitos eurocêntricos de superioridade e dominação também atingem a saúde coletiva no Brasil. Bozzano (2020) defende que as mudanças na ciência biomédica diante das necessidades de atenção e cuidados da população negra caminham a passos lentos.

Conforme institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 “os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” são os reconhecidos como tradicionais (Brasil, 2007).

Sendo assim, as populações e comunidades tradicionais para garantirem atenção aos processos de saúde e doença precisam lidar com as desigualdades no acesso à saúde via políticas e programas que atendam suas diferentes especificidades e que devem ser consideradas e respeitadas no acesso e cuidado em saúde.

De acordo com os resultados de estudos de Kalckman. et al. (2007) evidenciaram o fenômeno do racismo, presente no exercício profissional nos atendimentos dentro da estrutura do SUS configurando discriminação de pessoas nas unidades de saúde maximizando a vulnerabilidade dos grupos populacionais oprimidos historicamente, ampliando barreiras ao acesso, diminuindo a possibilidade de diálogo e provocando o afastamento destes usuários.

Enquanto gênese, defendem Lages et al. (2017) que as causas sobre racismo no SUS dizem respeito com o desvio de verbas que seriam destinadas ao campo da saúde da população negra e o desinteresse de gestores de saúde em capacitar e treinar a equipe sobre doenças que atingem de forma mais crucial população e sujeitos desse grupo, infelizmente são evidências do racismo institucional no sistema de saúde do país.

Munanga (2006) adverte ter o racismo complexa raiz histórica, porém aponta sua perpetuação relacionada à normalização de sua existência ao longo do tempo e as

discrepâncias entre os dispositivos antirracistas frente as mais camufladas e modernas formas de praticá-lo e legitimá-lo sobre o mito da democracia racial.

O direito à saúde é de todos e cabe ao Ministério da Saúde, como órgão do Poder Executivo Federal, organizar e elaborar planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros. Tem missão “Promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania” de todos os cidadãos” (BRASIL, 2020).

O pensamento colonialista ainda é imperativo, na visão de Quijano (2005), o qual atende aos interesses neoliberais tracejados pela ideologia de raça como processo mental. No pensamento de Fanon (2008, p.94), não falar sobre as diferenças raciais facilita o processo de invisibilidade, como se a raça negra, sem existência, tem no mundo, a branca como único referencial. Dois fatores mantenedores do racismo e do colonialismo devem ser considerados determinantes sociais da saúde.

Determinantes Sociais de Saúde são fatores intrínsecos às condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos de uma determinada população, relacionados com as situações de saúde nos diferentes aspectos da vida humana: social, cultural, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais (BUSS & PELLEGRINI FILHO, 2007).

Portanto, este estudo assumiu a posição virchowiana da medicina social a despeito das inter-relações entre as condições econômicas e sociais e seus efeitos sobre a saúde e a doença ao rigor científico.

3.2.1 Saúde do Trabalhador no Brasil

No Brasil, o binômio trabalho-saúde está preconizado constitucional, a qual dispõe o gerenciamento tripartite da saúde do trabalhador. No Art. 196 há clareza conceitual de que “a saúde é direito de todos os cidadãos sob a chancela do Estado, cujo papel é garantir políticas sociais e econômicas de acesso universal, igualitário que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988b).

Para Lacaz (1997; 2007) a Saúde do trabalhador no Brasil surgiu do movimento da saúde coletiva e das classes representativas em sua luta pela dimensionalidade deste campo a favor dos direitos dos trabalhadores ocorridas nos anos 70 e 80. Não obstante, em sua opinião, a Saúde Coletiva caminhou para o aumento de conhecimentos acumulados sobre o subtema saúde do trabalhador como um direito social. Para ele:

Importa, então, desvendar a nocividade do processo de trabalho sob o capitalismo e suas implicações: alienação; sobrecarga e/ou subcarga; pela interação dinâmica de “cargas” sobre os corpos que trabalham, conformando um nexos biopsíquico que expressa o desgaste impeditivo da fluidez das potencialidades e da criatividade (LACAZ, 2007).

Minayo-Gomez e Thedim-Costa (2003) entendem por Saúde do Trabalhador, um conjunto de “práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas – e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum” direcionada em combater qualquer doença resultante das condições de trabalho denominada doença do trabalho.

De acordo com Jacques (2007), “a abordagem em Saúde do Trabalhador nacional como campo, busca resgatar o lado humano do trabalho e sua capacidade protetora de agravos à saúde dos trabalhadores, tais como mal-estares, incômodos, desgastes, para além dos acidentes e doenças, procura também estudar o processo saúde-doença do trabalhador considerando a dimensão humana.

O capítulo 10 do Manual Nacional de Doenças do Trabalho (BRASIL, 2001, p. 161) alinha-se com a definição anteriormente citada e complementa:

O trabalho ocupa, também, um lugar fundamental na dinâmica do investimento afetivo das pessoas. Condições favoráveis à livre utilização das habilidades dos trabalhadores e ao controle do trabalho pelos trabalhadores têm sido identificadas como importantes requisitos para que o trabalho possa proporcionar prazer, bem-estar e saúde, deixando de provocar doenças. Por outro lado, o trabalho desprovido de significação, sem suporte social, não-reconhecido ou que se constitua em fonte de ameaça à integridade física e/ou psíquica, pode desencadear sofrimento psíquico” (BRASIL, 2001. p. 161).

O Brasil como um dos 187 signatários da OIT, entende que suas linhas orientadoras incidem com o 5º artigo da CF e defende que as convenções naturalmente tratam de direitos humanos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” [...] (BRASIL, 1988a).

Quanto à Saúde do Trabalhador, a partir de 2002 o Ministério da Saúde criou a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) com o objetivo de “integrar a rede de serviços do SUS, tanto a assistência quanto a vigilância, para o desenvolvimento das ações de Saúde do Trabalhador (BAHIA, 2014).

O Brasil reconhece 230 patologias incluídas nas ações de intervenção e regulação das ações da Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) com papel central na intervenção sobre perigos e riscos ao trabalhador, enquanto os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), promovem ações para a melhora das condições de trabalho e a qualidade de vida de todos os trabalhadores sem critérios de exclusão conforme subscreve a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - SUS (BRASIL, 2012).

A Lei Orgânica da Saúde 8.080/90 (BRASIL, 1990), pelo Art. 6º no inciso 3º dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e delimita a saúde do trabalhador como:

[...] um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho [...] (BRASIL, 1990).

Por Athayde (2011), entende-se que nocividade que envolve a classe trabalhadora deve ser denunciada, bem como suas demandas causadoras de doenças do trabalho, valorizando a saúde integral - os aspectos físicos, psicossociais e mentais.

Infelizmente, há um *gap* entre a existência de normas e a sua devida aplicação, pois a exigência vigente do nexo técnico-epidemiológico pela perspectiva biomédica ainda denuncia o quanto prevalece um modelo em que a ênfase recai nos agravos (ibid, 2011).

Por dano ou agravo entende-se lesão, doença, transtornos, distúrbios, disfunção ou síndrome de evolução aguda, assim como doença é conceituada como enfermidade ou estado clínico que a representa. A relação causal entre o adoecimento do trabalhador e um agravo à sua saúde ocorre pela base de dados clínicos e patológicos (OIT, 2009).

3.2.2 Saúde do pescador/pescadora artesanal

No aspecto saúde, Pena e Minayo-Gomez (2014) indicam a possibilidade de ocorrência de aproximadamente trinta patologias relacionadas ao trabalho na pesca artesanal, dentre as mais de 200 enfermidades reconhecidas atualmente pelo Ministério da Saúde e pela Previdência Social. Os principais agravos ligados às maiores queixas vinculavam-se aos problemas articulatorios e neuromusculares, refletidos por dores nas costas, coluna, braços e pernas.

Estudos realizados na Bahia, mostram a prevalência de mais de 80% de DMEs na região lombar em Marisqueiras, conforme Couto (2014). Também, altas prevalências de DMEs em membros superiores e pescoço, associados entre outros riscos de acordo com Falcão (2014). Ambos os estudos ratificam apontamentos qualitativos e epidemiológicos a respeito aos sofrimentos a que são submetidos estes trabalhadores, principalmente às pescadoras artesanais e marisqueiras.

As cadências infernais no modo operatório da mariscagem exigem “esforços nos membros superiores, o que caracteriza risco para síndromes decorrentes de esforços repetitivos ou LER/DORT”. Foram observados até 10.200 movimentos repetitivos na mariscagem, pois as atividades são repetitivas com uso de instrumentos rudimentares, segundo estudos de Pena et al. (2011):

Ao analisar a coleta do sururu, os movimentos repetitivos continuam na segunda fase da jornada, quando a mariscadeira leva o produto da pesca para casa, onde realiza limpeza dos mariscos, pré-cozimento e abertura de cada concha, gerando assim uma média de 5.040 movimentos repetitivos por hora. Em uma jornada padrão, a mariscadeira pode alcançar uma média de 75.000 movimentos repetitivos (PENA et al., 2011).

A cartilha sobre a saúde das pescadoras artesanais, tanto de rio quanto de mar apontam detalhadamente riscos e agravos, um material importante para a comunidade pesqueira artesanal. Retrata desde a variação repentina das marés, afogamentos, jornadas diárias ininterruptas sem descanso, falta de EPIs, ausência de água potável e precariedade nas condições higiênicas durante a jornada de trabalho (BRASIL, 2017).

Os trabalhadores das águas estão expostos às radiações solares e alta pressão atmosférica nas atividades de mergulho aos riscos de neoplasias e cataratas, possibilidades de doenças descompressivas, barotraumas, labirintites, distúrbios da audição, câncer e doenças de pele, de animais peçonhentos, afogamentos, acidentes com perfil cortante e muitos outros riscos, os quais ainda não relacionados pela Previdência Social (PENA & MINAYO-GOMEZ, 2014).

Um estudo epidemiológico de corte transversal realizado por Couto (2014) apresentou prevalência de lombalgia de 75,6%, sendo considerada alta, sobretudo às marisqueiras mais experientes. O quadro de lombalgia foi 1,24 vezes mais alta entre aquelas mais expostas ao trabalho sentado com tronco inclinado para frente durante a cata, enquanto às expostas ao manuseio de carga e à força muscular com os braços tiveram uma prevalência 1,18 vezes maior.”

Rios et al. (2011) alertam sobre os principais agravos à saúde “foram problemas músculo-esqueléticos, lesões de pele, alergias respiratórias, problemas oftalmológicos, respiratórios e urogenitais, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros”.

Distúrbios musculoesqueléticos (DME) em pescadoras/marisqueiras, para Martins et al. (2014, p. 271) é um problema de saúde pública e diz respeito “a comprometimentos inflamatórios e/ou degenerativos, sendo a tendinose de ombros a patologia mais frequente. Concluíram que a alta prevalência de comorbidades como diabetes e hipertensão ao lado da frequência elevada de DME merece atenção das políticas públicas de saúde.

Contudo, estudo sobre a Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos, indica alta prevalência para lesões por esforço repetitivo e distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (LER/Dort) associada à qualidade de vida (Rêgo et al., 2018).

Outro estudo de alta relevância foi realizado entre 2005 e 2010 em cinco comunidades de pescadores na região da Baía de Todos os Santos/BA por Pena et al. (2013), o qual aponta os seguintes resultados: “

Sobrecarga ergonômica condicionada por exposição a riscos variados; precárias condições de vida; invisibilidade dos acidentes e das doenças do trabalho, como lesões por esforço repetitivo; inexistência de ações de prevenção e de assistência à saúde; e a importância dos saberes tradicionais na organização do trabalho na pesca artesanal (PENA et al., 2013).

Para Bezerra (2017) a relação entre o ambiente e o padrão de saúde de uma população constitui a saúde ambiental com histórico arcabouço de problemas na relação saúde ambiente com avanços e retrocessos, trazendo a Vigilância em Saúde ambiental como fundamental para a busca de medidas protetivas mais equânimes àqueles que sofrem com o racismo ambiental e estrutural.

Raquel Rigotto (2003) afirma ser a saúde ambiental o engendramento de todos os processos de vida e transformação entre “a saúde e a gestão de atividades físico/biológicas”, garantidoras de qualidade de vida. Sendo assim os paradigmas dos quais envolvem os territórios tradicionais são de injustiça e racismo ambiental, considerando as políticas ambientais discriminatórias, pautadas no racismo estrutural, as quais excluem humanos das benesses do desenvolvimento econômico, como se escolhidos fossem para conviverem sob às consequências injustas da degradação ambiental (SOUZA, 2015).

Na visão de Rammê (2012, p. 18), justiça ambiental perpassa por justa distribuição dos bens valorados na sociedade, envolvendo desde aspectos legais aos movimentos contra hegemônicos às injustiças ambientais.

A pesquisa da dissertação de mestrado de Silva (2018) relaciona a falta de saúde ambiental de Santiago do Iguape-Cachoeria/BA com dermatite de contato irritativa, cujos sintomas aparecem após expediente da pesca ou mariscagem pelo contato com água e lama. Os resultados mostram prevalência foi de 25%, indicando um quadro de corpos adoecidos diante de patógenos desconhecidos associados ao apreiciemtno de espécie não natural daquele habitat.

No campo da Saúde Coletiva, segundo Tambellini & Câmara (1998) os agravos são oriundos das vivências definidas nos planos biológico, psíquico e ecológico”, o que confirma a importância de se considerar "Saúde Ambiental" como sendo a relação entre o ambiente e o padrão de saúde de uma população e não somente questões de saneamento (água, esgoto, lixo e outros).

Embora os estudos sobre saúde mental de trabalhadores artesanais sejam escassos, foi localizado um estudo epidemiológico realizado com pescadores do Amazonas realizado por Bezerra (2002) sobre vários agravos, baseados no CID 10. Há maior prevalência em tabagismo de 26,2% e alta prevalência de esquizofrenia sugerindo associação com uso abusivo de álcool. A pesquisa avalia que o fator associado mais importante a apresentar um transtorno mental entre o conjunto das variáveis consideradas foi ser pescador.

Estudos como este, corroboram para comprovações científicas confirmatórias a despeito das inúmeras narrativas dos pescadores sobre a saúde mental já denunciada no livro *Sofrimento Negligenciado* de Pena & Martins (2014). Sacramento e Pacheco (2014, p. 325) afirmam: “[...] Doenças psíquicas e emocionais também se fazem presente na realidade pesqueira.”

3.3 Saúde Mental, Trabalho e heranças coloniais

Pela visão de Lima (2011, p. 315), estudos do âmbito da saúde mental e trabalho e sofrimento psíquico tem como temática de fundo, a subjetividade relacionada ao trabalho, configurando ainda um vasto campo a ser estudado.

Enquanto campo de investigação, a saúde mental sempre foi um debate a ser ultrapassado historicamente, do isolamento ao encarceramento, da atenção psicossocial à desospitalização, os cuidados passam por uma vigilância higienista, onde o controle em função da ordem e do poder persiste (AMARANTE, 2007).

Codo (1988) elucida a ocupação de cientistas sobre os impactos do trabalho alienante na saúde mental do trabalhador não ser tão nova. Estudos clássicos como os de Freud sobre agravos de desempregados divulgados em 1917; os de Le Guillant sobre as neuroses das telefonistas na década de 40 são relevantes até os dias atuais, mas absolutamente foram imprescindíveis para a evolução de conceitos para além dos biomédicos.

Seligmann-Silva et. al (2010) e Merlo (2002) consideram a saúde mental como aspecto do trabalhador passível de ser atingido por fatores diversos que vão desde à exposição aos agrotóxicos, contaminação ambiental, políticas de lucro, estruturas de poder, a organização e condições do trabalho como altos níveis de ruídos, compostos explosivos, consumo de drogas, acidentes de trabalho, incapacidade para o trabalho e afastamento do trabalho por tempo prolongado e muito mais.

Enquanto subárea do campo “Saúde do Trabalhador”, a “Saúde Mental do Trabalhador” concentra-se à interação entre os aspectos biológico e o psíquico, constituindo um nexos psicofísico indissociável, cujo desequilíbrio, mediado pelas relações sociais, pode ser expressado em transtornos classificados como doenças, mal-estares difusos, sofrimentos e danos causados pelo trabalho (ibid, 1988).

Infelizmente, de forma imperativa a Saúde Mental Ocupacional se exime de considerar, a organização e condições de trabalho como fundamentais aspectos a serem avaliados quando se trata de saúde mental do trabalhador. Tal situação persistente desde a colonização nacional, causa, muitas vezes, na falta de considerar a realidade dos ambientes de trabalho, bem como as relações trabalhistas, viés na análise do nexos causal de sofrimentos advindos do trabalho, trazendo culpabilidade ao trabalhador, inclusive (SATO & BERNARDO, 2005).

Para Dejours (1986), as dificuldades do trabalho não adoecem o trabalhador, mas sim a ausência dele. Por isto, quando um trabalhador mente para um psiquiatra sobre ausências de sintomas, é para evitar um estado de inatividade total. Portanto, “quando se ausenta do trabalho por questões de saúde, é sinal de que está muito doente”.

Neste estudo, considera-se o trabalho como mediador da saúde, um facilitador de inserção social onde estão implicados os aspectos físicos e psíquicos, assim como declaram Dejours et al. (1993). Logo, está para além de meio para alcançar metas econômicas, é vida.

O grande desafio é associar os riscos relacionados à organização do trabalho como políticas de gerenciamento “que desconsideram os limites físicos e psíquicos do trabalhador, impondo-lhe frequentemente a anulação de sua subjetividade”, lembram Seligmann-Silva et al. (2010). Informam que no caso dos assalariados, a situação é um pouco menos agravante, com consequências proporcionais às demandas de consumo do mundo moderno, sendo o desemprego, um grande vilão.

No Brasil, os anos 80 e 90 foram marcados pela reforma psiquiátrica que desencadeou mudanças nas dimensões jurídicas, políticas, socioculturais e teóricas, tendo a 8ª Conferência Nacional de Saúde e a 2ª Conferência de Saúde Mental como lugar de resultados em prol das ações concretas para desospitalização e cortejamento da aceitação dos determinantes sociais relacionados aos sofrimentos (BRASIL, 2020).

De Galeno a Pinel, a demonização da doença mental perdurou por milhares de anos entre os estudiosos, cujos residuais filosóficos foram substituídos pela negação do “louco”, considerado ser improdutivo, alienado indesejado pelo capitalismo do séc. XIX, assim como para os séculos seguintes, o reconhecimento do sofrimento psíquico e da depressão pode ter respondido aos interesses outros sem ser a do cuidado da saúde, afinal tristeza e desesperança calam (BARBOSA, 2004).

Assim, pela análise de Torre & Amarante (2001), é possível pensar no fenômeno da medicalização exacerbada otimizada como estratégia de manutenção do não-sujeito da loucura.

Ocorre que equalizar cuidados e tratamentos à saúde mental do trabalhador através de mecanismos universais tem sido um grande desafio, pois definir saúde ou transtorno mental, segundo a OMS (2018), é uma missão quase impossível dentro de uma perspectiva transcultural, uma vez que diferentes culturas optam por diferentes definições.

Segundo Geertz (2008, p. 25), a cultura pode ser compreendida como um sistema de valores formado por crenças e concepções de uma sociedade específica, em determinado momento histórico, compartilhado entre os sujeitos através da linguagem, de modo a formar um conjunto de mecanismos de controle, que correspondam a leis, regras e instruções, entre outros.

O fato implacável divulgado desde 1919 pela OMS, é que não há saúde completa sem saúde mental, ainda que esta esteja no campo do hipotético em busca do não sofrimento.

No entanto, o ponto em comum entre as culturas funda-se entre o conceito de bem-estar subjetivo e alterações clínicas que comprometem o pensamento, humor e comportamento, e estão geralmente relacionados com ansiedade e deterioração comportamental (FERNANDES, M.A. et al., 2018).

O protocolo internacional atual que autoriza o diagnóstico e a descrição de sintomas na área da saúde mental é o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), o qual passou por 5 revisões coordenado pela *International Classification of Diseases* (CID 10), com definições objetivas dos aspectos clínicos. Retrata também, o sofrimento e a insatisfação do trabalhador como manifestação não apenas pela doença, mas nos índices de absenteísmo, conflitos interpessoais e extratrabalho (APA, 2022).

Meyers (2006, p. 453) chama a atenção, no entanto, para o fato de que alguns transtornos maiores, tais como a depressão e a esquizofrenia ocorrem em todo mundo, mas alguns outros transtornos estão relacionados à cultura. As fontes de estresse para um norte-americano, por exemplo, podem ser completamente diferentes para um latino-americano ou asiático.

Pelo viés da medicina social, os determinantes da saúde mental são multifatoriais, complexos incluindo desde moradia, qualidade de vida, moradia, vizinhança, gênero, segurança, educação, apoio social e outros. No Brasil, as notificações ainda são incipientes,

logo o nexu ocupacional dos agravos é ainda pouco investigado e reconhecido (RENAST, 2019).

Considerando a histórica opressão aos povos colonizados e as invisibilidades dos aspectos subjetivos do trabalhador, o olhar de Fanon (2008, p. 69) a despeito do racismo cultural, àquele que constrói lugar nenhum do não reconhecimento e ilegitimidade podem responder a existência das dores psíquicas do ângulo da pessoa ou grupo alvo. Para este autor, as práticas que afetam a saúde mental do sujeito discriminado ou desvalorizado pela lógica da racialidade perpassa pelo apagamento do eu em detrimento do outro” branco”.

A partir de um levantamento bibliográfico de Damasceno & Zanello (2018), a experiência estressante e traumática do sujeito submetido à rejeição pelo que se é, tem efeito cumulativo ao longo da vida e pode impactar sua saúde mental.

Borsoi (2007) conclui que “diante das atuais transformações no mundo do trabalho, tornou-se essencial aprofundar o debate sobre a relação entre trabalho e saúde/saúde mental, bem como sobre o reconhecimento dessa relação, de modo a garantir amparo legal ao trabalhador e, principalmente, trazer subsídios para a busca de mudanças nas situações de trabalho.”

Contudo, Karam (2013), traz o trabalho como aquele carregado de elementos simbólicos constitutivos do sujeito. Também como mediador entre o individual e o coletivo e pode funcionar, o que a pesquisadora denomina de “operador de inteligibilidade” importante para a “compreensão das condutas humanas em geral”, incluindo a saúde mental.

3.3.1 Saúde Mental na pandemia

O que a princípio parecia somente um problema específico de Wuhan, província de Hubei na China em dezembro de 2019, com alta taxa de transmissibilidade e incidência crescente, a COVID-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2 foi considerada uma questão de Emergência Internacional de Saúde Pública a partir de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o atingimento de quase 2,7 bilhões de trabalhadores, cerca de 81% da força de trabalho mundial (OIT, 2020).

Anunciada como uma das piores crises sanitárias da humanidade, os países logo evidenciaram falta de capacidade para evitarem um quadro de possível colapso nos sistemas de Saúde, pois mais ou menos oito meses passados, o mundo já contabilizava em quase 200 países, 1,3 milhão óbitos (FERGUSON et al., 2020).

Souza & Souza (2020) já enfatizavam em junho de 2020 de que os povos das águas, campos e florestas estariam em desalento junto com os pardos, pretos, desempregados, trabalhadores informais. Para eles, “No mar brasileiro agitado pela COVID-19, o enfrentamento à pandemia ocorreria de formas diferentes, com barcos diferentes para cada classe social, cor e região. Tanto as condições de vida quanto as dificuldades de acesso aos serviços de saúde vividas na época, foram entendidos por eles como situações de *apartheid* sanitário. Apontaram as regiões norte e nordeste as mais atingidas.

O país contabilizou 657.696 mil óbitos acumulados até março de 2022 e a região nordeste apresenta 127.635 mil óbitos, uma média de 224 casos a cada 100 mil pessoas (BRASIL, 2022), quando o primeiro óbito em abril de 2020 ocorreu com trabalhadora, doméstica, negra, periférica, como muitos outros trabalhadores não puderam seguir os protocolos de contenção da contaminação pelo SARS COV-2, porque ficar em casa é não ter o ganho diário.

Denuncia Boventura de Souza Santos (2020, p. 20), o quanto não se lembra dos acometidos por sofrimento mental, dos mais velhos que criam seus netos, dos presos, dos pobres, dos que são contaminados junto aos seus territórios. Por ele denominada de “*A cruel pedagogia do vírus*”, apresentou um panorama amalgamado por duras lições em que a pandemia não só revela as injustiças sociais, mas “como as reforça juntamente com a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam.” De mais a mais, para ele, os povos do lado sul da linha ideológica traçada pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado estão concentrados em campos da inexistência, invisibilidade e emudecimento dos vulnerabilizados, sem devida atenção, muito antes desta crise sanitária mundial.

Destarte, as experiências de grandes catástrofes no planeta deixaram um legado de conhecimento sobre os efeitos sobre a saúde, a segurança e o bem-estar dos indivíduos. O cuidado à saúde mental perpassa pela emergência em lidar com as ausências cravadas de confusão de informações, modificações nas relações socioafetivas, quebra de rotinas e diminuição de atividades que simbolizam futuro como o fechamento de escolas por exemplo (PFEFFERBAUM & NORTH, 2020).

Observou-se no Brasil, em outubro de 2020 que a ansiedade foi o transtorno mais presente com a pandemia, (86,5%); uma moderada presença de transtorno de estresse pós-traumático (45,5%); e uma baixa proporção de depressão (16%) em sua forma mais grave.

Sabe-se, no entanto que os impactos da saúde mental em situação de surto viral podem desencadear uma epidemia paralela, geralmente com quadros de ansiedade e de estresse pós-traumático, segundo (FIOCRUZ, 2020).

Conforme orienta uma das cartilhas sobre Saúde mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19 da Escola Nacional de Saúde Pública (ibid, 2020), os efeitos das iniquidades estruturais apresentam-se de forma ainda mais agudizados neste momento de crise sanitária. Logo, o quadro de ausências tende a agravar-se, incluindo o “aumento das dificuldades para acessar recursos e meios necessários à proteção da vida e à garantia de direitos durante a pandemia.” Informa ainda que a incidência de mortes pela pandemia agrava-se diferencialmente nas regiões mais pobres das cidades e que se a investigação for pelo critério raça/cor, há indubitavelmente uma discrepância no número de óbitos aos negros.

3.4 Sofrimento – prazer:

[...] A pesca é uma sabedoria, não como uma coisa má...

O trabalho é sofrido, mas nós não sofremos por causa do trabalho [...]

(Geni, participante desta pesquisa).

De acordo com Dejours (1988, p.25), no sistema econômico regido pela competitividade e globalização, onde há trabalho, há sofrimento diante das imposições das leis de mercado e do aumento das injustiças sociais.

Enquanto os transtornos são constructos fundantes em quadros patologizados, o sofrimento psíquico dos trabalhadores não está associado à descompensação psicopatológica ou ruptura do equilíbrio psíquico e sim a uma vivência intermediária entre a saúde e a doença. É, pois, um fenômeno que ocorre no campo do pré-patológico, resultado das insatisfações do trabalhador em relação à organização e ao conteúdo significativo do trabalho (ARAÚJO, T.M., 2011, p.325).

O conceito de sofrimento no trabalho proposto por Dejours está atrelado ao de saúde e não à doença, o qual escapa do reducionismo classificatório pautado no diagnóstico psiquiátrico doente e não doente, normal e não normal. Porém, não se desvincula do conhecimento científico sobre os sintomas e devidos tratamentos em momentos de crise. (DEJOURS, 1986).

Bock et al. (2004, p. 346) lembram a respeito da distinção entre a dor e o sofrimento como elementos fundantes da existência humana. O primeiro como inerente ao corpo, sendo próprio da vida; e sofrimento por sua vez, é a dor mediada pelas injustiças sociais, expressiva composição de jogos de poder e submissão manifesta em diferentes aspectos, sejam intelectivos, cognitivos, sinestésicos e outros.

De acordo com Bader Sawaia (2009), na perspectiva da Psicologia Social, o sofrimento de cunho psicossocial, denominado ético-político, acometido na interface entre subjetividade e sociedade está relacionado às vivências sociais diminuídas socialmente, incluindo pelo Estado, seja visto como determinado ou determinante.

Brant & Minayo-Gomez (2011, p. 385) afirmam que: “O que é sofrimento para um, não é, necessariamente, para outro, mesmo quando submetidos às mesmas condições ambientais adversas. Ou ainda, aquilo que é sofrimento para alguém, pode ser prazer para outro e vice-versa”. Nesta perspectiva entende-se que as diversas situações do trabalho interagem com os elementos subjetivos do trabalhador resultando em elaborações psíquicas de prazer-sofrimento.

Na pesca artesanal, de acordo com as narrativas apresentadas no documentário “*Vento Forte*” (direção de Patrícia Antunes), realização do CPP de 2017, bom exemplo da pressão do desenvolvimento econômico com o crescimento imobiliário, invadindo os espaços de pesca. O pescador do Pontal do Paraná/PR diz: “Para construir a marinha entrou água adentro [...] O pescador tá se sentindo acuado, tá se sentindo deprimido [...] sempre empurrando o pescador.

O início do sofrimento dá-se diante da incapacidade do trabalhador em modificar seu lugar de insatisfação e ansiedade quando forem esgotados os meios de defesa em relação à organização do trabalho, pois as estratégias defensivas servem para distanciar os riscos de possíveis fracassos. Podem ser individuais como o alcoolismo ou pode ser coletiva como absenteísmo (KARAM, 2003).

Por outro lado, o prazer do trabalhador é observado por Dejours & Mello Neto (2012) como “àquele que começa quando o trabalhador inventa soluções convenientes, graças ao seu zelo. Prazer e sofrimento no trabalho não são um suplemento de alma, eles são estritamente indissociáveis do trabalho”. Explicam zelo por dois pontos:

1. a inteligência que permite inventar soluções com o objetivo de anular a distância que se abre entre a tarefa (o prescrito) e a atividade (o efetivo);

2. a mobilização desta inteligência em situações de trabalho frequentemente difíceis, a despeito dos conflitos que surgem entre os trabalhadores em torno do modo de tratar a distância entre o prescrito e o efetivo (DEJOURS & MELLO NETO, 2012).

De acordo com Medeiros et al. (2017), as estratégias coletivas de defesa ocorrem em função da percepção dos trabalhadores de contrapor a passividade frente às exigências e pressões organizacionais. Para as autoras, mesmo sob sofrimento, a liberdade é exercida na construção de sistemas defensivos, individuais e coletivos que blindem o adoecer.

Os estudos de Valeriè Ganem (2020b) sobre trabalhadores pobres no Brasil trazem exemplos de estratégia de defesa coletiva pela sobrevivência e preservação da liberdade, a rotatividade, enquanto o empregador entendia este fenômeno como um problema vinculado ao perfil do trabalhador desqualificado. Para ela, pode ser uma estratégia herança da escravidão tendo a fuga do trabalho subjugado como meio de existir.

De acordo com Freud, A. (1961, p. 51), mecanismos de defesa referem-se aos processos dinâmicos e inconscientes mobilizados pelo *EGO* para lidar com o estado de ansiedade e estresse com o objetivo de restauração do equilíbrio intrapsíquico.

Na perspectiva psicanalítica, as defesas de *proteção* são empregadas para que o trabalhador consiga suportar o sofrimento por meios diferentes de pensar e agir de forma compensatória e as de *adaptação* ou *exploração* tem suas bases na negação do sofrimento ou na submissão ao desejo de produção. Esses mecanismos podem suprimir ou dissimular a percepção dos perigos internos, em função dos perigos reais. Podem ser positivos quanto negativos, dependendo do direcionamento de evitar, negar ou distorcer a realidade emanado pelo indivíduo em defesa das percepções externas (BOCK et al., 2009, p. 102).

Outra defesa comum no trabalho é a sublimação, resultado do desvio da pulsão sexual ou agressiva para as vivências que ofereçam possibilidade de reconhecimento e de uma valorização em nível social (MALDONATO, 2014, p.390).

Porém, a negação de percepção, considerada por Dejours como a espinha dorsal entre as defesas, ocorre geralmente de atividades de alto risco, os trabalhadores costumam elaborar estratégias de defesa coletivas contra o medo, que levam à “banalização do risco, a sensação de invulnerabilidade, exaltação do perigo, pulsão de vida e a supervalorização da coragem símbolo da virilidade como é o caso dos trabalhadores da construção civil, aviadores pilotos de caça e provavelmente, também, dos pescadores (MEDEIROS et al., 2017; MORRONE & MENDES, 2003).

Dejours (2004) utilizou o constructo freudiano sobre pulsão como a quantidade de exigência de trabalho imposta ao psiquismo devido as suas relações com o corpo biológico e o corpo erógeno, ou seja, é um estado de tensão que impulsiona a busca pela vida (Eros) ou pela morte (Tânatos).

Karan (2003), mostra que para trabalhar e aguentar as pressões ansiogênicas muitos homens recorrem ao abuso do álcool, uma forma de gestão de conflitos pela ideologia de resistência diante da violência estrutural que se instala nos ambientes de trabalho. Como esta alcoolização é compartilhada com os familiares e sociedade circundante, o corpo solicitado a trabalhar responde através de queixas e acidentes.

Para Laplanche (1980) o sofrimento como aquele percebido enquanto fenômeno no âmbito individual e sua gênese está cravada na angústia psicanalítica, ou seja, “angústia não elaborada” a qual pode ser desencadeante de desejos de saber e de compreender sinais de ameaças não identificados.

Toma-se como entendimento sobre angústia não elaborada, aquela surgida quando criança, não acolhida pelos pais ou adultos de referência porque se mesclam às vivências angustiantes também não elaboradas por eles, transformando-se em curiosidade jamais satisfeita porque ela se renova diante das conjunturas da vida. Quando adulto, sua angústia pode ser deslocada para o trabalho na busca da elaboração desejada e a cada conquista se fortalece psiquicamente, quando ocorre o fenômeno de ressonância simbólica (LANCMAN & UCHIDA, 2003).

Elaborar denota certa operação intrapsíquica, e na falta dela surgem as patologias físicas ou sociais (como violência e servidão voluntária) em função do rompimento do equilíbrio e do sofrimento criativo na sequência do esgotamento emocional e vivências subjetivas como inutilidade, insegurança e frustração (ibid, 2003).

Diz Bouyer (2010) que o sujeito sem a possibilidade de reconhecimento (“o sentimento de ser aceito e admirado no trabalho”), de ter liberdade para expressar a sua individualidade” e sem lugar de fala coletiva, “o trabalho torna-se para ele fonte de alienação, ansiedade e sofrimento” ao falhar como operador do simbólico como fonte de prazer.

Por outro lado, Freud (2011, p.23) traz o trabalho como elemento central ao Homem contemporâneo por ser objeto de deslocamento de valores associados aos componentes libidinais, narcísicos, agressivos e possibilidades de gratificação de prazer. Afirma:

A atividade profissional traz particular satisfação quando é escolhida livremente, isto é, quando permite tornar úteis, através da sublimação, pendoros existentes, impulsos instintuais subsistentes ou constitucionalmente reforçados (FREUD, 2011, p.24).

A identidade preserva a saúde mental, portanto os sofrimentos e os prazeres, são cravados na experiência de reconhecimento ou falta dele, pois todo trabalhador investe paixão, energia e esforço para lutar contra a desestabilização psíquica iminente em função das pressões existentes no campo do trabalho (COUTINHO, 2009).

Dejours, Abdoucheli & Jayet Abdouchelli (1994) explicam o sofrimento em duas instâncias: o sofrimento capaz de degenerar um estado patológico gerando um círculo vicioso de adoecimentos, como no caso de LER/Dort chamado de patogênico (manifesto pela linguagem e pela dor) e aquele capaz de transformar criativamente o patogênico em linguagem da dor, antes que se torne patológico (capaz de criar saídas para o trabalhador enfrentar sua realidade).

Por outro lado, o trabalho pode dar sentido de prazer quando o trabalhador consegue ressignificar seu fazer em direção à realização do “eu”, há o movimento de “(re)apropriação” do trabalho acompanhada de sentimentos de valorização e reconhecimento possibilitando a vivência de prazer a qual pode ser resultado, no mínimo, da satisfação diante das exigências intelectuais, motoras ou cognitivas do trabalhador no exercício laboral (MORRONE & MENDES, 2003).

Substancialmente o sofrer não se contrapõe ao prazer, pois na dinâmica do trabalho ele ocorre na interface da relação homem-organização do trabalho não bloqueada e expresso pela linguagem na busca de autonomia e reconhecimento diante das saídas criativas frente aos imprevistos. O prazer torna-se uma vivência que é germinado pelo sofrimento criativo (Sznelwar et al., 2011).

Observa-se em Dejours (1988, p. 77) a diferença entre medo e angústia sentidos pelo trabalhador. Começando pela ordem inversa, ele afirma ser manifestação de tensão nervosa diante do risco, enquanto o primeiro é o acionamento do sinal de alerta interno sobre riscos conhecidos. Afirma:

O medo relativo ao risco pode ficar sensivelmente ampliado pelo desconhecimento dos limites deste risco ou pela ignorância dos métodos de prevenção eficazes. Além de ser um coeficiente de multiplicação do medo, a ignorância também aumenta o custo mental ou psíquico do trabalho (DEJOURS, 1988. p. 77).

O autor agrupa esquematicamente as formas de ansiedade mais nocivas ao trabalhador: a. ansiedade relativa à degradação do funcionamento mental; b. relativa à degradação do organismo; e por fim, c. ansiedade da morte gerada pela “disciplina da fome” em resposta a uma exigência inexorável à condição humana, fonte de maximização dos medos associados aos riscos, à integridade física dos trabalhadores, por estarem expostos aos ambientes insalubres contaminadores, mutilações e morte à espreita.

Outro conceito dejouriano importante, é o da *inteligência da prática (PHATICA)*, facilitadora da realização do trabalho real diante do prescrito, o que corrobora para a geração de uma cultura embasada em três dimensões essenciais impressas no ambiente de trabalho: a engenhosidade, a cooperação e a mobilização subjetiva (ATHAYDE, 2005). Para Guérin (2001), todo trabalho humano é inteligente, é onde se instala a capacidade do trabalhador em minimizar ou limitar as condições patogênicas da tarefa e buscar o prazer.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Compreender as repercussões advindas das condições de vida e de saúde, da organização do trabalho e do ambiente no sofrimento psíquico percebido pelos pescadores/pescadoras e marisqueiras da Baía de Todos os Santos e da Baía do Iguape/BA.

4.2 Objetivo Específico

Descrever os dilemas psíquicos apresentados pelas condições de vida e de trabalho dos pescadores artesanais.

Evidenciar quais mecanismos de defesa e enfrentamento são utilizados coletivamente pelos trabalhadores da pesca artesanal, frente aos determinantes sociais e às necessidades de saúde.

Identificar na organização trabalho, elementos que possam interferir na saúde mental dos pescadores artesanais.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo considerou investigar as repercussões advindas das condições de vida e de saúde, da organização do trabalho e do ambiente no sofrimento psíquico dos pescadores/pescadoras e marisqueiras artesanais da Baía de Todos os Santos e Baía de Iguape/BA, fenômenos pouco estudados nesta categoria profissional.

A realidade do campo apresentou elementos importantes que influenciaram no redesenho do percurso metodológico, o que exigiu da pesquisadora reavaliações a partir de exercício de empatia, seguindo as orientações de Minayo (2012), foi extremamente necessário renunciar algumas escolhas. Esta foi a razão pela qual neste trabalho o campo de investigação foi ampliado de Santiago do Iguape/BA para a Baía de Todos os Santos e Baía do Iguape/BA.

Foi preciso valorizar os relatos das vivências dos trabalhadores nos primeiros contatos com o campo, os quais serviram para ampliar a avaliação sobre as questões muito particulares e não quantificáveis inseridas nas hipóteses.

5.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa participante de abordagem qualitativa cujo plano de análise deu-se pela análise de conteúdo em Birdin (2009), sustentada sob a perspectiva compreensiva da hermenêutica pelo viés do pensamento habermasiano. Para Habermas (1987, p. 17), as interpretações sociológicas devem constituir-se a partir de processos dialéticos atentos às ações humanas.

O diálogo entre as bases conceituais das Ciências Sociais e os principais fundamentos da Psicodinâmica do Trabalho compuseram a referência teórica norteadora sobre sofrimento-prazer do trabalhador. Pela visão de Borsoi (2007), o sofrimento é uma vivência que pode ser de difícil compreensão, portanto “exige diálogo crítico e constante entre disciplinas”.

Para Giongo et al. (2015) um dos méritos da teoria dejouriana foi o de ter exposto a possibilidade de agressão mental originada na e pela organização do trabalho identificável ainda em uma etapa pré-patológica.

No Brasil, vem ganhando bastante respeitabilidade entre os pesquisadores, com importantes contribuições em expor as possibilidades de agressão mental advindas da organização do trabalho, embora o sofrimento psíquico seja mais estudado como variável resposta (MERLO & MENDES, 2009). Além do mais, para Lancman & Szneman (2004), a partir da atenção dada pela Psicodinâmica do Trabalho a despeito das injustiças sociais banalizadas no sistema neoliberal abriu para esta teoria possibilidades de ser empregada e estudos de diversos setores.

Segundo Minayo et al. (2012) é o tipo de pesquisa que se contrapõe ao positivismo comtiano, permite a interpretação, mesmo que parcial, da lógica interna dos participantes, bem como tomar conhecimento de suas “verdades”. Logo, facilita a compreensão sobre os significados e sentidos dados pelas pessoas sobre o mundo.

Indicada para área da Saúde, a Pesquisa Participante, é aquela onde o pesquisador vale-se da observação participante, a qual demanda interação entre sujeitos, imersão nas realidades dos grupos participantes, flexibilidade para novos aprendizados a partir da perspectiva do outro. Deixa de ser mero catalogador (QUEIROZ et al., 2007).

5.2 Posição da Pesquisadora

Este estudo foi desenvolvido por uma Psicóloga, mestrande do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Faculdade de Medicina da UFBA, integrante do núcleo de pesquisa sobre saúde dos pescadores e pescadoras artesanais coordenado pelo Prof Dr. Paulo G. L. Pena.

Ocorreu em sua história profissional, que as experiências de trabalho nas áreas de Recursos Humanos, Educação Corporativa e Educação profissionalizante, possibilitaram a aquisição de vivências em organizações taylorizadas e com programas de qualidade como “just in time”, “kanban”, todos eles a favor da redução e maquinização da força de trabalho humana as custas de sofrimentos, antes por mim não identificados como tal.

Portanto, a escolha de aprender o universo da pesquisa em saúde do trabalhador após os cinquenta anos de idade confirma o empenho em transformar os aprendizados pregressos em possíveis produtos que possam agregar à luta diária de trabalhadores vulnerabilizados.

Registra-se que para além de qualquer crença que norteie a educação familiar desta pesquisadora, a empatia às minorias é despertada com a prima experiência laboral

formalizada como educadora popular com crianças e adolescentes cortadores de cana de açúcar em sala de aula do antigo programa de governo denominado Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no interior do estado de São Paulo numa região de quilombolas esquecidos.

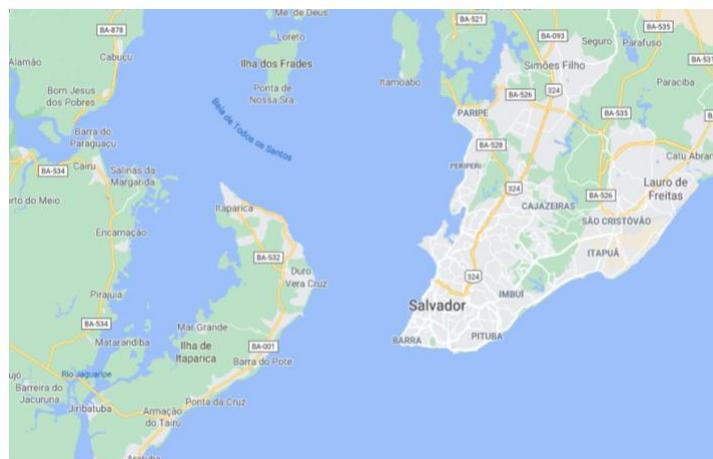
Sendo assim, a oportunidade em desenhar um projeto de pesquisa acampado pelos professores do programa em questão facilitou uma imersão epistemológica desafiadora, pois o fluxo de informações sobre o universo pesqueiro é imenso e o panorama sóciopolítico que o envolve é complexo até o presente momento. Portanto, a posição escolhida desta pesquisadora é dar continuidade nas investigações necessárias para diminuir os limites do conhecimento sobre saúde mental na pesca artesanal.

5.3 Estratégias metodológicas

5.3.1 Lócus da pesquisa

I - Baía de Todos os Santos – Lugar de resistência e luta

Considerada um santuário, com área estimada de 800 km², a BTS foi instituída pelo Estado da Bahia, Área de proteção Ambiental (APA) em 1999, “envolvendo as águas e o conjunto de 45 ilhas inseridas na poligonal formada pela linha da costa que delimita a baía e o estuário do Rio Paraguaçu” (ICMbio, 1999).



Fonte: <https://goo.gl/maps/mZw7Jjn6yJghrAz26> (19.07.2021)

Figura 3: Baía de Todos os Santos.

O espaço humano constituiu-se das famílias descendentes de escravos formadas nas fazendas baianas a partir do séc. XVI, sobretudo na perspectiva de aumento de trabalhadores nascidos sob propriedade dos senhores de engenho. Fraga Filho (2006, p.203), afirma que “vários dos núcleos territoriais constituídos por essas comunidades tornaram-se espaços de preservação de tradições culturais e religiosas”, o que os fazem ser identificados como povos tradicionais de resistência.

Até a queda da economia açucareira, a Baía de Todos os Santos foi lugar de grande expansão marítima às custas de impactos ambientais e iniquidades, pois tinha todos os elementos necessários para a época: engenho de açúcar, farta jusante, mão de obra escrava indígena e africana, também potentes estaleiros de reparos e fabricação de navios tanto utilizados tanto para escoar ou receber produtos do recôncavo ou da capital. Era rota obrigatória aos comerciantes até a década de 40 quando as rodovias são construídas simbolizando a força do elemento fóssil no mundo - asfalto, combustível, transportes rodoviários fazem da cidade de Feira de Santana a princesa substituta da Baía de Todos os Santos, hoje lugar de pobreza e resistência (CAROSO et al., 2011).

Um destes núcleos é Ilha de Maré, com várias comunidades pesqueiras, sendo 05 delas quilombolas, todas expostas à injustiça ambiental, principalmente pelos “impactos gerados por acidentes ocorridos com embarcações de transporte de produtos das indústrias químicas e petrolíferas localizadas no centro industrial de Aratu/município de Candeias/BA”, mencionado no Mapa de Conflitos – Injustiça ambiental e Saúde no Brasil (Porto et al., 2013, p. 60).

De acordo o Atlas do Observatório Quilombola (2021), há 657 comunidades quilombolas na Bahia e muitas ainda em processo de certificação. Há um longo processo em que as famílias passam para terem direito do reconhecimento do espaço comum ancestral. Bananeiras de Ilha de Maré, por exemplo, de acordo com este locus de registro, só foi certificada em 2004.

Denominada de “grande aldeia de pescadores”, entre crenças e costumes, na relação com seu lugar, os trabalhadores e trabalhadoras das águas de Ilha de Maré convivem com o fenômeno da contaminação por metais pesados pela proximidade das instalações do polo petroquímico e porto de Aratu. Derrames e vazamentos de óleo têm comprometido a qualidade de vida da população ribeirinha pelos impactos causados ao ambiente marinho e sua biodiversidade, segundo Queiroz & Celino (2008).



Fonte: Arquivo Pessoal (12/2021)
Figura 4: Porto de Aratu na BTS

Espaços de trabalho de Pescadores e Marisqueiras sofrem modificações desde os anos 50, com a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) no município de Mataripe para exploração de óleo e gás, e desde então as condições de vida e de trabalho das populações no entorno da Baía de Todos os Santos têm sido alteradas profundamente (HATJE et al., 2009).

As fontes poluidoras impactam na quantidade do pescado, na qualidade dos mariscos e crustáceos, na economia das famílias e na saúde dos pescadores e marisqueiras por toda a BTS, principalmente nos manguezais, ao norte da baía. Água, areal e mangues contaminados por chumbo, cádmio e arsênio por toda Baía de Todos os Santos com quantidades acima da legislação, principalmente no norte do recôncavo (TAVARES & CARVALHO, F.M., 1992).

O manguezal, é um ecossistema importante para equilibrar a fauna e flora, local por produzir grande quantidade de matéria orgânica que é liberada nas águas costeiras, é habitado por peixes, aves, mamíferos, répteis, anfíbios, moluscos, crustáceos e insetos, que podem viver no substrato (enterrados ou não), nas copas das árvores, ou na água, como residentes fixos ou visitantes.“ Um dos principais agentes de contaminação e destruição dos manguezais, são os íons metálicos, que chegam através de vários vetores urbanos e

industriais, tais como esgotamentos sanitários e de indústrias químicas e petroquímicas (CARVALHO, 2006).

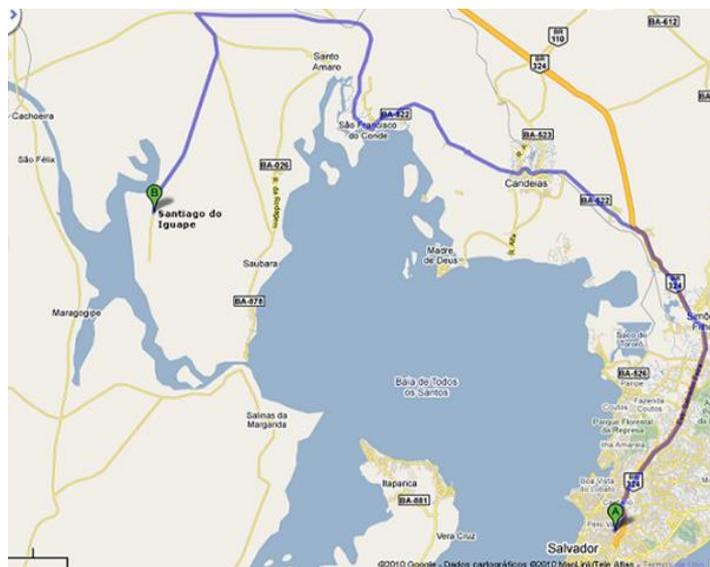
Este território pesqueiro tradicional está incluído nas discussões sobre crise socioambiental, sobretudo pelas inadequações no manejo dos recursos naturais e energéticos, pois os empreendimentos petrolíferos causam impactos de grande proporção nos campos da saúde e saúde ambiental, cujos riscos às populações não são medidos com precisão (RIBEIRO, H. 2012).

Importante ponto esclarecido por Diegues et al. (1999), é a noção de território para além do meio físico utilizado, diz respeito às relações sociais existentes, aos profundos conhecimentos sobre os espaços produtivos visíveis e os submersos. Logo, este deveria ser zelado como parte da missão do Estado, alinhada às metas mundiais de “valorar, corrigir, controlar e evitar fatores do meio ambiente que, potencialmente, possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras”, como lembrado por Ribeiro (2004) a despeito da carta de Sofia.

Além da diminuição das espécies, a contaminação da BTS é explícita condição de caráter insustentável, pois os contaminantes são passíveis de causarem danos à saúde humana desde pequenas reações ou de grande proporção como câncer e morte, assim como são sentidos como invasores do corpo e dos sentimentos (ibid, 1992).

II - Baía do Iguape - Quilombo de gente de rio, mangue e luta

A Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape – Resex com área de 2.831,24 ha de terrenos de manguezais e 5.286,29 ha de águas internas brasileiras, abrange os municípios de Cachoeira, Maragogipe e as comunidades de Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu e Nagé. De toda a Baía, 68,3% das famílias dedicam-se à pesca exercida essencialmente por homens e 31,67% à mariscagem, sendo 31% mulheres e crianças (ICMbio, 2018).



Fonte: ICMBio

Figura: 5 Mapa de localização da Baía de Iguape

Uma Resex marinha, pela Lei 9.985/00 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC), serve para cuidar dos pontos de conservação, permitindo o uso social dos recursos naturais por populações tradicionais de forma sustentável, para proteger o modo de vida e a culturas dos pescadores artesanais e para viabilizar junto aos pescadores, regras de uso de pesca e mariscagem (BRASIL, 2000). São registradas como concessão real de uso coletivo:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

Portanto, exercem a função de controle social sobre os acontecimentos em curso ou projetados, dentro da Resex ou na área do seu entorno até 10 km. Por ser de competência federal, sua responsabilidade é do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o que significa que as comunidades devem ser “indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e realocadas em local e condições acordadas com o poder público diante de prejuízos”. No entanto, as comunidades passam por uma série de

problemas envolvendo territórios, contaminação e gerenciamento hidrográfico sem nenhum programa de responsabilidade para com as comunidades (ZAGATTO, 2013).

Genuinamente negro e mestiço, o território da Baía do Iguape possui 23 comunidades quilombolas rurais que se conectam pelo rio, onde as relações familiares e de amizade remetem ao período pós escravocrata marcadas pelo cuidado uns com os outros, seja pelo parentesco ou pelo convívio que perdura por várias gerações. É “terra de preto”, como anuncia Machado (2016).

A saber, para além de ser lugar de negros fugidos, o historiador Reis (1996, p. 15) informa que a palavra quilombo derivaria de *kilombo*, de origem mbundu do Centro-Sul da África e significa “uma sociedade iniciática de jovens guerreiros”.

Não por falta do que lutar, estes sujeitos das comunidades tradicionais estão envolvidos em aspectos que envolvem o rio, seu entorno e suas identidades. Seja pela defesa do território, pelo direito ao trabalho digno, preservação das tradições, são ativos em movimentos, cujo repertório de lutas assemelha-se aos dos movimentos antiglobalização dos anos 90.

Em 1835, a Freguesia de Santiago do Iguape tinha 47% de escravos nativos da Bahia, descendentes diretos de sociedades guerreiras nagôs, jejes e hauçás. Estes por sua vez, ali permaneceram na pós escravidão (ibid, 1996)

Comunidade autodeclarada quilombola desde 2006, foi reconhecida pela instituição pública, pela Fundação Cultural Palmares²¹ por ser voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

Oliveira G.C. et al. (2017) dizem ser este um quadro antigo marcado por sérias disputas que têm em seu histórico, a defesa do território pela criação da Resex em 2000, passa ocorrer graças a territorialidade das comunidades. Portanto, a vinda da Resex foi uma conquista do movimento social da pesca artesanal e agricultores na defesa de cada artesão das águas e toda a comunidade e da truculência de fazendeiros, grileiros e até mesmo do

²¹ Fundação Cultural Palmares - Compete ainda à Fundação Palmares garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades de quilombos, bem como, a defesa da posse contra esbulhos e turbações para a proteção da sua integridade territorial, conforme as disposições contidas no art. 5º e no art. 1º da Lei nº 7.668, de 1988 (BRASIL, 1988). Disponível em: Fundação Cultural Palmares criou o ícone Proteção Territorial Quilombola – Fundação Cultural Palmares.

próprio Estado”. Entenda-se territorialidade, segundo esses autores, “como uma espécie de comportamento espaço-territorial de um grupo social”.

Contudo, ainda que a população negra tenha buscado variadas estratégias de enfrentamento diante da mitificação da democracia racial, diferentes formas de violências constituídas em todo território nacional vão se estruturando via projetos de exclusão étnica e social, gerando em contraponto, um panorama histórico de perseguições e sofrimentos alicerçado fundamentalmente na ideologia da racialização (MUNANGA, 2006).

Pelo olhar de Pena & Gomes (2011), a época escravocrata no Brasil finda com a Lei Áurea de 1888, mas não significou fim dos maus tratos aos trabalhadores rurais e urbanos submetidos à escravização moderna, submetidos às múltiplas violências. São pessoas tratadas como se os corpos fossem não humanos.

Há uma rede de solidariedade entre as comunidades Dendê, Caonge, Calolê, Engenho da Ponte, Calembá, Imbiara, Tabuleiro, São Francisco do Paraguaçu, Opalma, Caimbongo Velho, Tombo, Brejo do Engenho da Guaíba, Engenho Novo do Vale do Iguape, Engenho da Vitória e Engenho da Cruz. Juntas formam um complexo de comunidades quilombolas auto identificadas, compõem “a rota da liberdade”, como é chamada a agenda turística construída em troca do saber fazer (MACHADO, 2016).



Fonte: Acervo pessoal

Figura 6: Entrada de Quilombos pela Rodovia BA 880

Nesse sentido, aponta Sacramento (2019), em se tratando de territorialidade quilombola, desde a falência das usinas de açúcar, muitas teceram redes sociais sustentáveis e permanecem na invisibilidade como forma de estratégia sociopolítica do Estado, com vistas em diluição de poder de barganha com a economia fundiária.

Segundo Monteiro & Prost (2009), os cultivos predominantes nesta baía são a banana, o coco da baía, a mandioca e a manga, que muito facilita aos que não têm renda. Nos estudos de Cruz (2012), a atividade agrícola e a produção do óleo de dendê são importantes para o sustento das famílias, presentes nos caminhos, nas mesas e na vida dos trabalhadores. No geral, planta-se para consumo próprio e o que sobra é comercializado no próprio território ou nas feiras de Cachoeira e Santo Amaro, quando não muito, distribuído entre os moradores.

Conforme figura abaixo, observa-se que a produção do dendê na região é de pequena escala, realizado de forma rudimentar.



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 7: Transporte do dendê para fabricação do óleo

Houve uma tentativa de industrialização de óleo de dendê após economia canavieira pela extinta fábrica Opalma, que sem sucesso trouxe ainda mais miséria à população, de

acordo com a dissertação de Cruz (2014), pois na promessa de emprego explorou os conhecimentos dos moradores da região com precárias condições de trabalho.

Santiago do Iguape foi o lugar de início de partida para este estudo, campo de pesquisa, o qual deu régua e compasso para ampliar o entendimento de que há muitos elementos que compõem a pesca artesanal na contemporaneidade. Percebido como lugar onde as redes estão espalhadas pela calçada e hora ou outra, encontra-se um pescador na atividade do “remendo” das redes. Os nós são pequenos e precisamente firmes. Pelas ruas, as redes estendidas demarcam a indicação do ofício imperativo na cidade de gente especialista no que faz, mas de estabelecimento de redes solidárias.

Comunidade onde as mulheres são pescadoras, pescadeiras e marisqueiras. Muitas são mãe solo e realizam outras atividades em paralelo ao trabalho na maré. Trabalham sempre em grupo e em colaboração uns com os outros. Mulheres mariscam juntas e com os pescadores há acordos na comercialização dos pescados. As redes comerciais também são muito comuns, seja nos alugueis ou empréstimos de barcos, seja no beneficiamento de pescados capturados por terceiros.

Verifica-se que os profissionais conseguem articular alternativas de produção pela integração social, típico de redes de economia solidária que se estabelecem para contrapor elementos da economia de mercado, tal como chama atenção Boaventura Souza Santos (2003, p. 28).

Um exímio exemplo são as mulheres beneficiadoras que secam, salgam ou defumam a produção de outros pescadores e muitas vezes em contrato de confiança. Assim este local, onde as redes se estabeleceram pelo abastecimento de alimentos e de produtos de Salvador desde o século XVIII, hoje continua fornecendo alimento para o recôncavo baiano.

Atualmente, é distrito da cidade de Cachoeira e como vila tem aproximadamente 2.400 habitantes, sendo mais de 200 famílias. Muitos pescadores, pescadeiras²² e marisqueiras acumulam atividades entre as águas, mangue e lavoura de subsistência (ICMbio, 2018).

Contudo, esta comunidade enfrenta as pressões da ideologia neoliberal, junto com as comunidades de toda a baía por meio da tradição da oralidade e da força das lideranças na busca de fortalecer redes nos movimentos sociais sistematizados com apoio do

²² Nome dado na região da Baía do Iguape às mulheres que dominam a arte da pesca e da mariscagem.

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e as universidades.

É a maior comunidade quilombola da região e comporta a infraestrutura básica em Educação, Saúde e Assistência Social como polo para o atendimento de toda região. Abriga a sede da subprefeitura de todas as outras comunidades.

Possui cobertura da Atenção Primária à Saúde com uma USF localizada e uma sala de estabilização chamada de Upinha com Médico, Enfermeira e Técnico de Enfermagem por 24 horas. Possui ambulância à disposição *full time*, o que não significa exatamente que estes conseguem atender as demandas dos trabalhadores integralmente por falta de materiais, medicamentos e equipamentos adequados para atendimentos de todas as demandas, conforme verificado junto a Enfermeira (da sala de estabilização), interlocutora em situação de observação participante.

No âmbito da área social, há uma ampla instalação com múltiplas salas de atendimento para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, com grande movimentação de beneficiários presentes. Bem ativa, a equipe é composta por Psicóloga, Gerente, Arte educadores e administrativos. Ponto de referência para assuntos legais, de saúde e de socialização com acolhimento e tramitação da população diariamente. Lembra espaços de lazer e funciona “como espaço de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos”, são unidades públicas integrantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

São aproximadamente 219 famílias cadastradas e uma média de 120 atendimentos diários com atendimentos para gestantes, grupos de mulheres, e atividades esportivas para adolescentes, programas educativos contra violência infantil e à mulher. Os programas e atividades voltados para os trabalhadores ocorrem em parceria com as universidades e outras entidades.

No estado da Bahia a administração da saúde está dividida entre 28 regiões que se aglutinam em 09 Macrorregiões de Saúde, sendo Cachoeira, o polo de referência para Santiago de Iguape, localizada no Território Recôncavo, macrorregião Leste, região Cruz das Almas com proporção de 80 a 100% de cobertura populacional estimada por ESF, mas sem cobertura da Saúde do Trabalhador (BAHIA, 2019).

Entre muitos enfrentamentos que as comunidades experienciam para gerenciar a vida, a modificação do meio ambiente pela intervenção de organizações estatais e privadas interfere na harmonia que as comunidades da Baía do Iguape construíram junto ao rio Paraguaçu. Toda a Baía do Iguape enfrenta problemas com a contaminação e com as modificações ambientais sem identificação das instituições responsáveis. A imagem abaixo mostra o porto de Santiago do Iguape, cuja lama denota estar contaminada (coloração escura, e forte odor).



Foto: Acervo Pessoal (12/2019)

Figura 8: Ambiente insalubre de Santiago do Iguape/BA.

Observa-se o abandono da estação da EMBASA, portões abertos, os poços de tratamento com tampas soltas, indicando risco de acidente à população, principalmente às crianças. Em hora de maré baixa, fica mais explícito o esgoto escorrendo a céu aberto, impregnando a lama de odores evidenciando ser esta, uma obra sem manutenção e esquecida.



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 9: Estação da EMBASA e resíduos dispensado no mangue

Afirmam Borja & Moraes (2006) que as desigualdades das sociedades capitalistas impactam nas disparidades do acesso aos serviços de saneamento.

Esta é uma comunidade banhada por água doce. O rio em questão tem 600 km de curso e é genuinamente baiano, nasce nos territórios da Chapada da Diamantina, de nome indígena, Paraguaçu significa "água grande, mar grande, grande rio" e assim é. Com grande margem, num percurso de 46 km é fonte de alimento, renda, lazer, e via de locomoção (INEMA, 2014).

A construção da barragem Pedra do Cavallo na década de 1980 "alterou o equilíbrio do rio, mas somente em 2005 após a instalação do centro gerador de energia elétrica, uma nova ordem na gestão hidrológica contraria a saúde da região estuarina, gerando o aumento da salinização das águas. Como consequência, o aparecimento de espécies de plantas exóticas, redução dos cardumes e impossibilidades de capturas." Grande problema o qual muito impacta no aumento da concentração de poluentes e elementos patogênicos, colocando em risco de contaminação a biota e os seres humanos (MONTEIRO & PROST, 2009; GENZ et al., 2008).



Foto: Acervo Pessoal

Figura 10: Barragem Pedra do Cavallo

Dentro de uma perspectiva sócio-histórica do racismo, tanto quanto econômica, a tripla sobreposição de interesses (Federação, Estado e Empresa privada) sobre o território que abrange toda a Baía isenta as partes envolvidas em assumir os prejuízos ambientais que vem impactando a produção e a qualidade de vida dos pescadores da região. Ninguém assume os passivos sociais e ambientais (MONTEIRO & PROST, 2009).

Os referidos autores também afirmam que além da gestão dos recursos hídricos pela VOTORANTIM²³, na barragem Pedra do Cavalo, também há neste portfólio de lutas, a construção do estaleiro Enseada do Paraguaçu desde 2011, com a política de descarte de resíduos das indústrias Mastrotto Brasil S/A e Santex (localizadas em Cachoeira) no rio Paraguaçu, com a plataforma da Petrobras São Roque do Paraguaçu desde a década de 70.

Diz Prost (2010) em relação ao canteiro Naval: “O projeto governamental defende uma visão desenvolvimentista e anuncia uma elevada oferta de empregos, foi precedido de um breve estudo que não levou em conta os potenciais efeitos sociais de tal empreendimento.”

O racismo ambiental ocorre na centralidade do *apartheid* de classes, onera física e psicologicamente trabalhadores precarizados espalhados nos territórios urbanos, nos campos e nas florestas cujos processos pautados pelo consumismo gera degradação ambiental, esgotamento de recursos naturais, exploração de animais (RAMMÊ, 2012, p. 16).

Contudo, especificamente nesta área, há uma queixa recorrente em todas as comunidades a respeito da ocorrência de coceira no corpo após contato com a lama ou água do estuário do rio Paraguaçu. De acordo com os relatos, ardem como queimadura.

Em pesquisa sobre o quadro da coceira, o biólogo Veloso Jr (2020), evidenciou a relação causal da coceira relatada pelos trabalhadores da pesca artesanal no estuário do rio Paraguaçu com a redução da vazão de água doce. Avaliou que com o aumento de salinidade do estuário, o estabelecimento de *uma planta* - *A. atlântica*, espécie de esponja foi potencializado. Ocorre que ela libera micro espículas nas águas e na lama, que ao entrar em contato com a pele dá uma sensação de ardência a qual atrapalha a realização das atividades laborais.

A seguir, a imagem de uma marisqueira de Santiago do Iguape exposta ao mangue repleta de “esponja”, nome dado pela comunidade.

²³ Grupo internacional brasileiro atuando em vários segmentos. Maior acionista da Veracel já mencionada anteriormente.



Fonte: Ana Carine Carvalho Cardoso (PPGSAT)
Figura 11: Marisqueira na lama com esponjas

O rio está ameaçado e dias inteiros de trabalho comprometidos com baixa captura tem sido o cotidiano destes pescadores, pescadoras, marisqueiras, camarãozeiras e pescadeiras. A relação de diálogo destes trabalhadores com a natureza caracteriza coletivamente, a identidade dos pescadores pelo afeto, tanto quanto pelo *modus vivendi* de toda a comunidade no e pelo rio. O que vestem, o que comem, o que realizam cotidianamente é tecido por redes sociais onde o rio tem seu protagonismo.

Estes aspectos apontados em torno do rio estão ligados à condição de vida dos trabalhadores de Santiago do Iguape, para além da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH que em seu 1º artigo afirma que a água é um bem de domínio público, logo a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997). Entretanto, todas as vezes em que os barcos e apetrechos são arrastados pelas cheias causadas pela abertura das comportas da Barragem Pedra do Cavalo sem aviso prévio, estabelece-se o lugar de invisibilidades.

Outras comunidades pesqueiras fluviais formam pelo país verdadeiros espaços de recursos naturais de uso comum, cheios de normas e simbologias estruturantes de redes sociais e do trabalho com autogerenciamento das tarefas cotidianas, onde o elemento trabalho torna-se um elo entre o pescador e o rio, mar e/ou estuário envolto de sentimentos

e valores de pertencimento e de territorialidade entre as comunidades pesqueiras artesanais (DIEGUES & MOREIRA, 2011).

Embora a região do Iguape não tenha sido atingida pelo derramamento do óleo bruto ocorrido em agosto de 2019, foi fortemente atingida indiretamente, pois também tiveram a comercialização dos pescados interrompida como resposta do mercado consumidor, confirmando também os cruéis impactos da injustiça ambiental levantada por Pena et al. (2019).

Azevedo (2014, p. 61) afirma “que a ideologia da globalização neoliberal tem como núcleo o setor econômico, mas é no meio ambiente e nas relações socioambientais que os resultados da atual conjuntura econômica se mostram mais avassaladores, sendo fonte de inúmeras injustiças.”

A colonização católica está impressa nos diversos cruzeiros espalhados pelo vilarejo, mas sobretudo pela magnitude da catedral, a primeira matriz do interior da Bahia, construída a partir do século XVIII, cujo padroeiro São Tiago, indica a hegemonia da imigração espanhola na região. À beira do rio, sua edificação barroca funciona como um cartão postal no porto, onde o contraste com os tijupás²⁴ dos pescadores denuncia a diferença social impressa na história dos trabalhadores da região. No dia 24 de julho, devotos realizam uma caminhada num percurso entre a zona urbana e rural, tal qual em Compostela/Espanha.

A presença feminina na pesca e na mariscagem é significativa na prática, contrariando a organização do trabalho essencialmente masculino, pois muitos homens saíram da comunidade em migração compulsória em busca de melhores condições de trabalho. As pescadoras e marisqueiras são mães de família solo. Muitas são donas de seus apetrechos e de barcos, como também de camboas²⁵ e de armadilhas para captura do camarão. Queixam-se da falta de respeito frequente por parte de pescadores, homens que chegam primeiro no local de captura de domínio das pescadoras, cujas armadilhas foram postas na noite anterior. Todo o trabalho que dura em torno de 06 horas fica perdido acarretando falta de produção diária e sustento da família.

²⁴ Nome indígena para cabana, abrigo. Neste caso, são os pequenos estabelecimentos onde os pescadores guardam seus equipamentos.

²⁵ Camboas são armadilhas feitas de madeira que ao esvaziar a maré, as espécies ficam presas na lama.



Fonte: Acervo pessoal

Figura 12: Pescadora na captura de camarão na camboa

5.3.2 A Entrada no campo e a produção de dados

A aproximação ao território sucedeu-se em diferentes momentos. Para iniciar ocorreram dois encontros em meados do mês de agosto de 2019 com duas das lideranças dos grupos das Mulheres quilombolas de Santiago do Iguape/ Cachoeira-BA. Foram encontros desafiadores diante da expectativa de que as pesquisas acadêmicas pudessem auxiliar em problemas entendidos como emergentes como a ausência dos pagamentos do seguro defeso, em atraso na época.

Após a participação de uma reunião na resex com a participação de Conselheiros de Toda a Baía do Iguape no mesmo ano, onde foram realizados novos contatos e divulgação da intenção de pesquisa junto às lideranças e professores presentes envolvidos com as problemáticas da pesca artesanal. A partir da escuta nesta reunião, foi possível avaliar os possíveis problemas que poderiam estar relacionados ao sofrimento psíquico, logo o diálogo com a liderança do grupo dos Quilombolas de Santiago do Iguape iniciado nesta reunião facilitou a retomada do campo Baía do Iguape.

A análise documental foi uma etapa imprescindível que precedeu a produção de dados. Foram incluídos o acervo do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e

Trabalho (PPGSAT) para a busca de vídeos, cartilhas, relatórios, dissertações, artigos e banco de dados. Também os amterias disponibilizados no site do CPP.

Considerando Bardin (2009, p. 47, 122), o conjunto de documentos foi submetido a leitura flutuante, em seguida, os escolhidos foram separados por temas que atendessem aos objetivos da pesquisa. Seguindo também a indicação de Minayo (1992, p.132), o desenvolvimento desta etapa seguiu os mesmos passos da pesquisa bibliográfica para que as informações fossem incluídas para análise.

Após submissão do projeto ao comitê de ética, deu-se início a produção de dados, primeiramente pela observação participante. De acordo com Godoy (1995), é na observação participante “(...) que o observador deixa de somente observar para colocar-se na posição dos componentes do grupo, envolvidos com o fenômeno em questão.” As observações foram livres e assistemáticas no acompanhamento de atividades no mangue, no rio, na camboa, no processamento da secagem de camarões e no beneficiamento de mariscos.

Também ocorreram a visitação de uma roça religiosa de matriz africana, em uma procissão católica em devoção a São Roque no Quilombo Engenho da Ponte e em um encontro cultural com samba de roda em Santiago do Iguape-Cachoria/BA. Momentos muito importantes para compreender a manifestação de fé e de alegria entre os pares.

Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas com 09 mulheres e 01 homem cuja amostra ocorreu em bola de neve.

A aplicação das entrevistas foram individuais em um único momento. Enquanto estratégia, seguiu-se a indicação literária por ser uma técnica metodológica com um roteiro pré-estabelecido com questões abertas possibilitando os atores a se expressarem livremente, bem como o aprofundamento do objeto por parte do pesquisador.

Esta é uma das modalidades mais utilizadas no trabalho de campo, instrumento que mescla questões fechadas e abertas, privilegiada pela fala por desvelar conteúdos objetivos e os nem sempre conscientes, com maior possibilidade de diálogo. No Livro de Minayo (2019, p.14) sobre o uso da palavra em pesquisa qualitativa, há clara contextualização a respeito:

[...] combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, permitindo ao entrevistador um controle maior sobre o que se pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados (MINAYO, 2019, p. 14).

Todas as entrevistas foram gravadas ou registradas, transcritas na íntegra e identificadas com nomes fictícios.

Elaborou-se 10 diários de campo por data, como instrumento de registro de todas as informações, seguindo a premissa de Gérin et al. (2001) de que é preciso ir para além de meras anotações sistemáticas das atividades, pois faz-se necessário bem entender os aspectos psíquicos e somáticos em que o corpo do trabalhador está submetido.

Observar na figura 13, reconhecimento territorial fluvial como parte do material empírico coletado e registrado em diário de campo, sobretudo pela busca de compreender o significado do trabalho e do território para as marisqueiras participantes à luz das condições sociais e históricas como preconiza a hermenêutica habermaziana.



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 13: Reconhecimento do território de pesca fluvial

5.3.3 Aspectos Éticos

Esta pesquisa faz parte de um projeto maior sobre saúde dos pescadores e pescadoras artesanais realizado pelo Grupo de pesquisa em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Pesca Artesanal (PROSAS), aprovado pelo CEP sob **NÚMERO DE**

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE PESQUISA FMB-UFBA: CAAE-12024913.9.0000.5577 / PARECER 1.711.010.

As identidades de todos os envolvidos foram preservadas, conforme preconiza a Resolução 510/2016 (BRASIL, 2016), salvaguardando o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos informantes trabalhadores artesanais participantes.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido em voz alta em conjunto ao participante com explicações sobre os objetivos da pesquisa, seus benefícios, riscos (emocionais, desconfortos, cansaços) e o método usado, respeitando os princípios bioéticos da pesquisa dispostos.

5.3.4 Análise dos dados

Na busca de melhores compreensões sobre os conteúdos trazidos pelos participantes, aplicou-se a análise de forma esquemática passo a passo.

A primeira etapa realizada foi a releitura de todo o material coletado, em seguida realizada a ordenação dos dados por categorias. Houve a releitura das categorias já separadas em quadro lógico esquematizado por depoentes.

O critério de categorização adotado foi o da semelhança de significado semântico/lógico e psicológico. A força dos temas foi considerada por serem recorrentes e fazerem parte dos objetivos da pesquisa por categorias que agrupadas por núcleos temáticos deram sentido aos conteúdos manifestados e aos latentes.

De acordo com Minayo, “o processo de análise de um estudo qualitativo permite a interpretação, mesmo que parcial, da lógica interna dos sujeitos que se estuda, bem como a experiência de tomar conhecimento de sua verdade” (MINAYO, 2012).

Então a interpretação considerou os elementos subjetivos das entrevistas individuais e dos diários de campo, portanto preconizou a voz e as formulações que os pescadores/pesadoras e marisqueiras fizeram da própria situação de trabalho. As interpretações não se voltaram para o processo de cura como na Psicanálise e/ou Psiquiatria, mas sim para a formulação e a identificação dos elementos subjetivos a nível individual e coletivo conforme indicam Heloani & Lancman (2004).

5.4 Os participantes: breve descrição

Adriana (41 anos): Solteira, Líder atuante pelo MPP.

Nasceu em uma família de pescadores. Aprendeu a mariscar criança para auxiliar na produção de subsistência. Relata ter assumido desde pequeno papel social em seu meio como solucionadora das demandas familiares. Acompanhou familiares no processo de escoamento dos produtos desde muito jovem. Atuante no movimento social em prol da pesca artesanal em nível nacional, assumiu liderança referencial às comunidades da Baía do Iguape por muito tempo. Relata dificuldades nos atendimentos do serviço de saúde da rede SUS, pelo tratamento e pelo desconhecimento das responsabilidades de um trabalhador da pesca artesanal. Narra as dificuldades sentidas em tempo de pandemia pelo distanciamento e pelas incertezas. Informa o aumento de casos adoecimento mental nas comunidades, principalmente entre os jovens acuados entre a falta de possibilidade em permanecer no território, o narcotráfico ou o enfrentamento da capital com todas suas mazelas sociais. Refere eu pai como grande pescador, habilidoso redeiro com muito carinho e cuidado. Referenda a sobrecarga de trabalho gerando cansaço mental.

Alexandra: 59 anos, solteira, 01 filho adulto.

Natural de Santiago do Iguape, quando jovem migrou para o sudeste e quando voltou já diagnosticada como bipolar. Relata muito sofrimento para permanecer mais de 10 anos no mercado de trabalho exigente. Pertence à família de pescadores. Pesca desde muito menina, mas assumiu a profissão de marisqueira aos 14 anos. Sempre acompanhou a mãe na coleta e na comercialização. Informou que andava horas pela estrada até chegar à feira. Marisca todos os dias, pois afirma ser um alento e alívio as atividades para que possa manter a calma. Relata que sua variação de humor ocorre quando é muito contrariada e sente dificuldades para trabalhar nos projetos com pessoas pouco interessadas no movimento emancipatório. O grupo ao qual pertence pretende melhorar sistema de beneficiamento e armazenamento. Atua como conselheira da resex e assume papel de linha de frente em projeto de segurança alimentar. Relatou ter problemas ortomusculares sem tratamento. Informa não ter confiança no serviço de saúde e utiliza o CAPS para buscar os medicamentos, porque sabe que seu quadro pode piorar sem eles.

Geane: 32 anos, solteira, 01 filha. Fez Pedagogia. Também é lavradora. Possui trabalho formal na Comunidade.

Relata ter aprendido a pescar e mariscar com os pais desde sempre e quando não estava na maré ajudava a pegar lenha para o fogão a lenha. Informa ver na pesca artesanal, um trabalho de autonomia e empoderamento feminino, sem dependências, o que ela chama de trabalho com as próprias mãos. Ensina sua filha a mariscar e faz questão que ela tenha um ofício familiar. Motiva-se com a continuidade da arte da pesca da mesma forma que tem forte lembranças de seus avós como referenciais de conduta pelos valores morais e éticos para com a comunidade. Traz as festas e os encontros coletivos da localidade como bem-estar, além do prazer. Mostra clareza das mudanças atuais na arte da pesca, mas acredita na resistência através da Educação aos jovens sobre sua ancestralidade. Por isto se dispõem a contribuir sempre que pode com os projetos da comunidade. Relata ter imprimido bastante sacrifício para realizar seus estudos e aperfeiçoamento em informática elo deslocamento até Feira de Santana com baixos recursos financeiros. Informa não se identificar como pessoa sem a arte pesca. Pesca e marisca para consumo familiar. Afirma não possuir problemas de saúde. É usuária do PSF local e não tem nada a reclamar. Diz que reconhece que o trabalho é sofrido, mas não há sofrimento em ser marisqueira, pois entende que o mundo fora de sua comunidade é muito mais sacrificante.

Gisele: 44 anos, 02 filhos. Avó de uma menina.

Pertence à família de Pescadores, irmão é dono de barco. Buscou novas oportunidades de trabalho fora de sua comunidade, mas voltou porque é na pesca que encontra sempre seu porto seguro. Arrimo de família, demonstra profundo conhecimento sobre as questões sociopolíticas que envolvem o universo pesqueiro. Trabalhou na Colônia de pescadores por tempo limitado. Relata não participar de nenhum movimento social, mas reconhece que a luta das mulheres foi o caminho a conquista dos mesmos benefícios previdenciários dos homens. Entende-se pescadora como uma solução para as questões da vida, onde está amparada pela cultura e pela família. Afirma não ter problemas de saúde, mas sabe de muitas pescadoras que apresentam quadros agravados pela carga de trabalho, mas que não conseguem se aposentar.

Lídia: 54 anos, 07 filhos.

Nascida e criada na pesca artesanal. Afirma que a vida de sua comunidade é esta, como sem alternativas. Filha e irmãos de pescadores, é casada com um pescador experiente. Juntos são donos de embarcação e dos instrumentos de pesca. Informa que reconhece que o trabalho dos homens é mais pesado que o das mulheres, e que para ela não há diferença na responsabilidade. Relata acidentes que já sofreu no desenvolvimento da atividade na maré, mas o que está mais lhe preocupando é a violência crescente na comunidade, onde os “meninos” da droga como ela chama já ameaçaram seu marido na ida para maré. O que mais ela teme é pelos seus filhos, que incentiva a todos a estudarem, metade deles já fazem universidade e neste ano de 2021, outros dois filhos passaram no vestibular. O orgulho de ser pescadora vem do sentido ético-moral de ter um trabalho honesto e dia que este é um trabalho como outro qualquer. Beneficia os mariscos, porém a venda fica a cargo do marido. Seu papel de provedora é a imagem de si de maior potência dentro de sua simplicidade em ver a vida como um fluxo das águas. Fala sem complicações, revela, inclusive um estranhamento na entrevista, pois para ela tudo o que ocorre na pesca é normal da atividade. Menciona a chegada da Barragem Pedra do Cavalo com a diminuição de espécies, inclusive para alimentar seus filhos.

Lola: 50 anos, 02 filhos, sendo um deles pescador atuante. Proprietária de barco, marisca e pesca desde os 05 anos. Avó.

Traz a grande rede do pai como ponto forte em sua autoidentificação por pertencer à uma linhagem de pescador respeitado na sua região. Casada com Pescador, demonstra sentir orgulho do filho também pescador. Relata ser importante para a manutenção financeira da família. Também desenvolve atividade paralela com artesanato para vender em feiras. Pescadora militante, relata ter projetos de economia colaborativa a serem desenvolvidos em sua comunidade, porém afirma sentir frustração pelo ritmo vagaroso em que as soluções acontecem coletivamente. Faz parte da Associação das Mulheres Quilombolas dos quilombolas. Participa ativamente de grupos culturais como as Amazonas do Iguape e das reuniões e atividades em prol da comunidade. Informa estar num quadro de desânimo e tristeza que a deixa letárgica, porém como percebe a terapia medicamentosa agressiva a ponto de se sentir sem controle de si mesma, a não ser para ficar deitada. Por sua conta e risco deixou os medicamentos de lado e procura nas terapias da medicina popular acalmar o que chama de estresse. Relata insônia conta própria recorrente mesmo

assim prefere não buscar tratamento porque percebe que não há interesse dos profissionais em associar agravo com o trabalho da pesca artesanal e mariscagem. Narra ter sofrido acidente grave ao puxar redinha na beirada da maré. Material cortante feriu profundamente uma das pernas. Dona de barco, informa que marisca com armadilha para que possa aliviar os problemas musculo esquelético.

Lúcia: 32 anos, 01 filha, autodeclara-se quilombola. Pertence à família de pescadores, lavradores e produtores de dendê, mel, mudas de plantas, farinha de mandioca, beiju e outras iguarias.

Informa ser nativa do ambiente de pesca desde sempre. Informa ter responsabilidade com sua filha e com a comunidade da qual pertence. Trabalha na lavoura todos os dias e na Pesca seguindo o fluxo da maré. Conta que a maré já foi lugar de brincar enquanto esperava a mãe lugar de ajudar a mãe e de cuidar de seus irmãos a partir de sua produção. Afirma reconhece a importância da preservação do meio ambiente após envolver-se nos movimentos sociais assim como percebe a escassez de pescado a partir da chegada de empreendimentos indústrias na região. Relata que é na pesca noturna de onde retira forças para seu sustento para cuidar da filha sozinha, porém a falta de segurança com a chegada do narcotráfico ameaças de latifundiários, já não é possível esta prática. Também é lavradora

Lucinda: 31 anos, casada com pescador, 01 filho. Professora da escola local.

Aprendeu a mariscar desde cedo, pois a mãe criou os filhos sozinha. Referenda a mãe como a mulher forte e resistente às condições de vida de uma comunidade tradicional.

Conta que logo jovem percebeu o grande esforço empregado na atividade com baixo retorno financeiro e muita desvalorização para com a pescadora artesanal. Informa não desejar que seu filho aprenda cedo a profissão. Depois de empregar muito esforço para estudar, hoje se vê como uma referência para com os jovens de sua comunidade na área da Educação também. Afirma ter orgulho de sua ancestralidade. É militante pelas causas relacionadas à preservação da identidade cultural. Evidenciou baixa expectativa em relação às pressões do capitalismo sobre as comunidades, principalmente pela falta de atenção do poder público sobre os benefícios dos pescadores. Informa que percebe que cada vez que seu marido volta pesca, volta desanimado pela baixa quantidade de pescado e pela desvalorização do trabalho arriscado. Hoje relaciona o trabalho na pesca com tristeza.

Rosa: 50 anos, 02 filhos e 02 netos. Informa ser casada, porém marido reside na Capital, sendo ela a responsável pela família em todos os assuntos.

Pescadora, beneficiadora e comerciante. Possui 02 camboas, barco e instrumentos de pesca. Trabalha a semana toda e aos finais de semana ainda vai à feira de Cachoeira. Informa que a pesca é a vida das mulheres do seu lugar. Filha e irmãos de pescadores, foi criada pela mãe, sua referência de luta e persistência para manter a disciplina diária e assim garantir sua liberdade na organização do trabalho. Sua mãe também criou todos os filhos sozinha. Relata ter consciência de suas conquistas materiais a partir de suas atividades laborais. Tem atividades paralelas com comércio de utensílios, vestuário e brinquedos. Não se interessa por movimentos sociais, parece não perceber que seu comportamento individual de enfrentar cotidianamente a carga de trabalho por quase 12 horas tem sido uma escolha sociopolítica a favor da pesca artesanal de sua comunidade. Relata não ter problemas de saúde, embora registre que tem insônia, crises nervosas (como ela chama).

Jonatas: 51 anos, separado, 01 filha.

Aprendeu a pescar desde cedo e relata o sofrimento que passava para acordar cedo, no frio, de madrugada e as vezes com chuva. Lembra as dificuldades da família para sustentar os filhos, referindo ter ocasião de ir à pesca somente com uma caneca pequena de café e farinha. Diz não ter outra alternativa de trabalho, pois pouco foi à escola. Acumula atividades com tarefas da construção civil local para garantir o seu sustento. Mora com irmã e sobrinha. Não possui barco e quando vai pescar vai na base da amizade, da caramadagem, como ele chama. Afirmo que pescar é um sofrimento pelo tempo com chuva, pelo tempo que fica fora de casa sem se alimentar, pelos riscos de tempestades e dos animais peçonhentos, embora tenha pouco na sua comunidade. Informa não ter problemas de saúde. Não faz nenhum tipo de acompanhamento e vai muito pouco ao PSF local. Sabe dos riscos à saúde presentes na sua profissão como pneumonia, problemas na pele. Declara ter tido problemas com a alcoolização exacerbada, atualmente controlada, de acordo com sua avaliação pela sua fé (pentecostal).

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, J. et. al. **Introdução a ergonomia: da prática a teoria**. São Paulo: Blucher, 2009.
- ABRAM, L. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Cienc. Cult., São Paulo, 2006; v. 58, n. 4, p. 40-41. Disponível em: Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro (bvs.br). Acesso em: 19. 10. 2021.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. Feminismos Plurais, São Paulo: Ed: Pólen, 2019. 264 p. Disponível em: Racismo estrutural (Feminismos plurais) (usp.br). Acesso em: 19.12.2022.
- AMARAL, A. R. P.; SANTOS, J. M. **A Barragem de Sobradinho e os atingidos de Sento-Sé-BA**. CONADIS- I Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido. Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: TRABALHO_EV116_MD1_SA14_ID641_05092018165608.pdf (editorarealize.com.br). Disponível em: 10.03.2022.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- ANJOS, R. **As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências**. GEOUSP Espaço E Tempo, 2015. (Online), V. 19, n. 2. Disponível em: Vista do As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências (usp.br). Acesso em: 25.06.2020.
- APA - **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR)**. Washington, DC, 2022. Disponível em: DSM-5 (psychiatry.org). Acesso em: 25.01.2022.
- ARAÚJO, M.E. et al. **Covid-19 - Morbimortalidade pela COVID-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos**. Saúde em Debate [online]. 2020, v. 44, n.4 , p. 191-205. Disponível em: SciELO - Brasil - Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. Acesso em: 10.01. 2022.
- ARAÚJO, T. M. **Revisão de Abordagens Teórico-Metodológicas sobre saúde Mental e Trabalho**. In: MINAYO-GOMEZ, C. MACHADO, Jorge M.H.; PENA, PAULO GIOVANE L P (orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011 p. 325-344.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.
- ASSUNÇÃO, A. A.; LIMA, F. P. A. A contribuição da Ergonomia para a identificação, Redução e Eliminação da Nocividade do Trabalho. In: MENDES, R. (org). **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Atheneu. 2003, p.1768-1789. Disponível em: A FORMAÇÃO EM ERGONOMIA: reflexões sobre algumas experiências de ensino da metodologia de análise ergonômica do trabalho* (forumat.net.br). Acesso em: 25.06.2021.
- ATHAYDE, M. Saúde Mental e Trabalho: questões para discussão no campo da saúde do trabalhador. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. P. (Orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011; p. 345-367.
- AYRES, J. R. C. M. **Sujeito, Intersubjetividade e Práticas de Saúde**. Ciência e saúde coletiva. 2001, v. 6, n.1, p. 63-72. Disponível em: SciELO - Saúde Pública - Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde (scielosp.org). Acesso em: 28.12.2018.

AZEVEDO, P. F. A. **Ecocivilização - Ambiente e Direito no Limiar Da Vida**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2014; p.174.

_____. **Política Nacional da saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – Sistema único de Saúde**. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, 2014. Disponível em: Pol_Nac_Saúde_Trab_4ed.pdf (saude.ba.gov.br). Acesso em: 24.12.2021.

BAHIA PESCA. **Relatório de visita técnica da Bahia Pesca de 14 de outubro de 2019**. Disponível em: REL211019.pdf (bahiapesca.ba.gov.br). Acesso em: 17.07.2021.

BARBOSA, S. R. C. S. **Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ**. Ambiente & Sociedade, 2004; v. 7, n. 1, p. 107–131. Disponível em: v7n1a06.pmd (scielo.br). Acesso em: 20.05.2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa/Portugal: Geográfica Editora, 2009.

BARROS, S. et. al (orgs). **Conflitos Socioambientais e violações de Direitos Humanos em Comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. 2 ed. Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

BENDASSOLLI, P. F.; GODIN, M. G. **Significados, sentidos e função psicológica do trabalho**. Avances en Psicología Latinoamericana, 2014. v. 32, n.1. p. 131-147. Disponível em: www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-47242014000100010&lng=e. Acesso em:17.07.2021.

BEZERRA, A. C. V. **Vigilância em saúde ambiental no Brasil: heranças e desafios. Saúde e Sociedade**, 2017; v. 26, n. 4. p. 1044-1057. Disponível em: SciELO - Brasil - Vigilância em saúde ambiental no Brasil: heranças e desafios Vigilância em saúde ambiental no Brasil: heranças e desafios. Acesso em: 23.07.2021.

BOUYER, G.C. **Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para o debate: “o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador**. Rev. bras. Saúde ocup. São Paulo, 2010; p. 249-259. Disponível em: RBSO 122 Book 1.indb (scielo.br). Acesso em: 25.02.21.

BOCK, A. M. B.; et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14ª edição - São Paulo: Saraiva, 2008. p. 367.

BOZZANO, G. S. **Racismo estrutural: uma análise genealógica no campo da saúde coletiva brasileira**. Em Tese, 2020, v.17, n.2, p.245-258. Disponível em: Vista do Racismo estrutural: uma análise genealógica no campo da Saúde Coletiva Brasileira (ufsc.br). Acesso em: 05.05.22.

BRANT, L. C.; MINAYO-GOMEZ, C. **A Temática do Sofrimento nos Estudos sobre trabalho e saúde**. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. P. (Orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011; p. 385-408.

BOCK, A. M. B. et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BORJA, P. C.; MORAES, L. R. S. **O acesso às ações e serviços de saneamento básico como direito social**. XII SILUBESA. Figueira da Foz/Portugal: ARH, APESB, ABES, 2006. Disponível em: aprh.pt/xii_silubesa/COMUNICACOES/82.PDF. Acesso em: 20.08.21.

BORSOI, I.C.F. **Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental**. Psicologia & Sociedade - Edição Especial, 2007; v. 1, n. 19, p. 103-111. Disponível em: SciELO - Brasil - Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. Acesso em: 20.08.2021.

BRANT, L. C.; MINAYO-GOMEZ, C A. Temática do Sofrimento nos Estudos sobre trabalho e saúde. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. P. (Orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011; p. 385-408.

BRASIL, Constituição de. **Constituição da República Federativa do Brasil - 5º Art. Brasília, 1988a**. Disponível em: Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 5º (senado.leg.br). Acesso em: 23.07.2021.

_____. Casa Civil. **Artigo 196**. Brasília, 1988b. Disponível em: Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 196 (senado.leg.br). Acesso em: 22.07.2021.

_____. Lei n. **8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Conselho Nacional de Saúde, 1990. Disponível em: Conselho Nacional de Saúde (saude.gov.br). Acesso em: 18.10.2021.

_____. Casa Civil - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília, 2000. Disponível em: L9985 (planalto.gov.br).l Acesso em: 17.07.2021.

_____. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**. Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil. Brasília/DF – Brasil, 2001. Disponível em: parte01-joao-9-4-2002.p65 (saude.gov.br). Acesso em: 05.07.2021.

_____. Casa Civil -**DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: Decreto nº 6040 (planalto.gov.br). Acesso em: 17.07.2021.

_____. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora** - portaria nº 1.823. Brasília, 2012. Disponível em: Microsoft Word - Portaria GM 1823 23.08.2012 (saude.gov.br). Acesso em: 18.10.2021.

_____. Casa Civil. **Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências**. Brasília, 2015. Disponível em: L13180 (planalto.gov.br). Acesso em: 22.07.2021.

_____. Ministério da Saúde. **A saúde das Pescadoras Artesanais. Atividades de Pesca: Mariscagem e Pesca em Mar aberto**. Biblioteca virtual em saúde do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: SAUDE DAS PESCADORAS ARTESANAIS ATIVIDADES DE PESCA: MARISCAGEM E PESCA EM MAR ABERTO. Acesso em 25.06.2021.

_____. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017b. 44 p. Disponível em: Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS (saude.gov.br). Acesso em: 17.07.2021.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **A Comissão Nacional, que acaba de ser instalada, fortalece políticas de proteção aos meios de vida das populações tradicionais usuárias dessas unidades de conservação.** Brasília, 2018. Disponível em: Apoio à gestão das reservas extrativistas — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 01.03.2022.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.** Controladoria Geral da União -CGU, 2019a. Disponível em: Relatório Certificador de Controle.pdf (www.gov.br). Acesso em: 18.01.2022.

_____. Casa Civil. **Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.** Brasília, 2019b. Disponível em: Emenda Constitucional nº 103 (planalto.gov.br). Acesso em: 23.07.2021.

_____. Ministério da Saúde-Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Relatório Final da 8ª Conferência de Saúde.** Brasil, 2020. Disponível em: Conselho Nacional de Saúde - Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde (saude.gov.br). Acesso em: 14.03.2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento. **Pescadores Artesanais: conheça o trabalho desses profissionais que vivem da pesca e mantêm uma relação de carinho com a natureza.** Brasília, 2022. Disponível em: Pescadores Artesanais: conheça o trabalho desses profissionais que vivem da pesca e mantêm uma relação de carinho com a natureza — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 03.03.22.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. **Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2006; v. 22, n. ., p. 2005-2008. Disponível em: SciELO - Brasil - Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. Acesso em: 03.05.2019.

_____. **A Saúde e seus Determinantes Sociais.** PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2007; v.17, n. 1, o. 77-93. Disponível em: Physis_v16n1 (scielo.br). Acesso em: 03.05.2021.

CAMPOS, M. M. et al. **A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 2018; v. 116, p.71-102. Disponível em: A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais (openedition.org). Acesso em: 03.03.2022.

CARVALHO, R. M. W. N. **Determinação de íons metálicos em moluscos bivalves do manguezal da região petrolífera de São Francisco do Conde Mangrove - Recôncavo Baiano.** Tese - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Química. Campinas, SP, 2006. Disponível em: Microsoft Word - TESE-PR.-TEXTO.doc (unicamp.br). Acesso em: 17.07.2021.

CAROSO, C. et al. **A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente.** SciELO – EDUFBA, 2011. p. 63. Disponível em: 9788523211622.7.pdf (jstor.org). Acesso em: 13.02.2022.

CASTELLO, Y. et al. **Problemas en el Estudio y Manejo de Pesquerías tropicales.** Gaceta Ecológica, Instituto Nacional de Ecología, México. Distrito Federal, 2007. Disponível em: ca1863c4474487fca4a52e7c3629dd7e.pdf (mamiraua.org.br). Acesso em: 17.04.2020.

CHAUÍ, M. **BRASIL - Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 103 p.

CLAUZET, M. et al. **Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do mar virado e barra do una) no litoral de São Paulo, Brasil**. MultiCiência: A Linguagem da Ciência, v. 4, 2005. Disponível em: Pesca artesanal - PESCA ARTESANAL E CONHECIMENTO LOCAL DE DUAS POPULAÇÕES CAIÇARAS | Docsity. Acesso em: 27.10.2020.

CLOT, Y. **A Psicologia do trabalho na França e a perspectiva clínica da atividade. Fractal: Revista de Psicologia**, 2010; v. 22, n. 1, p. 207-234. Disponível em: Vista do A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade (uff.br). Acesso em: 29 03. 2020.

CODO, W. **Saúde mental e trabalho: uma Urgência Prática**. Psicologia: Ciência e Profissão, 1988. V. 8, n. 2, p. 20-24. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde mental e trabalho: uma urgência prática Saúde mental e trabalho: uma urgência prática. Acesso em: 10.01.2022.

COELHO, M. T. A. D.; ALMEIDA FILHO, N. A. **Normal-Patológico, saúde-doença: Revisitando Canguilhem**. PHYSIS: Revista Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 1999; p. 13-36.

CONCEIÇÃO, L. C. A. **A pesca artesanal e a sucessão geracional no município de maracanã, estado do Pará, Brasil**. Guaju, Revista Brasileira de Desenvolvimento territorial sustentável, 2020; v.6, n 1. Disponível em: A pesca artesanal e a sucessão geracional no município de Maracanã, estado do Pará, Brasil | Conceição | Guaju (ufpr.br). Acesso em: 04.03.2021.

COUTINHO, M. C. **Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009; vol. 12, n. 2, p. 189-202. Disponível em: Vista do Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação (usp.br). Acesso em: 13.06.2021.

COUTO, M. C. B. M. **Prevalência e fatores associados à lombalgia em pescadoras artesanais / marisqueiras de Saubara- BA**. Dissertação (Mestrado) 143f. 2014 – Faculdade de Medicina da Bahia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CORDELL, J. **Territórios de Pesca localmente manejados no Brasil**. Disponível em: TERRITÓRIOS DE PESCA LOCALMENTE MANEJADOS NO BRASIL 25.11.pdf (usp.br). Acesso em: 30.01.2019.

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores. **Articulação Nacional das Pescadoras: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil**. ANP, 2015. Disponível em: Articulação Nacional das Pescadoras: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil. (peloterritoriopesqueiro.blogspot.com). Acesso em: 23.12.22.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ. E. A. A pobreza como um fenômeno multidimensional. ERA eletrônica, 2002, v. 1, n. 2, p. 1-12. Disponível em: SciELO - Brasil - A pobreza como um fenômeno multidimensional A pobreza como um fenômeno multidimensional. Acesso em: 20.05.22.

CRUZ, A.P.B. “Viver do que se sabe fazer”: Memória do trabalho e cotidiano em Santiago do Iguape (1960-1990). Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana. Ana Paula Batista

da silva Cruz. – Feira de Santana, 2014. Disponível em: Plataforma Sucupira (capes.gov.br). Acesso em: 04.04. 2021.

DACHS, J. N. W. et al. **Políticas de saúde - determinantes sociais e econômicos de desigualdades em saúde na América latina e no Brasil.** In: MINAYO, MCS., and COIMBRA JR, CEA., orgs. Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005; p. 708. Disponível em: minayo-9788575413920-19.pdf (scielo.org). Acesso em: 22.07.2021.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos.** *Psicol., Ciênc. Prof. (Impr.)* 38 (3) • Jul-Sep 2018. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. Acesso em: 18.02.2022.

DEJOURS, C. **Por um novo conceito de saúde.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional.* São Paulo, 1986; v. 14, n. 54. p. Disponível em: Microsoft Word - Dejours 1986 POR UM NOVO CONCEITO DE SAÚDE.doc - pdfMachine from Broadgun Software, <http://pdfmachine.com>, a great PDF writer utility! (usp.br). Acesso em: 25.03.19.

_____. **Loucura do Trabalho:** Estudo de Psicopatologia do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

_____ et al. Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas,* 1993, v. 33, n. 3, p. 98-104. Disponível em: SciELO - Brasil - Por um trabalho, fator de equilíbrio por um trabalho, fator de equilíbrio. Acesso em: 02.05.22.

_____. ABDUCHELI. E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho:** Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Subjetividade, trabalho e ação.** *Revista Produção,* 2004; v. 14, n. 3, p. 027-034. Disponível em: scielo.br/j/prod/a/V76xtc8NmkqdWHd6sh7Jsmq/?format=pdf&msclkid=f009dec6b3d011e9c9f8b5894c6617135. Acesso em: 30.03.2021.

_____. **A Banalização da Injustiça Social.** Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____; MELO NETO, G. A. R. **Psicodinâmica do Trabalho e teoria da sedução.** *Psicologia em estudo,* v.17, n. 3, p. 363-371, 2012. Disponível em: SciELO - Brasil - Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. Acesso em: 25.04.22.

DIEGUES, A. C. (Org). **Pesca artesanal:** Tradição e Modernidade. III Encontro de Ciências Sociais e o Mar. Coletânea de trabalhos apresentados. São Paulo, 1989.

_____. **A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil.** *Etnográfica,* Vol. III (2), 1999a, p. 361-375. Disponível em: Vol_iii_N2_361-376.pdf (iscte.pt). Acesso em: 30.03.2020.

_____. et al. (orgs). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil.** São Paulo: NAPAUB- USP. PROBIO- MMA, 1999b. p.211.

_____; MOREIRA, A. C. C. (Orgs). **Espaços e Recursos naturais de uso Comum**. NAPAUB-SP, 2011. Disponível em: Feeny et al_2001_A Tragédia dos Comuns 22 anos depois.pdf (usp.br). Acesso em: 30.03.2021.

DRUCK, G. **Trabalho, precarização e resistência: novos e velhos desafios?** Caderno CRH [online], 2011; v. 24, n. spe 1, p. 37-57. Disponível em: SciELO - Brasil - Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. Acesso em: 21.07.2021.

FALCÃO, I. R. **Saúde, Ambiente e Trabalho em Comunidades de Marisqueiras da Baía de Todos os Santos**. Dissertação (Mestrado) 156p, 2014 – Faculdade de Medicina da Bahia. Universidade Federal da Bahia, Salvador/Bahia, Brasil, 2014.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFA, 2008.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Fatos relevantes**. Roma - Itália, 2006. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i0765pt/i0765pt09.pdf>. Acesso em: 13.05.2020.

_____. **The state of world fisheries and aquaculture: contributing t food security and nutrition for all**. Rome, 2016a. Disponível em: The State of Food and Agriculture 2016 (SOFA): Climate change, agriculture and food security (fao.org). Acesso em 13.05.2020.

_____. **La pesca artesanal**. Módulo 1 – Empleo y trabajo decente em la pesca artesanal, 2016b. Disponível em: la pesca artesanal (fao.org).17.07.2021.

_____. **Pescadoras buscam visibilidade e garantia de direitos**. FAO no Brasil, 2019. Disponível em: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: Pescadoras buscam visibilidade e garantia de direitos | FAO no Brasil | Food and Agriculture Organization of the United Nations. Acesso em: 01.03.2021.

_____. **SUSTAINABILITY IN ACTION WORLD FISHERIES AND AQUACULTURE. SUSTAINABILITY IN ACTION**. ROME, 2020A. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.FAO.ORG/3/CA9229EN/CA9229EN.PDF>. ACESSO EM:

_____. **Pesca e aquicultura na América Latina e Caribe**. Escritório regional da FAO para a América Latina e o Caribe, 2021. Disponível em: Pesca e aquicultura na América Latina e Caribe | Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe | Food and Agriculture Organization of the United Nations. Acesso em: 17.07.2021.

FARIAS, A. C. S.; FARIAS, R. B. A. **Desempenho Comparativo entre Países Exportadores de Pescado no Comércio Internacional: Brasil eficiente?** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, 2018; v. 56, n. 3, p. 451-466. Disponível em: SciELO - Brasil - Desempenho Comparativo entre Países Exportadores de Pescado no Comércio Internacional: Brasil eficiente? Desempenho Comparativo entre Países Exportadores de Pescado no Comércio Internacional: Brasil eficiente? Acesso em: 02.03.2020.

FAVERET FILHO, P. S. C.; SIQUEIRA, S. H. G. **Panorama da pesca marítima no mundo e no Brasil**. BNDS, 1997. Disponível em: Panorama da pesca maritima_P.pdf (bndes.gov.br). P.pdf. Acesso em: 23.01.2020.

FERGUSON, N. et al. **Reporte 9: Impacto de las intervenciones no farmacéuticas (INF) para reducir la mortalidad y demanda en los sistemas de salud frente a COVID-19**. United Kingdom:

Imperial College COVID-19 Response Team, 2020. Disponível em: 2020-03-16-COVID19-Report-9-Spanish.pdf (imperial.ac.uk). Acesso em: 10.08.2021.

FERNANDES, M. A. et al. **Transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores: estudo sobre os afastamentos laborais**. Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo, 2018; v. 52. Disponível em: SciELO - Brasil - Transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores: estudo sobre os afastamentos laborais Transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores: estudo sobre os afastamentos laborais. Acesso em: 21.02.2022.

FILGUEIRAS, L. et al. **O conceito de informalidade: problema ou solução: um exercício de aplicação empírica dos conceitos**. Caderno CRH, Salvador, 2004; v. 17, n. 41, p. 211-229. Disponível em: Luiz, Graça, manoela (ufmg.br). Acesso em: 18.03.2021.

FIOCRUZ - Mapa de Conflitos: Injustiça ambiental e saúde no Brasil. **BA – Movimentos ambientalista, indígena e de pequenos produtores rurais, com apoio do Ministério Público Federal, lutam contra impactos de indústria da Celulose em Eunápolis**. NEEPES, 2014. Disponível em: BA - Movimentos ambientalista, indígena e de pequenos produtores rurais, com apoio do Ministério Público Federal, lutam contra impactos de indústria da Celulose em Eunápolis - Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (fiocruz.br). Acesso em: 27.02.2022.

FIOCRUZ. **Encontro debate iniquidades em saúde nos países latino-americanos**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: Encontro debate iniquidades em saúde nos países latino-americanos (fiocruz.br). Acesso em: 23.01.2021.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na pandemia Covid-19. A Quarentena na Covid-19: orientações e estratégias de cuidado**. Ministério da Saúde, 2020.

FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Revista de Estudos da ReligiãoCampinas: Editora da Unicamp, 2006; p. 85-93. Disponível em: r_brito.pdf (pucsp.br). Acesso em: 23.07.2021.

FREITAS, M. C. S. de. Manguézal. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014; p. 157-177.

FREITAS, C. E. S. de.; et al. Previdência Social, Segurados Especiais e Marisqueiras. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014; p. 271-287.

FREITAS, D. A. et al. **Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura**. Rev. CEFAC, São Paulo, 2011; v.13, n.5. p.937-943. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. Acesso em: 05.05.2021.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização**. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2011.

FREUD, A. **El yo y los mecanismos de defensa (Vol. 3)**. Barcelona: Paidós - Psicologia Profunda, 1961. Disponível em: El yo y los mecanismos de defensa - Anna Freud - Google Livros. Acesso em: 05.05.21.

GANEM, V. **Héritage de l'esclavage transatlantique et conduites actuelles des travailleurs pauvres au Brésil**. Travailler, 2020a; v. 44, n. 2, p. 53-70. Disponível em: Héritage de l'esclavage transatlantique et conduites actuelles des travailleurs pauvres au Brésil | Cairn.info. Acesso em: 29.12.2021.

_____. **Legacy of transatlantic slavery and current conduct of the working poor in Brazil**. Travailler, v. 44, n. 2, p. 53–70, 2020b.

GENZ, F. et al. **Vazão mínima para estuários: um estudo de caso no rio Paragaçu/BA**. RBRH-Revista Brasileira de Recursos Hídricos, 2008; v. 13, n. 13, p. 73-82. Disponível em: 222.pdf (ufba.br). Acesso em: 26.01.2020.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2008.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso Editora Ltda, 2012.

GIONGO, C. R. **Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura**. Temas em Psicologia, 2015, v. 23, n. 4, p. 803-814. Disponível em: Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura (bvsalud.org). Acesso em: 29.12.21.

GOHN, M.G (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI – Antigos e Novos atores sociais**. 2ª ed. RJ. Editora Vozes, 2003.

GONÇALVES, D. P. **Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo**. Jornal da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, 2017. Disponível em: Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo | Unicamp. Acesso em: 01.03.2022.

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgar Blucher, 2001.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1997.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HATJE, V.; ANDRADE, J. B. (Orgs). **Baía de Todos os Santos: Aspectos Oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/187>. Acesso em: 20.07.2021.

HIRSCHFELD, M. J.; OGUISSO, T. Rev. Bras. **Visão panorâmica da saúde no mundo e a inserção do home care**. Enferm., Brasília, 2002; v. 55, n. 4, p. 452-459. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v55n4/v55n4a17.pdf>. Acesso em: 06.10.2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa. Epub: 2007; v. 37, n. 132. p. 595-609. Disponível em: untitled (scielo.br). Acesso em: 13. 12. 2021.

ICMbio. **APA da Baía de Todos os Santos**. Governo do Estado da Bahia, 1999. Disponível em: Microsoft Word - Dec7595.doc (icmbio.gov.br). Acesso em 17.07.2021.

_____. **Resex Marinha da Baía de Iguape**. Brasil, 2018. Disponível em: Resex Marinha da Baía do Iguape — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 18.07.2021.

INEMA - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Plano de Ação Paraguáçu**, 2014. Disponível em: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA. Acesso em: 03.10.22.

KALCKMANN, S. Racismo Institucional: um desafio para a equidade no SUS? *Saúde Soc.* São Paulo, 2007; v.16, n. 2, p. 146-155. Disponível em: revista 16.2_finalissimo.pmd (scielo.br). Acesso em: 15.04.2020.

KARAM, H.M.C. **O sujeito entre a Alcoolização e a Cidadania: Perspectiva Clínica do Trabalho.** *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 25, n. 3. p. 468-474, set/dez 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25n3/19619.pdf>>. Acesso em 10.09.2018.

_____. **Da Alcoolização ao verbo (ensaio de psicodinâmica do trabalho).** Brasília: Paralelo 15, 2010.

KWORK, R. K. et al. Mental health indicators associated with oil spill response and clean-up: cross-sectional analysis of the GuLF STUDY cohort. *Lancet Public Health*, 2017; v. 2. p. 560-567. Disponível em: Mental health indicators associated with oil spill response and clean-up: cross-sectional analysis of the GuLF STUDY cohort - The Lancet Public Health. Acesso em: 24.10.2021.

LACAZ, F. A. C. **Saúde dos Trabalhadores: Cenário e Desafios.** *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 1997; v. 2, n. 13, p. 7-19. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. Acesso em: 31.10.2018.

_____. **Campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde.** *Caderno Saúde Pública*, 2007; v. 23, n. 4, p. 757-766. Disponível em: SciELO - Brasil - O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. Acesso em 23.03.2021.

_____. et al. **Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 42, p. e9, 2017. Disponível em: SciELO - Brasil - Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. Acesso em: 26.12.21.

LAGES, S. C. et al . **O preconceito racial como determinante social da saúde - a invisibilidade da anemia falciforme.** *Gerai, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, 2017; v. 10, n. 1, p. 109-122. . Disponível em: O preconceito racial como determinante social da saúde - a invisibilidade da anemia falciforme (bvsalud.org). Acesso em: 14.03. 2022.

LIMA, S. M. Produção de conhecimento sobre a tríade saúde, trabalho e subjetividade. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. P. (Orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea.** Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011; p. 315-324.

LOPES, P. F. M.; FREITAS, C. T.; BEGOSSI, A. **Mulher E Pesca: Um Olhar Sobre a Pesquisa E a Atuação Feminina Pesqueira No Brasil.** *Ethnoscintia*, 2020; v. 5, n. 1, p. 1–12,. Disponível em: A MULHER E A PESCA: UM OLHAR SOBRE A PESQUISA E A ATUAÇÃO FEMININA PESQUEIRA NO BRASIL | Lopes | Ethnoscintia - Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology (ufpa.br) Acesso em: 23.07.2021.

MACEDO, A. **Dicionário da crítica feminista**. UFSC, 2012. Disponível em: Dicionário da crítica feminista (ufsc.br). Acesso em: 26.02.2020.

MACHADO, M. F. **Lutas e resistências nas terras de preto: Caso de Santiago do Iguape**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016. Disponível em: Dissertação Milena Machado (Versão Digital).pdf (ufpe.br). Acesso em 21.07.2021.

MALDONADO, S. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MALDONATO, M. **Dicionário das Ciências da Mente: Psicologia, Psiquiatria, Psicanálise, Neurociências**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014.

MARTINS, Y. D. **Lideranças femininas em comunidades da pesca artesanal**. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014; p 333-346.

_____ et al. **Doenças do Trabalho em marisqueiras segundo casuística do Serviço de Saúde Ocupacional do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), Bahia**. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014; p 271-290.

MARX, K. **O Capital**. Livro 2, v 3. Tradução: Reginaldo Sant'Anna, 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A. 1991.

MEDEIROS, S. N. de et al. **Sofrimento e defesa: análise psicodinâmica do trabalho de monitoramento aéreo de trânsito**. Trivium, 2017; v. 9, n. 1, p. 74-90. Disponível em: Sofrimento e defesa: análise psicodinâmica do trabalho de monitoramento aéreo de trânsito (bvsalud.org). Acesso em 01.03.2020.

MERLO, A. R. C. **Psicodinâmica do Trabalho**. In: M. G.; CODO J. W. (Orgs.). **Saúde Mental & Trabalho-leituras**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p 130-141.

MEYERS, D. G. **Psicologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: SciELO - Brasil - *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade* *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Acesso em: 30.04.22.

_____; Costa, A. P. **Técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhar e da Empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação**. Aveiro: Ludomedia, 2019.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S.M.F. **Incorporação das Ciências Sociais na Produção de Conhecimentos sobre Trabalho e Saúde**. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, ABRASCO, 2003; v. 8, n. 1, p.125-136. Disponível em: SciELO - Brazil - *Incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre trabalho e saúde* *Incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre trabalho e saúde*. Acesso em: 21.07.2021.

MONTEIRO, S. S.; PROST, C. **Impactos de atividades econômicas sobre os recursos hídricos na Baía do Iguape e Saubara**. Trabalho/congresso, 2009. Disponível em: Impactos de atividades econômicas sobre os recursos hídricos na Baía do Iguape e Saubara (ufba.br). Acesso em: 28.02.2022.

MOREIRA, J. F. M.; D'ALMEIDA, A. L. Indústria de petróleo e gás: Acidentes relevantes no mundo. Anais III CONEPETRO, n. 83, p. 8, 2018. Acesso em: 23.11.2021. Disponível em: INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS: ACIDENTES RELEVANTES NO MUNDO | Plataforma Espaço Digital (editorarealize.com.br) . Acesso em 23.10.2021.

MORENO, T. L. **La pesca e los pescadores artesanales en Colombia**. PEGADA - A revista da geografia do trabalho. v. 19, n. 2, 2018. Disponível em: LA PESCA E LOS PESCADORES ARTESANALES EN COLOMBIA | Moreno | PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho (unesp.br). Acesso em: 17.07.2021.

MORRONE, C. F.; MENDES, A. M. **A resignificação do sofrimento psíquico no trabalho informal**. Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho, v. 3, n. 2, p. 91–118, 2003. Disponível em: A resignificação do sofrimento psíquico no trabalho informal (bvsa.org). Acesso em: 17.07.2021.

MUNANGA, K. **Identidade, cidadania e democracia: Algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil**. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, 2006; v. 5, n. 1, p. 17–24. Disponível em: Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil | Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura (unicamp.br). Acesso em: 19.01.2021.

NOAL, D. S. et al. **O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/zwdfcHFf9XtDC8vdN3FYMPQ/?format=pdf>. Acesso em: 14.04.2020.

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA E TERRITÓRIOS NEGROS. **Atlas do Observatório Quilombola – mapas**. KOINONIA Presença ecumênica e serviço, 2021. Disponível em: Observatório Quilombola - OQ (kn.org.br). Acesso em: 14.02.2022.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Condições de trabalho decentes, segurança e proteção social. Trabalho na pesca; Convenção n. 188; recomendação n. 199**. Suíça, 2009. Disponível em: wcms_161211.pdf (ilo.org). Acesso em: 18.02.2019.

_____ : **Monitor da OIT: COVID-19 e o mundo do trabalho. 5ª edição** - Estimativas e análises atualizadas. Disponível em: 5.ª edição da monitorização da OIT sobre a COVID-19 e o mundo do trabalho – DGERT. 2020. Acesso em 03.02.2021.

OLIVEIRA, O. M. B. A.; SILVA, V. L. da. **O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967**. Sequência, n. 65, Florianópolis, 2012. p. 329-357. Disponível em: SciELO - Brasil - O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967 O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. Acesso em: 06.03.2020.

OLIVEIRA, G. C. **A condição do território e da territorialidade na reserva Extrativista marinha baía do Iguape-BA**. UFBA, 2017. Disponível em: [eixo2_gilsimaroliveira.pdf \(ufba.br\)](#). Acesso em: 19.01.2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Saúde mental – Guia de Estudos**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: [Guia-de-Estudos-OMS-Saúde-Mental.pdf \(cofen.gov.br\)](#). Acesso em: 22.07.2021.

ONU - ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS. **Pobreza**. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, 2023. Disponível em: [Pobreza - Nações Unidas - ONU Portugal \(unric.org\)](#). Acesso em: 02.06.2023.

PAIM, J. S. **Desafios para a saúde coletiva no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 117-138. Disponível em: [Sem título-2 \(scielo.org\)](#). Acesso em: 09.02.2022.

_____. **Determinantes Sociais da Saúde**. Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (CMDSS), UFBA, 2011. Disponível em: [PowerPoint Presentation \(ufba.br\)](#). Acesso em: 28.06.2018

PASQUOTTO, V. F. **Pesca Artesanal no Rio Grande do Sul: Os Pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social**. 166f. 2005. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005. Disponível em: [Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social \(ufrgs.br\)](#). Acesso em: 17.07.2021.

PENA, P. G. L.; et al. **Trabalho Artesanal, Cadências Infernais e Lesões por Esforços Repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de marisqueiras na Ilha de Maré, Bahia**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 383-392, 2011.

_____; GOMES, A. R. Exploração do Corpo no Trabalho ao Longo da História. In: VASCONCELLOS, L. C. F. de; OLIVEIRA, M. H. B. de. **Saúde, Trabalho e Direito: Uma Trajetória Crítica e a Crítica de uma Trajetória**. Rio de Janeiro, EDUCAM, 2011. p. 85-123.

_____. MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014.

_____. et al. **Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras**. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v.38, p. 57-68, 2013. Disponível em: [SciELO - Brasil - Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras](#) Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. Acesso em: 17.07.2021.

_____.; MINAYO-GOMEZ, C. **Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 12, p. 4689-4698, 2014. Disponível em: [SciELO - Brasil - Health of subsistence fishermen and challenges for Occupational Health Surveillance](#) Health of subsistence fishermen and challenges for Occupational Health Surveillance. Acesso em: 17.07.2021.

_____.; FREITAS, M. C. S. Condições de Trabalho da Pesca Artesanal de Mariscos e Risco para LER/DORT em uma Comunidade Pesqueira da Ilha de Maré, BA. In: PENA, P. G. L.;

MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014; p. 53-92.

_____. et al. **Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 2, 2019. Disponível em: SciELO - Brasil - Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. Acesso em: 30.06.2021.

PFEFFERBAUM, B.; NORTH, C. S. **MENTAL HEALTH AND THE COVID-19 PANDEMIC. DISPONÍVEL EM: MENTAL HEALTH AND THE COVID-19 PANDEMIC | NEJM. ACESSO EM: 04.05.2021.**

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Cadernos de Saúde Pública, v. 30, n. 1, p. 217-218, 2014. Disponível em: SciELO - Brasil - Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Acesso em: 30.06.21.

_____. et al. (orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 306. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415764>. Acesso em: 17.07.2021.

PROST, C. **Resex marinha versus polo naval na baía do Iguape**. Novos Cadernos NEA, 2010. v. 13, n. 1. p. 47-70. Disponível em: Universidade Federal da Bahia: Resex marinha versus polo naval na baía do Iguape (ufba.br). Acesso em: 17.07.2021.

QUEIROZ, D. et al. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde**. R Enferm UERJ, 2007, v. 15, n. 2, p. 276-283. Disponível em: v15n2a19 (usp.br). Acesso em: 17.07.21.

QUEIROZ, A. F. S.; CELINO, J. J. **Impacto Ambiental da Indústria Petrolífera em Manguezais da Região Norte da Baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil)**. Boletim Paranaense de Geociências, n. 62-63, p. 23-34, Editora UFPR, 2008. Disponível em: 02.indd (ufpr.br). Acesso em: 17.07.2021.

RAPHAEL, D. **Social determinants of health: Canadian perspectives**. Scholars'press Inc. Second edition, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=QL1nJVEOJqEC&oi=fnd&pg=PP1&dq=determinants+of+disease+and+h>. Acesso em: 30.04.2020.

RAMMÊ, R. S. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012; p. 203.

RÊGO, R.C.F. et al. **Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS)**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 2018; n. 43. Disponível em: SciELO - Brasil - Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS) Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). Acesso em: 21.03.2020.

REIS, J. J. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. São Paulo, 95/96. Revista USP, n.28. p. 14 - 39. Disponível em: Vista do Quilombos e revoltas escravas no Brasil (usp.br). Acesso em: 03.02.2020.

RENAST, **Boletim Epidemiológico Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil, 2006–2017**. Renast on line, 2019. Disponível em: Boletim epidemiológico: Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil, 2006-2017 | Renast online (fiocruz.br). Acesso em: 16.04.2021.

RIBEIRO, D. O que é: lugar de fala? (Feminismos Plurais). Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. 112 p.

RIBEIRO, H. **Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos**. Saúde e Sociedade, 2004; v. 13, n. 1, p. 70-80. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. Acesso em: 23.07.2021.

_____. **Impactos do Petróleo na exploração da saúde humana**. Revista USP, 2012; v. 95, p. 61-71. Disponível em: Impactos de exploração do petróleo na saúde humana | Revista USP. Acesso em: 03.09.2021.

RIGOTTO, R. **Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma Aproximação Promissora entre o Verde e o Vermelho**. Rev. Bras. Epidemiol. v. 6, n. 4, 2003, p. 388-403.

RIOS, K. A. N. **Comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia: um histórico de contradições e resistência**. XIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA. Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: rios_comunidades_tradicionais_pesqueiras_da_bahia_contradicoes_e_resistencia_enga_2016_0.pdf (ufba.br). Acesso em 03.03.2022.

RIOS, A. O. et al. **Doenças em Trabalhadores da Pesca**. Revista Baiana de Saúde Pública, 2011; v3, n. 1, p. 175-188. Disponível em: RBSP_Vol_35_n1_2011.pmd (bvs.br). Acesso em: 05.10.2018.

SACRAMENTO, E. C. **DA DIÁSPORA NEGRA AO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS - Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: Repositório Institucional da UnB: Da diáspora negra ao território das águas : ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA. Acesso em: 28.02.2022.

_____.; PACHECO, M. J. Saúde Ocupacional - o olhar das pescadoras artesanais. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014; p 323-332.

SANT'ANNA, C. F. et al. **Determinantes sociais de saúde: Características da comunidade e trabalho das enfermeiras na saúde da família**. Ver. Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS), 2010. Disponível em: SciELO - Brasil - Determinantes sociais de saúde: características da comunidade e trabalho das enfermeiras na saúde da família Determinantes sociais de saúde: características da comunidade e trabalho das enfermeiras na saúde da família. Acesso em: 28.02.2022.

SANTOS, B. S. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. In: **Espaço e sociedade: Ensaios**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. Boaventura de Sousa “Um mapa de alternativas de produção”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2003. p.28-49.

_____. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra, Ed: Edições Almedina, 2020.

SAWAIA, B. B. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social.** *Psicologia & Sociedade*; v. 21, n. 3, 2009. p. 364-372. Disponível em: SciELO - Brasil - Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Acesso em 28.02.2022.

SCHUMACHER, S.; BRAZIL, E. V (orgs). **Dicionários Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.** 2ª Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000. Disponível em: Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade : com 270 ilustrações - Google Livros. Acesso em: 28.02.2022.

SELIGMANN-SILVA, E.; et al. **O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador.** *Rev. bras. Saúde ocup.*, São Paulo, 2010, p. 187-191. Disponível em: RBSO 122 Book 1.indb (scielo.br). Acesso em: 01.03.2019.

SILVA, A. P. **Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos.** *Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 3.* Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Pesca e Aquicultura Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Palmas/TO, 2014. Disponível em: bpd3.pdf (embrapa.br). Acesso em 01.03.2021.

SOUZA, J. **A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira.** *Revista Interesse Nacional*, 2011; v. 14, p. 33-41. Disponível em: (PDF) A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira – Jessé Souza | Marcel Tricolor - Academia.edu. Acesso em: 22.07.2021.

SOUZA, L.; SOUZA, SOUZA, A. **No mar brasileiro agitado pela COVID-19, não estamos todos no mesmo barco.** *JMPHC*, 2020. Disponível em: Vista do No mar brasileiro agitado pela COVID-19, não estamos todos no mesmo barco (jmphc.com.br). Acesso em 05.02. 2022.

SUZUKI, J. C.; & BONFÁ NETO, D. Pesca artesanal na América Latina. *Mares: Revista De Geografia E Etnociências*, v.1, nº1, 2019. p. 97-114. Disponível em: <http://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/24>. Acesso em: 17.07.2021.

SZNELWAR, L. I. et al. **A subjetividade no trabalho em questão.** *Tempo Social*, v.23, n.1, p.11-30, 2011. Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDPI, Universidade de São Paulo. Disponível em: [art_SZNELWAR_A_subjetividade_no_trabalho_em_questao_2011.pdf](#) (usp.br). Acesso em:17.07.2021.

TAMBELLINI, A. T.; CÂMARA, V. de M. **A Temática Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento do Campo da Saúde Coletiva: Aspectos Históricos, Conceituais e Metodológicos.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 1998; v. 3, n. 2, p. 47-59. Disponível em:SciELO - SSciELO - Brasil - A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. Acesso em: 11.11.2019.

TAVARES, T. M.; CARVALHO, F. M. **Avaliação da Exposição de Populações Humanas a Metais Pesados no Ambiente: Exemplos do Recôncavo Baiano.** *Quim. Nova*; 1992, p. 147-153. Disponível em: (PDF) Avaliação de exposição de populações humanas a metais pesados no meio ambiente: Exemplos do recôncavo baiano (researchgate.net). Acesso em: 17.07.20121.

TOMAZ, A. F. Conflitos Socioambientais na pesca artesanal do Brasil. In: BARROS, S. et. al (orgs). **Conflitos Socioambientais e violações de Direitos Humanos em Comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. 2 ed. Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021. p. 157-162.

TORRE, E. H. G.; AMARANTE, P. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2001; v. 6, n. 1, p. 73–85. Disponível em: 07protagonismo (scielo.br). Acesso em: 20.02.2022.

VALÊNCIO, N. **Processos de Vulnerabilização Envolvendo Comunidades Pesqueiras no Brasil: dos desastres recentes aos riscos relacionados às mudanças climáticas**. v. n 1. Educação Ambiental, 2013. Disponível em: Microsoft Word - 6 norma (researchgate.net). Acesso em: 01.03.2022.

VELOSO JR., V. **O caso de *Amorphinopsis atlantica* na baía do Iguape (Bahia, Brasil): reduzindo a lacuna pesquisa-prática**. Tese de Doutorado, UFBA, 2020. 176 p. Disponível em: Tese_Vanderlei_Veloso_FINAL.pdf (ufba.br). Acesso em: 03.01.22.

YANES, L.; PRIMERA, C. **Condiciones de trabajo y salud de los pescadores artesanales del occidente de Venezuela Salud de los Trabajadores**, vol. 14, núm. 2, Universidad de Carabobo Maracay, Venezuela, julio-diciembre, 2006; pp. 13-28. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=375839276002>. Acesso em: 10.01.2019.

ZAGATTO, B. P. **Sobreposições Territoriais no Recôncavo Baiano: A Reserva Extrativista Baía do Iguape, Territórios Quilombolas e Pesqueiros e o Polo Industrial Naval**. *RURIS - Revista Do Centro De Estudos Rurais – UNICAMP*, 2013.; v. 7, n. 2. Disponível em: (17) Sobreposições Territoriais no Recôncavo Baiano: A Reserva Extrativista Baía do Iguape, Territórios Quilombolas e Pesqueiros e O Polo Industrial Naval | Bruna Zagatto - Academia.edu. Acesso em: 24.02.2020.

ZANELLO, V. et al. **Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico**. *Fractal: Revista de Psicologia [online]*. v. 27; n. 3, 2015, p. 238-246. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. Acesso em: 22.07.2021.

7 ARTIGO I



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA
 Grupo de pesquisa em Saúde, Ambiente e
 Sustentabilidade da Pesca Artesanal (PROSAS)
 Largo do Terreiro de Jesus – Centro Histórico,
 CEP: 40025-010. Telefones: (71) 3321-0383; 3321-
 0983 e 3321-4503



**SOFRIMENTO PSÍQUICO E PRAZERES ROUBADOS ENTRE OS
 PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS**

MARTA CRISTIANE FERREIRA DOS SANTOS

RESUMO

Introdução: Demandas intrínsecas à pesca artesanal compõem-se de atividades complexas, cujas especificidades traduzem-se pela arte laborativa num espectro de íntima ligação afetiva dos trabalhadores das águas com o ambiente de trabalho, o mesmo da morada, do lazer e no exercício da fé. Ameaçados historicamente via estratégias racistas e excludentes do sistema capitalista neoliberal, pescadores e marisqueiras estão subjugados às precárias condições de vida e de trabalho. Submetidos a achatamentos das políticas sociais protetivas, às disputas por territórios, à desastres ambientais de alto impacto, aos silenciamentos sistematizados no âmbito da saúde do trabalhador, vivem paradoxos entre sofrimentos negligenciados, liberdade, prazeres, escassez, tradição, cultura milenar, medos e lutas. **Objetivo:** Este artigo procura compreender o sofrimento e vivências de prazer relacionados ao trabalho e à vida dos pescadores e marisqueiras artesanais em comunidades da Baía de Todos os Santos/BA. **Método:** Trata-se de uma pesquisa participante, de abordagem qualitativa com a perspectiva da hermenêutica para análise. O diálogo entre as bases conceituais das Ciências Sociais e os principais fundamentos da Psicodinâmica do Trabalho compuseram a referência teórica norteadora sobre saúde do trabalhador. A amostra em bola de neve foi composta por

entrevistas semiestruturadas por pescadores, marisqueiras e líderes, identificados por seus pares no período de dezembro de 2019 a fevereiro de 2021. Realizou-se observações e acompanhamentos aos processos de trabalho sintetizados em diários de campo. **Resultados:** A pesquisa revela que as vivências de sofrimento psíquico destes sujeitos sociais acentuam-se em detrimento às vivências de prazer, diante do contexto sociopolítico desfavorável à manutenção da pesca artesanal. Os sofrimentos, percebidos pelo trabalhador como medo, tristeza e angústia são elaborados cotidianamente durante o desenvolvimento das atividades laborais. O trabalho é fonte de prazer e de vivências subjetivas relacionadas à preservação da identidade cultural e à permanência da forma peculiar de ser e estar no mundo. **Conclusão:** O estudo expõe o silenciamento do sofrimento psíquico, banalizado pelas políticas públicas e só reconhecido pelo trabalhador da pesca quando este já não pode ser transformado em respostas criativas. O reconhecimento entre os pares e dos resultados positivos do trabalho diário são fatores transformadores do sofrimento patogênico. Faz-se necessário a continuidade de estudos com trabalhadores artesanais extrativistas que possam contribuir para a efetivação da redemocratização de práticas sociais, de saúde e de saúde mental.

Palavras-Chave: Sofrimento Psíquico, Prazer, Pesca artesanal.

ABSTRACT

Introduction: The intrinsic demands of artisanal fishing are composed of complex activities, whose specificities are translated by the labor art in a spectrum of intimate affective connection of water workers with the work environment, the same of housing, leisure and the exercise of faith. Historically threatened by racist and exclusionary strategies of the neoliberal capitalist system, fishermen and shellfish gatherers are subject to precarious living and working conditions. Submitted to the flattening of protective social policies, disputes over territories, high-impact environmental disasters, systematized silencing within the scope of worker health, they live paradoxes between neglected suffering, freedom, pleasures, scarcity, tradition, ancient culture, fears and struggles. **Objective:** This article seeks to understand the suffering and experiences of pleasure related to the work and life of artisanal fishermen and shellfish gatherers in communities of Baía de Todos os Santos/BA. **Method:** This is a participatory research, with a qualitative approach with the perspective of

hermeneutics for analysis. The dialogue between the conceptual bases of Social Sciences and the main foundations of the Psychodynamics of Work composed the guiding theoretical reference on the field of worker's health. The snowball sample was composed of semi-structured interviews with fishermen, shellfish gatherers and leaders, identified by their peers from December 2019 to February 2021. Observations and follow-up to the work processes synthesized in field diaries were carried out. **Results:** The research reveals that the experiences of psychic suffering of these social subjects are accentuated to the detriment of pleasure experiences in detriment of the socio-political context unfavorable to the maintenance of artisanal fishing. The suffering, perceived by the worker as fear, sadness and anguish are elaborate every day in the development of the work activities. The work is a source of pleasure and subjective experiences related to the preservation of cultural identity and the permanence of the peculiar way of self-being and being in the world. **Conclusion:** The study exposes the silencing of psychic suffering, trivialized by public policies and only recognized by the fishing worker when it can no longer be transformed into creative responses. The recognition among peers and the positive are transforming factors of pathogenic suffering. It is necessary to continue studies with extractive artisan workers who can contribute to the effective re-democratization of social, health and mental health practices.

Key words: Psychic Suffering, Pleasure, Artisanal fishing.

7.1 INTRODUÇÃO

O sofrimento é entendido como fenômeno inerente ao desenvolvimento da humanidade expresso nas artes, na literatura e pelas correntes de pensamento relacionadas à complexidade da mente humana como vivências de dor, frustração, contradição e mal-estar presentes nas diferentes esferas sociais, incluindo na do trabalho. Segundo Karam (2003) diz respeito às experiências individuais e sua gestão pertence ao coletivo.

Observa-se na crítica freudiana, ser a vida moderna, fonte de sofrimento causado em nome da felicidade. *Eros* e *Thanatus*²⁶ presentes no mesmo barco civilizatório,

²⁶ Referência à pulsão da vida e da morte utilizada por Freud (1856-1939), valendo-se da mitologia grega para buscar significados no campo do desconhecido. Fonte: WINOGRAD, Monah. **Mitos e origens na Psicanálise**

representação para o incompreensível jogo entre o amor e a morte já que as instituições criadas pela sociedade moderna a fim de proteger a humanidade, também são causadoras de miséria para grande parte daqueles que a compõem (FREUD, 2011).

Dentre os diversos sofrimentos presentes ao longo da história, para além do sofrimento social, geralmente causado por rupturas sociais e culturais, o sofrimento psíquico retrata as mazelas inscritas nos corpos dos indivíduos submetidos às desigualdades sociais (JACQUES, 2004).

No âmbito do trabalho, enquanto instância psíquica, observa-se em Brant & Minayo-Gomez (2011), o sofrimento como a representação de angústias desveladas nas experiências frustradas com a atividade, com pessoas e com a organização do trabalho. Constitui-se, portanto, a partir das vivências intermediárias entre a saúde e a doença, no campo do pré-patológico e sua compreensão dá-se através de defesas surgidas como resistências psíquicas às supressões e impedimentos do trabalho (MERLO, 2002; ARAÚJO, 2011; DEJOURS, 2016).

Faz-se possível compreender a dialética sofrimento-prazer a partir de duas instâncias: a primeira é capaz de causar círculos viciosos de adoecimentos manifesto pela linguagem e pela dor, como no caso de LER/Dort, denominado sofrimento patogênico; a segunda diz respeito ao sofrimento criativo aplicado à geração de *insights* e de soluções individuais ou coletivas. Ambos podem ser germinados na própria vivência do trabalho como fonte do movimento pulsional de vida e prazer do trabalhador (DEJOURS, ABDOUCHELI & JAYET, 1994; DEJOURS, 2004).

Na perspectiva da Psicologia Social, a intencionalidade de morte latente está presente na política da exclusão e inclusão perversa via descrédito e marginalização dos sujeitos sociais, e esta, mata tanto quanto a fome, principalmente quando submetidos às teias das intersubjetividades relacionadas às injustiças sociais (SAWAIA, 2001).

No entanto, populações que vivem diferente do *homo economicus* são impedidas de resistirem à racionalidade mercantil do neoliberalismo, a qual fomenta a mutilação da vida comum, a exacerbação da acumulação, o controle do tempo, a precariedade da solidariedade e da coletividade, principalmente a sujeição de sofrimentos naturalizados (ibid, 2004; DARDOT & LAVAL, 2016; DUNKER, 2011).

O presente estudo volta o olhar aos pescadores e pescadoras artesanais da Baía de Todos os Santos/BA (BTS), atores sociais remanescentes de quilombos de resistência, cujas comunidades foram estabelecidas pelo trabalho como significante alienado ao instinto de vida. Percebe-se que “o desejo de viver frente ao patriarcado e colonialismo se estabelece em torno da negação, a qual remete à falta lacaniana (DARRIBA, 2005).

São trabalhadores, detentores da gestão do tempo aninhada ao movimento da natureza, das marés e sofrem também com a falta de maior atenção do poder público aos adoecimentos e mortes relacionados ao desequilíbrio homem-ambiente, às doenças e acidentes ocupacionais (RIGOTTO, 2003 PENA & MINAYO-GOMEZ, 2014).

Este artigo, portanto, procurou compreender o sofrimento e vivências de prazer relacionados ao trabalho e vida dos pescadores e marisqueiras artesanais em comunidades da Baía de Todos os Santos/BA.

7.1.1 Vida e trabalho dos pescadores e marisqueiras da Baía de Todos os Santos

Os pescadores comunicam-se com o mundo a partir do trabalho, onde o universo da pesca deve ser compreendido como modo de vida, pois parte do processo cultural das comunidades tradicionais pesqueiras está ligada ao modo de ser e estar no mundo através da atividade laboral, as quais trazem em sua historicidade, o processo de viver, sobreviver e resistir (DIEGUES, 1999; 2005).

Ribeirinhos, redeiros, marisqueiras, catadeiras, pescadores e barqueiros são trabalhadores autônomos, valem-se dos movimentos de lutas emancipatórias e transgressores ao pensamento abissal global e ao autoritarismo do Estado. Este se fortalece extinguindo conquistas importantes dos grupos sociais, atacando regulamentações já consolidadas nos campos do trabalho, saúde e previdenciário, e fundamentalmente desvalorizando as ações solidárias e coletivas dos movimentos sociais (DRUCK & FRANCO, 1997; SANTOS, 2007).

Vulnerabilizados, estes artesãos das águas estão entre os povos da linha sul global identificados por Trindade et al. (2017) como aqueles submetidos ao silenciamento da produção de conhecimento ancestral, de sentidos e dos universos simbólicos, muito mais susceptíveis ao desemprego, subemprego e informalidade.

Considerada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (2009), uma das profissões mais perigosas do planeta, a pesca artesanal acumula em uma lista crescente de mazelas, predominantemente nos campos do trabalho, da saúde e do meio ambiente. São diferentes violências sistematizadas, as quais afetam homens, mulheres e crianças “vivendo em situação de pobreza extrema”, como ressalta Pena & Martins (2014).

Além do mais, envoltos em realidade recrudescida da mitificação da democracia racial abordada por Trad (2015) e Munanga (2006), os corpos adoecidos pela alta carga de trabalho, atividades repetitivas, jornadas extenuantes, exposições aos riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, permanecem sob a negação de direitos à saúde integral do trabalhador e invisibilidades aos direitos previdenciários conforme registros de Pena & Minayo-Gomez (2014), Freitas, C.E.S. (2014) e Rego et al. (2018).

Os estudos realizados por Rios et al. (2011) elucidam como um dos principais fatores de risco para doenças ocupacionais relativas ao setor da pesca no âmbito comportamental a alcoolização, além do tabagismo e uso de outras drogas. Para Karam (2003), a alcoolização patogênica pode ser causa ou efeito e deve ser entendida enquanto recurso individual ou coletivo de resistência como defesa contra o sofrimento.

Engendrados em processo histórico de perseguição e injustiças ambientais intensificado desde os anos 50 com a implantação do polo petroquímico, as condições de vida e de trabalho das populações no entorno da Baía de Todos os Santos têm sido alteradas profundamente, principalmente ao norte da baía (HATJE & ANDRADE, 2009).

As fontes poluidoras impactam na quantidade do pescado, na qualidade dos mariscos e crustáceos, na economia das famílias e na saúde dos pescadores altamente engendrados ao meio em que vivem “nas fronteiras dos limites humanos do sofrimento”, físico e psíquico intensamente assombrados pela fome (PENA et al., 2014; FREITAS, MCS, 2014).

Não obstante, os impactos do racismo estrutural²⁷ e ambiental²⁸, coadunam-se em forma de múltiplas brutalidades presentes na disputa dos territórios pesqueiros com a indústria do turismo, nas ações truculentas dos latifundiários em franca destruição do local de moradia e de trabalho pesqueiro. Gigantes construções como a do Porto de Aratu da

²⁷ **Racismo estrutural** – “Forma sistemática de discriminação fundamentado na ideologia de raça” (ALMEIDA, 2019). Fonte: Almeida S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen; 2019. Disponível em: Racismo Estrutural - Silvio Almeida - Google Livros. Acesso em: 20.03.2021.

²⁸ **Racismo ambiental** – **O reverendo Chavis nos anos 80 disse:** “-Racismo Ambiental é a discriminação racial nas políticas ambientais. É a discriminação racial no escolher deliberadamente comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos, e instalar indústrias poluidoras [...]” (PORTO, 2013).

cidade de Candeias e o complexo Petroquímico de Camaçari, incluindo os estaleiros da Bahia são a materialização do poder sob os direitos humanos violados (BARROS et. al, 2021).

Persistentes ameaças aos movimentos sociais que defendem o direito à vida das comunidades são denominadas por Boaventura de Souza Santos (2007), de fascismo territorial²⁹. No mínimo, quatro comunidades da BTS foram afetadas por situações de cunho criminal, envolvendo assédios, ameaças, desaparecimentos e homicídio desde os anos 60 (ibid, 2021).

Derrames e vazamentos de óleo têm comprometido a qualidade de vida da população ribeirinha, muitos causados por acidentes com os navios cargueiros de produtos químicos nocivos ao meio ambiente e à saúde (CAMPOS et al., 2018, QUEIROZ & CELINO, 2008; PACHECO et al., 2013). Água, areal e mangues permanecem contaminados por chumbo, cádmio e arsênio por toda BTS com quantidades acima da legislação, causadores de problemas de pele, respiratório, câncer (TAVARES & CARVALHO, 1992).

Acontecimentos como o maior derramamento de óleo bruto da história do país em extensão litorânea dá sequência às tragédias envolvendo produção de *commodities*. Dentre os 724 territórios de pesca e extração de mariscos do Nordeste, do Espírito Santo e Rio de Janeiro contaminados em agosto de 2019, os pescadores da BTS fazem parte dos 144 mil pescadores artesanais em situação de extrema pobreza maximizada pela impossibilidade do exercício da atividade e pela falta de escoamento do produto desacreditado pela sociedade após o acidente/crime (PENA et al., 2019).

Sem qualquer resposta sobre responsabilização por parte do Estado ou de qualquer empreendimento de alguma indústria petroquímica, a falta de assistência aos não brancos, com renda mensal de R\$400,00 sem saneamento básico e difícil acesso aos serviços de Saúde, imprime o círculo da miséria, o qual observa-se ações (des)humanizantes produtoras de não-existência, subalternidade e descarte, típicos do patriarcado apontados por Jessé Souza, (2003; 2011; 2017), Quijano (2005) e Munanga (2006).

Soma-se aos fatos e acontecimentos históricos de apagamentos, a chegada da pandemia da COVID-19, a qual fatalmente potencializa o lugar desprivilegiado destes

²⁹ **Fascismo territorial:** “Ocorre sempre que atores sociais com forte capital patrimonial tomam do Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses” (BSS, 2007).

trabalhadores precarizados. Como as domésticas, ambulantes, porteiros, telemarketings e tantos outros sem poder de escolha entre o distanciamento social ou a garantia da segurança alimentar dos familiares, pescadores e pescadoras adentram no mundo do luto e da luta por dependerem da produção diária para sobreviverem (REIS-FILHO & QUINTO, 2020; OLIVEIRA et al., 2020).

Além dos impactos no mercado consumidor, *o modus operandi* na pesca artesanal essencialmente coletiva, com a necessidade do distanciamento social modifica-se, quebrando tradições milenares, fazendo os trabalhadores adaptarem-se forçosamente a novos hábitos cotidianos mais solitários, muitas vezes mais tensos diante da iminência do adoecimento. Como enfatizam Souza & Souza (2020), “as populações tradicionais, principalmente as do norte e nordeste do país, foram colocados no barco do *apartheid* sanitário em momento de “mar agitado pela COVID-19”.

A saber, até final de 2020, os negros apresentaram 3,8 vezes mais chances de morrerem pelo novo coronavírus, sendo o percentual de mortos no Nordeste, 82% para os negros, enquanto representam 70% da população conforme anunciaram Santos M.P.A. et al. (2020) e Araújo M.E. et al. (2020).

Entretanto, para além dos números, o quadro de sofrimento se potencializa com o desmonte dos aparatos legais protetores do meio ambiente, com a geração de *fake news* sobre a pandemia e com a burocratização sobre direitos adquiridos, muito mais como forma de acentuar “a zona do não-ser, como diz Nunes (2020). Afinal quantificações não equalizam os processos de sofrimento dos grupos injustiçados e inviabilizados culturalmente.

Relatos de subsequentes óbitos registrados no *Observatório dos impactos da covid-19 nas comunidades pesqueiras* (2020) corroboram para ratificar a denúncia de Sacramento e Pacheco (2014) sobre a importância de maior atenção aos aspectos psíquicos e emocionais dos pescadores e pescadoras artesanais, grande desafio à saúde pública.

7.2 MÉTODO

Trata-se de pesquisa qualitativa participante realizada no período de dezembro de 2019 a fevereiro de 2021 com trabalhadores da pesca artesanal em três municípios da Baía

de Todos os Santos/BA. Considerada a maior baía do Brasil, abriga comunidades quilombolas remanescentes da economia canavieira, espaço geográfico composto por ilhas e municípios ricos em biodiversidade, nomeada Área de Preservação Ambiental (APA) desde 1999 pelo Decreto Estadual nº 7.595.

O espaço humano constituiu-se das famílias descendentes de escravos formadas nas fazendas baianas a partir do séc. XVI, sobretudo na perspectiva de aumento de trabalhadores nascidos sob propriedade dos senhores de engenho. Fraga Filho (2004), afirma que “vários dos núcleos territoriais constituídos por essas comunidades tornaram-se espaços de preservação de tradições culturais e religiosas”, o que os fazem ser identificados como povos tradicionais.

Entende-se como povos tradicionais, de acordo com o Decreto n. 6.040/2007, revogado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” (BRASIL, 2007).

No livro Baía de Todos os Santos: aspectos Humanos de Caroso et al. (2011), contextualizam a ancestralidade de um povo que vive entre o mar e rios importantes para a economia local como o rio Paraguaçu, cujas manifestações culturais perpassa pelas festas, “lugares de memórias coletivas, de ritos, jogos lúdicos, dos mitos e de narrativas onde o real, mistura-se ao imaginário” entre crenças, símbolos, saberes e significados.

A amostra foi composta por entrevistas semiestruturadas a pescadores, marisqueiras e líderes identificados por seus pares, em bola de neve, num total de 10 participantes com idades entre 32 e 59 anos, cuja aplicação foi no modo individual com duração média de 70 minutos. Todas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. Realizou-se observações e acompanhamentos aos processos de trabalho sintetizados em diários de campo datados.

Ancorado pelo diálogo epistemológico entre as Ciências Sociais e os principais conceitos da Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento foi abordado à luz da saúde do trabalhador enquanto elemento que exige complexidade taxonômica interdisciplinar (CODO, 1988). Os pressupostos dejourianos vêm contribuindo para expor as possibilidades de agressão mental advindas da organização do trabalho na perspectiva da banalização do

sofrimento na contemporaneidade pela violência moral, em análises das defesas de ordem coletiva utilizadas pelos trabalhadores como resistência ao sofrimento cotidiano, tanto quanto no prazer advindo do trabalho (DEJOURS, 2008; MERLO, 2011; ARAÚJO, 2011).

A abordagem hermenêutica foi utilizada para análise, sustentada no campo filosófico pelo pensamento habermasiano, na perspectiva de compreender os significados e sentidos expressos pelos atores sociais. Para Habermas (1997), as interpretações sociológicas devem constituir-se a partir de processos dialéticos atentos às ações humanas. Os temas surgidos foram interpretados e categorizados pelo critério de semelhança de significado semântico e lógico (BIRDIN, 2009).

As identidades de todos os participantes foram preservadas por nomes fictícios, salvaguardando o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos trabalhadores artesanais, conforme preconiza a Resolução 510/2016 (BRASIL, 2016).

Este artigo é resultado parcial da pesquisa aprovada pelo comitê de pesquisa FMB-UFBA sob o seguinte número: CAAE-12024913.9.0000.5577 / PARECER 1.711.010.

7.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“A pesca artesanal não é uma profissão tão somente, mas sobretudo um jeito de viver” (Vento Forte, 2014)³⁰.

Como trabalhadores autônomos, identificam-se no mundo pelo que realizam e produzem para manutenção da economia familiar e para a sobrevivência das comunidades pesqueiras. Portanto, trazem no processo organizacional do trabalho, a coletividade, a colaboração e a aquisição dos conhecimentos sobre a arte da pesca.

Assim, os dados apresentados em categorias são resultados das expressões chaves apresentadas pelos participantes: *Identidade cultural ameaçada; Para além da escassez, medo e angústia; Gratificação vem das águas e da partilha*. São títulos propostos, relacionados aos sentimentos percebidos em tempos de enfrentamento diante dos

³⁰ **Vento Forte** é o nome do Documentário produzido pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, dirigido por Patrícia Antunes (2014). Retrata conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras. Fonte: Vento Forte | Conselho Pastoral dos Pescadores (cppnacional.org.br). Acesso em 10.04.2021.

afetamentos negativos da necropolítica às condições de vida dos pescadores e pescadoras, como também à organização do trabalho.

7.3.1 Identidade cultural ameaçada: o sofrer para existir

Os pescadores apresentam legitimidade social centrada no trabalho. A impossibilidade de realizá-lo por forças externas ao meio significa privação em sua forma de ser e estar no mundo. Na visão de Hall (2001) o processo identitário consolida-se a partir da relação com o outro, do como pode ser visto pela outra parte do relacionamento social. Trata-se, portanto, de uma categoria fundamental no contexto das redes das significações ligadas ao “eu” com o mundo público.

Sob sistemas de desproteção às formas de produção dos conhecimentos milenares, produção de sentidos e dos universos simbólicos, as impossibilidades explícitas ameaçam o futuro da pesca artesanal no Brasil, causando sentimentos de apreensão pela possível ruptura com a estrutura social contemporânea, cujos dilemas estão elucidados nos relatos a seguir:

“É difícil, mas é bom viu. A pessoa, eu não consigo imaginar eu sem a pescaria, o que que vai acontecer comigo se eu não puder ir mais na maré? Eu fico pensando, eu não sei lhe dizer assim, fica muito difícil, muito triste pensar nisto” (Lúcia, 32 anos).

“[...] Além disto, agente preserva bastante a questão cultural, leva em consideração, toda nossa ancestralidade e nossas especificidades também, como povo quilombola, valorizando local, nossas crenças e valores. É isto, na questão da continuação da pesca, cada vez mais vai diminuir a atividade. Se as pessoas pararem de pescar, aí cada vez mais, o número vai cair. Como vamos ficar?” (Lucinda, 31 anos)

“[...] Um jovem me disse eu tenho que ir trabalhar em Cruz das Almas porque eu não tenho o que pescar, se eu tivesse eu não ia sair daqui. Aqui é minha família. Aqui eu adoro. Aqui eu ando descalço, eu faço isto, chego tal hora, e foi falando assim né, isto também afeta” (Adriana, 41 anos).

Nesta perspectiva os trabalhadores das águas referem identidade cultural pelo sentimento de pertencimento, pois ocupam um espaço na história nacional de existência por resistirem às estratégias de poder hegemônico causadores de problemas ambientais que os pressionam muitas vezes a saírem de suas comunidades em busca de sobrevivência. Muitos

jovens, pais e mães de famílias migram para as periferias urbanas expostos às violências do narcotráfico enquanto a contaminação de toda a baía por resíduos industriais, esgoto residencial, resíduos vindos do Porto de Aratu e do polo petroquímico, ainda que acionados o Judiciário e os Ministério Público, permanece como direito da instância privada em detrimento aos direitos coletivos (PACHECO et al., 2010).

Imprensados pela falta de saúde ambiental, sem pescados e sem incentivos na mesma proporção que os dados à indústria pesqueira, escolher ficar na comunidade é um ato de resistência em prol da manutenção da pesca artesanal conforme narrativa de Adriana (41 anos), sobretudo pelo direito de “ser o que se é”: *Pescadores, no rio e no mar, na luta*.³¹

Sua indignação pela falta de políticas de cuidados às comunidades pesqueiras vocaliza-se pelo exemplo dado. O núcleo de convivência geralmente dilui-se, jovens separam-se da família em busca de alternativas, mas quase nunca voltam para compor ou fortalecer o controle social. Muitos jovens sem expectativas de melhoras rendem-se às regras do narcotráfico muito presente nas comunidades, como à marginalidade urbana em subempregos à mercê das múltiplas violências.

Lúcia (32 anos) explicita o poder da dúvida sobre sua existência sem os elementos que a tornam singular. A tristeza trazida como elemento de expressão do esvaziamento do eu em sentimento de perda expresso pelo medo e sentimento penoso perante a possibilidade da inexistência. A maré é um mundo conhecido, onde os pescadores reconhecem-se, e conhecem o que a ele é nocivo a partir de valores, fantasias, expectativas e outros componentes.

Para Freud (2011), a lógica do mundo moderno estrutura-se pela geração de um modelo referencial de normas sociais, o qual chamou “Grande-Eu”, onde o narcisismo social imperativo exclui os não pertencentes à mesma raça, religião e aos mesmos costumes.

Chamado de cultura do narcisismo por Lasch (1983), tal fenômeno pode gerar ao grupo excluído, crises de identidade por não estarem enquadrados na ótica do individualismo competitivo e na ruptura com a historicidade, além de constituir-se pela não aceitação das diferenças e pelo desprezo ao passado, típico do pensamento centrado no colonialismo excludente tracejado pela ideologia de raça como processo mental.

Na contramão da opressão, a mensagem emanada na narrativa de Lucinda (31 anos) expressa a luta pela preservação da identidade cultural, a qual muito está associada ao meio

³¹ Alusão ao grito dos Pescadores Artesanais: “*No rio e no mar: Pescadores na luta [...]*”.

ambiente, aos valores, costumes e à tradição. Traz em sua fala a “ansiedade da morte” como representação implícita causada pelas mudanças ocorridas nas comunidades pesqueiras, pois não saber como ficarão os pescadores, está para dizer que o futuro que os aguarda não condiz com suas necessidades. De acordo com Abrahão (2009), a identidade conserva a saúde mental, portanto os sofrimentos e os prazeres são cravados na experiência de reconhecimento ou falta dele, pois todo trabalhador investe paixão, energia e esforço para lutar contra a desestabilização psíquica iminente.

Na pesca, as atividades diárias são coletivas, o senso de solidariedade é vigente, e as ações tramitam na perspectiva do *NÓS* em sistema de economia familiar estabelecidas após a abolição da escravatura como forma de proteção entre os pares. Consta nos levantamentos históricos realizados por Anjos (2015), que muitos libertos na Bahia não escolherem a vida urbana depois da abolição por questões relacionadas com a forte representação da territorialidade instituída pelo exercício de saberes milenares, pela gestão comunitária dos espaços, pela organização dos costumes e pela autonomia do tempo fazendo dos territórios sociedades independentes.

A centralização das atividades coletivas está nas relações humanas pela parceria perceptíveis no momento da captura do sururu onde as mulheres preenchem o tempo todo de trabalho com temas domésticos, afetivos em partilha dos sentimentos e movimentos pela vida e pela sobrevivência. Denotam cuidados uns com os outros, compartilham os lanches, a água e as dores do cotidiano. Ninguém volta para casa sem que todos ou todas tenham produzido o suficiente para seu sustento e comercialização.

Também é possível em meio às faltas, exercer a camaradagem em emprestar o barco para pesca, consertar rede, resgatar quem está em apuros na maré. Combinar sociedade no beneficiamento do pescado coletado por outro pescador pela quantidade mensurada na palavra dada. Para o universo da pesca, a idealização narcísica presente no pensamento egocêntrico do colonialismo em ser o único referencial de modo de vida não reflete como imagem no universo pesqueiro. Reflete, contudo, em contraposição às tradições até então negadas, estabelecidas pelos afrodescendentes que trabalham em sistema de rede colaborativa.

Giddens (2002) afirma que a reflexividade global entremeada aos aspectos da modernidade pode causar uma espécie de ruptura identitária para além das crenças e costumes das sociedades tradicionais naturalizadas pela forte relação com o ambiente, e com estruturas de cooperação e coletividade na maneira de gerenciar a vida, sendo negativa

somente se o indivíduo não tiver autonomia para entender as mudanças apresentadas pelo mundo externo.

Neste sentido como mostram todas as falas, assim como ocorrem banalidades às violências trazidas pela lógica neoliberal, a banalização de todo mal que se causa a estes trabalhadores enraíza cada vez mais sofrimentos não só pelo adoecimento do corpo, mas pela luta constante de cada trabalhador em elaborar estados de indignação, hesitação, perplexidade, indiferença, medos e angústias e como acredita Dejours (2006), em alguns casos, até o desespero.

7.3.2 Para além da escassez, medo e angústia

O medo da fome em decorrência da escassez de pescados tem superado os sentimentos de satisfação e de pertencimento gerando quebra na cadeia de sucessão geracional da profissão, típica da economia familiar. Alguns depoentes pais e mães de família não desejam que seus filhos continuem com a cultura da pesca para que seus filhos não passem por violências institucionalizadas. Expectativas de voltarem da maré com o barco, cestos e baldes fartos são diariamente frustradas, e a falta de controle sobre o risco da miséria causa temor sobre a vida de todos. A felicidade pela fartura vinda de um dia de trabalho tem ficado cada vez mais escassa.

Fatores como contaminação do meio ambiente, industrialismo pesqueiro e chegada dos empreendimentos têm causado diminuição nas espécies, mas com o derramamento do óleo em agosto de 2019, o quadro de escassez se intensifica. Há relatos de que algumas espécies não são mais coletadas e algumas permanecem em pequenas quantidades, medidas normalmente pela rede ou balde quase vazios. Conforme o relatório da Bahia Pesca de outubro de 2020, a cadeia da pesca como um todo deverá ser impactada, principalmente os manguezais por ser área vegetação peculiar, que favorece a retenção dos poluentes. Com a chegada da pandemia, o que não estava bom em termos de sobrevivência das comunidades pesqueiras, ficou ainda pior, pois além da quantidade de espécies não ser suficiente nem para consumo às vezes, as condições de trabalho complexizaram-se com a chegada da COVID-19 conforme observa-se na narrativa abaixo:

“[...] Agente se sente, sei lá. Não sei explicar mesmo como é que agente se sente, que é uma coisa assim de tristeza, de.... sei lá. Agente

as vezes agente nem sabe como agente se sente. Acho que incapaz, acho que nem é esta palavra de incapaz porque eu acredito que seja mais decepção, porque agente fica decepcionado, que chega lá, sai cedinho, na esperança de pegar, de ir pra casa com mais pescado e não encontra. [...] Porque é chato não estar saudável pra ir. Chega lá, joga e não pega nada, aí fica um pouquinho difícil” (Lola, 50 anos).

A narrativa de Lola (50 anos) explicita decepção frente às precariedades do trabalho e confusão na percepção de si e de seus sentimentos.

A tristeza por ela relacionada à insatisfação condiz com a perda do sentido do trabalho em ressonância à sua perda social. Evidencia estar num processo de desgaste mental pelo trabalho precário, o que para Franco et al. (2010) pode ocorrer por uma espécie de esvaziamento do “eu” atrelado à vivência de incertezas, injustiças, violações de valores e (des)esperanças. Tal fenômeno, deve ser ponto de ocupação ao campo da saúde mental por estar associado ao risco de suicídio, fato social que se agrava em tempo de crise, principalmente pelo excesso de trabalho. Ceccon et al. (2014), sugerem que “há forte relação entre adoecimento e o contexto de precarização do trabalho, o qual piora a qualidade de vida da população trabalhadora, implica em sofrimento físico e mental e aumenta o risco de autoagressão”.

Dejours (2006) acredita no crescimento do sofrimento do trabalhador quando este nutre sentimento de incapacidade diante da falta de respostas aos seus discursos e na falta de esperança em possíveis melhorias nas condições de trabalho para o futuro.

A situação de abandono da profissão tem sido um fenômeno crescente consequência dos impactos ambientais, pela ação da pesca industrial, pela falta de políticas de preservação das espécies, pelas redes lançadas nas águas por horas sem sequer enredar o que de costume para garantir a sobrevivência das famílias. Estudos apresentados por Conceição et al. (2020) indicam semelhante quadro no estado do Pará, onde a deserção está ligada ao baixo retorno produtivo e ao aumento de carga horária para o trabalho.

Outra situação de grande relevância atém-se às diferentes ações de negação dos direitos sociais adquiridos, seja pela morosidade para emissão de posse dos territórios quilombolas, pela falta de emissão do Registro Geral da Pesca (RGP)³² desde 2018 ou pelo

³² **RGP** - Considerando o estabelecido na Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009, Art. 24, “Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas

não pagamento regular do seguro defeso³³ a qual pressiona os pescadores artesanais, por não possuírem renda fixa, submetem-se muitas vezes ao “controle e exploração do trabalho na produção-apropriação-distribuição de produtos”, tal como explicitou Quijano (2005) a despeito da força do colonialismo.

As narrativas apresentadas a seguir retratam as vivências suscitadas pelo perigo de morte, cuja sobrevivência ameaçada causa estados de sofrimento:

“[...] mas agente ficou um tempo com aquele negócio, aquela angústia porque agente não tinha mais aquele marisco que agente tinha abundante antigamente. Não sei dizer assim, é um aperto no coração. [...]O medo que eu tenho são dos empreendimentos porque na verdade eles não liga pra nós pescadores. [...] Então, se destruir o mar, destruir a maré, o lugar que agente vai pescar, agente vai morrer de fome. Este é meu medo, entendeu? Fico com medo de passar fome [...] a maré ela é um porto seguro pra nós que não tenho emprego fixo, não tenho emprego” (Lúcia 32 anos).

“Mas isto não era assim, mas de um tempo pra cá depois da barragem é que começou isto aqui. Eles só diz que não atinge nada aqui. Não atinge, se agente é atingido né. Sururu mesmo, tá difícil da gente arrumar no mangue. Agente tá levando dois três dias pra arrumar um quilo de marisco. [...] Dá preocupação. Fica preocupada, vai comprar o quê, fazer o quê pa comer agora?” (Lídia, 54 anos).

Pelo relato das trabalhadoras das águas observa-se a íntima relação tecida entre a escassez e as dificuldades de sobrevivência. No entanto, o medo trazido por Lúcia (32 anos) revela ser diretamente determinado pelo desprezo dos empreendimentos, principalmente pela falta de notícias de providências benéficas às comunidades pesqueiras por parte do Estado, minimizando o controle social necessário para o enfrentamento dos riscos presentes na profissão, chamados de supostos. Os medos, fontes de ansiedade, podem servir de alerta aos trabalhadores sobre a necessidade de busca por alternativas, diz Dejours (1988), enquanto a angústia é uma resposta individual frente aos estímulos desconhecidos.

no Registro Geral da Atividade Pesqueira (BRASIL, 2009). Disponível em: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Registro Pescador Profissional — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em 30.04.2021.

³³ **Seguro Defeso** - Serviço que permite ao pescador profissional artesanal solicitar ao INSS o pagamento do benefício de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal durante o período de defeso, ou seja, quando fica impedido de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies (BRASIL, 2009). Disponível em: Ministério da Economia – Instituto Nacional do Seguro Social. Seguro Defeso - Pescador Artesanal — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em 30.04.2021.

Lídia (54 anos) traz emoções relacionadas à manutenção da família, entende que para além da comercialização na falta do pescado, a segurança alimentar dos filhos está ameaçada quando ela pergunta o que vão comer, sobretudo seu papel de provedora também se engendra na precariedade. Coloca também sobre a potencialização do aumento do tempo para a aquisição da quantidade plausível para venda e consumo do marisco, são sacrifícios corporais aumentados enquanto o controle sobre o seu trabalho está diminuindo.

Tudo indica haver o início de uma nova ordem onde a organização temporal e os sacrifícios corporais e mentais redobrados em maior carga de trabalho marca, como disse Dejours (ibid, 1988), o começo do sofrimento vindouro de frustrações sequenciais, afinal todo o saber-fazer desta pescadora não é o suficiente para alcançar resultados positivos. As metas de produção diária começam a ficar inalcançáveis, o medo da fome vem com a interrogação usual de quem é violado em sua cidadania e não pode responder por seus atos, assim como pode ser entendido como o insumo de produção que se transforma em ansiedade da morte em busca da sobrevivência.

Destarte, para além da sobrevivência do corpo, Sawaia (2001) aponta (sobre)vivências invisibilizadas pela racionalidade do mundo moderno, onde o Estado utiliza estratégias para ocultar os sofrimentos do substrato da dor pelas injustiças sociais e pela cidadania negada em seu próprio território. Esta Pescadora (Lídia 54 anos) não reconhece o sofrimento, mas entende que a dor começa com a chegada da Barragem da Pedra do Cavalo, representatividade de controle sobre o nível das águas de onde pesca e marisca e de impotência dos pescadores e pescadoras.

Portanto, a vulnerabilidade representativa, a qual ronda as famílias pobres do país, segundo Gomes e Pereira (2004), pode gerar sofrimentos por perdas ou rompimento de vínculos, baixa autoestima e sentimentos relacionados à impotência perante a luta desigual pela sobrevivência e qualidade de vida, muito evidente na fala de Lola (50 anos).

Imersos num contexto de sofrimentos negligenciados apontados por Pena & Martins (2014) estes artesãos da pesca enfrentam múltiplos riscos, estão submetidos às condições de trabalho nocivas aos corpos, expostos inclusive ao risco de morte e os aceitam conscientemente como modo de vida. Tudo que envolve pesca, ainda que amalgamado de riscos, é conhecido, logo não causa temor aos pescadores.

No entanto, perder o controle da dimensão dos agravos pela falta de informações precisas sobre causas e o quanto podem ser prejudiciais à saúde, é como perder a força em prevenir ou combater as ameaças externas reais. Dejours (1988), pautado na Psicanálise freudiana defende que o medo ampliado diante do desconhecido, gera “angústia”, aquela emergente diante do sinal de um perigo iminente ou que algo está fora da ordem.

A narrativa de Alexandra (59 anos) corrobora para registrar a gravidade causada pela desassistência das políticas públicas e pela precariedade, cuja vã impossibilidade de viver da pesca significa não ter razão para existir:

” A importância do meu trabalho na minha vida é meu sustento, é a coragem né e saber que agente vai mesmo tendo pouco agente consegue trazer. [...] O que significa não poder pescar pra mim? Antes morrer.”

Esta é uma fala denunciante a respeito da gravidade dos impactos da escassez que maximiza a situação de pobreza. Esta vocalização de seu sentimento de autoestima ligada à coragem mostra que a falta do trabalho, elemento fundante na intersubjetividade humana, pode causar sérios danos à saúde mental do trabalhador artesanal da pesca.

Em Kemper (2013), entende-se que situações de precariedade podem gerar vivências traumáticas, pois os aspectos sociais são interligados. As tentativas frustradas de investimento de vida através do trabalho trazem sentimentos de incapacidade, o que está para o pensamento de finitude.

Percebe-se que além de conviverem com as dores físicas, há sinais do sofrimento patogênico denominado por Karam (2003) de psicopolítico. Para ela, é o tipo de sofrimento que tem como base violências sociais e se transmuta em sintomas sociais expressos por diferentes comportamentos que vão desde a criminalidade, acidentes, suicídio e alcoolismo.

Embora este estudo não tenha se aprofundado na questão da alcoolização do território pesqueiro, há relatos isolados de aumento quanto ao uso de bebida alcoólica nas comunidades.

Todas as narrativas corroboram para a compreensão de que a pesca artesanal neste território apresenta uma série de vivências provocadoras de sofrimentos normalizados pelos trabalhadores em relação à condição de trabalho, mas com plena consciência

7.3.3 A satisfação como fonte de prazer vem com as águas

Para além das precariedades, os pescadores e pescadoras trazem junto ao conhecimento prático, sabedorias milenares que lhes dão prazer e sentido ao trabalho e potência para utilizarem saídas para lidarem com os problemas e as artimanhas do trabalho em conformidade com as explicações de Lancman & Uchida (2003).

São profissionais que buscam nas respostas coletivas saídas para o manejo da biodiversidade, para solucionar as demandas das comunidades, assim como para manter a força de luta por articulações dos movimentos sociais. Mas, sem dúvida, é na dimensão das relações socioprofissionais que o prazer chega pelo reconhecimento entre os pares, pela gratificação e pelo senso de pertencimento. Vale ressaltar que para a abordagem dejouriana sofrimento e prazer não são aspectos antagônicos, pois é a partir do sofrimento que o trabalhador busca soluções e vivências de prazer.

Prazer-sofrimento, binômio engendrado pela inteligência corporal constituída por elementos como destreza, habilidade e sensibilidade técnica (DEJOURS, 1988). Destarte, são as relações de trabalho e a satisfação com os resultados dimensões valorizadas pelos pescadores e pescadoras como pontos de motivação e gratificação conforme narrativas abaixo:

“Pra mim ser pescadora é tudo. Porque tudo que eu tenho foi o trabalho e eu agradeço a Deus [...] eu trabalhei muito de doméstica e nunca tive nada, e hoje não. Eu me reconheço” (Rosa, 50 anos).

“[...] E eu só tenho orgulho de mim e de tantas outras pescadoras, né? Somos guerreiras, né? Conseguimos conquistar um espaço que antes era só dos homens, né?” (Gisele, anos 44 anos).

“De nove anos que eu sou um rapaz lutador Pescador viu? [...] é um trabalho bonito, é um trabalho esforçado de luta da nossa vida. Somos trabalhador” (Jonatas, 51 anos).

São narrativas que evidenciam o orgulho dos trabalhadores entremeados de suas relações com o meio e com a natureza pelo afeto, sensações e sentimentos. As tarefas passadas de pai para filho, ensinadas de mãe para filha tornam-se meios de empoderamento sobre o saber-fazer. Trata-se de um aprendizado não formal de saberes tradicionais e dão a eles uma profissão que os permite sobreviver.

São especificidades demandantes de experiência na arte da pesca que inclui ouvir o vento, entender o silêncio e o movimento das águas. Também entender sobre as espécies cuja percepção torna-se aguçada para atentar-se a qualquer mudança. Conseguem perceber a variação do volume das águas do rio gerenciado por barragens, como na Baía de Iguape-Cachoeira/BA. Quando a barragem solta as comportas, todos os equipamentos são arrastados com as águas e as famílias resistem a cada cheia buscando meios de maximizarem o controle social (DC, 2019)³⁴.

Na voz do pescador Jonatas (51 anos), sua autoimagem é revelada como útil e pauta-se na responsabilidade pela família. Ser trabalhador significa possuir um lugar na sociedade, é possuir qualificação, é ter meios para ultrapassar as dificuldades da vida, logo o trabalho nas águas é sua fonte de satisfação.

Pelo olhar da psicanálise, o “ser trabalhador” possui valor de marca para os sujeitos, onde o trabalho ocupa lugar de depósito de desejos, vocação e conquistas via sublimação para afastar os sofrimentos advindos do mundo externo e alcançar a meta da felicidade (FREUD, 2011).

A satisfação pode estar presente quando o trabalhador se sente confiante, positivo com seus resultados e desenvolve bons relacionamentos interpessoais. Nota-se na expressão narrada de Rosa (50 anos). Ela reconhece conquistas tangíveis e intangíveis através de seu trabalho. Sua narrativa confirma o entendimento de que há uma estreita relação “entre a dinâmica de reconhecimento do trabalho, e o processo de construção da identidade do trabalhador e a vivência de prazer” conforme afirmativas de Morrone & Mendes (2003). Revela que pela sua compreensão, “não é o trabalho que lhe causa sofrimento, é o sofrimento que produz o seu trabalho” com a plena clareza de que fora da comunidade irá submeter-se a subempregos e má remuneração. Logo, não vai garantir a manutenção familiar e nem contribuir com sua comunidade.

Dejours (2008) entende que o reconhecimento pode ser forte impulso a ressignificação do sofrimento em prazer, seja ele advindo pela hierarquia do trabalho ou pelos pares. No caso da pesca artesanal há desenhado em sua cultura diferentes hierarquias entre pais, filhos, anciãos, mais novos na arte da pesca, homens e mulheres. Também entre quem tem barco, ferramentas, apetrechos e camboas com quem não os tem, inclusive quem

³⁴ Diário de Campo n° 04 do dia 24/10/2019 sob o Título: Reunião Resex Baía de Iguape.

segue os saberes ancestrais e quem escolhe não seguir a vida com a pesca artesanal respeitando o ambiente.

Por sua vez, Gisele (44 anos), traz o conteúdo significativo positivo do trabalho em relação ao gênero no mundo da pesca. É pauta de luta das mulheres que conquistaram seus espaços como proprietárias de barcos, camboas, redes e que conseguem tramitar nas feiras presentes na captura, beneficiamento e comercialização são referenciais positivos à toda comunidade, e conseguem *by* passar um contexto vigente através do sofrimento criativo. A gratificação é notória nas falas empoderadas ao se tratar da profissão, mesmo diante das dificuldades.

Dizer que tudo que conseguiu foi através da pesca, é trazer o trabalho como o elemento central de gratificação da vida coletiva, como ser referência para outras mulheres, mães, responsáveis dos filhos e têm no trabalho fonte de conquista, conforme narrativa transcrita abaixo:

“[...] A família agente proporcionou uma vida, agente se reúne, pra ajeitar marisco, às vezes agente sai pra mariscar junto e aí vem momento bom, sempre em família” (Lola, 50 anos).

Há trabalhadores e trabalhadoras que pescam de domingo a domingo, fazendo do lugar do trabalho o momento de socialização e trocas. As marisqueiras, por exemplo, afirmam ser o trabalho momento em que podem conversar sobre temas que não poderiam fazê-lo em ambiente doméstico.

Apesar de ficarem com os corpos submersos na lama até a altura do joelho, também de ficarem submetidas às jornadas extensas de trabalho de mais de 06 horas diárias sob dores ou de exercerem movimentos repetitivos e cansativos de acordo com o relato de Pena et al. (2011), conseguem absorver o prazer da realização do trabalho pela garantia do “pirão de cada dia” às famílias, pela autonomia e pela grupalidade capazes de ultrapassarem todas as mazelas.

Segundo Maldonado & Santos (2006), os empreendimentos solidários nos territórios pesqueiros apresentam potencial a serem estratégias de resistência e de respostas positivas aos movimentos sociais, assim como para Gohn (2003), no âmbito geral, são

movimentos capazes de projetar em seus participantes sentimentos de pertencimento social, fortalecimento e libertação.

Na perspectiva da saúde mental, o reconhecimento do trabalho entre os pares contribui para a constituição da identidade do trabalhador no campo do real, ou seja, é o fazer carregado de significados, ponto central para que ela cumpra seu papel de armadura ao adoecimento mental. Ao contrário, quando o trabalho não exerce sua função psíquica “abre-se espaço para o sofrimento e, talvez, posteriormente, para as descompensações psicopatológicas” como afirma Bouyer (2010).

Como é possível constatar nos depoimentos, a coletividade é uma das fortes características dos povos tradicionais das águas, o que permite entender que o processo de formação do sujeito na pesca é referendado pelo prazer da partilha, sobretudo pelo reconhecimento e gratificação no trabalho.

7.4 MARÉ CHEIA (IN)CONCLUSIVAS: Considerações finais

O sofrimento psíquico entre os pescadores está submerso nas estratégias de opressão empregadas aos povos tradicionais, as quais se entrelaçam com posição excludente aos saberes que circulam em coletividade.

O processo de invisibilidade dos grupos vulneráveis nas águas turvas do neoliberalismo aponta de forma contundente aos mais diversos aspectos como alvo. Considerando a falta de políticas públicas protetivas à saúde do trabalhador, a saúde mental fica na borda dos focos de interesse e atenção, portanto o pescador não tem como identificar o que sente. De certo é um quadro desafiador à Vigilância em Saúde e à Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT).

De acordo com o objetivo deste estudo, faz-se inteligível que o medo, tristeza e angústia expressam as vivências de sofrimento presentes diante da fome iminente, da escassez crescente e fundamentalmente do perigo de apagamento da identidade cultural dos pescadores artesanais. Muitos sofrimentos são silenciados entre as ondas de mazelas que se avolumam como fortes tsunamis que arrastam a vida cotidiana dos pescadores e pescadoras artesanais da Baía de Todos os Santos.

Assim como as vivências de prazer estão pautadas na coletividade, no reconhecimento e na identidade cultural, as emoções elucidadas estão relacionadas à potência do trabalhador das águas.

A aproximação das Ciências Sociais com a Psicodinâmica do Trabalho permitiu iniciar a busca da compreensão do sofrimento psíquico dos pescadores artesanais. Porém é preciso registrar que os estudos na perspectiva da saúde mental para esta classe de trabalho devem seguir em debate em busca de contribuir com a efetivação da redemocratização de práticas sociais, de saúde e de saúde mental, bem como para agregar ao movimento emancipatório dos pescadores materiais contributivos.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, J. et. al. **Introdução a ergonomia: da prática a teoria**. São Paulo: Blucher, 2009.

ANJOS, R. **As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências**. GEOUSP Espaço E Tempo, 2015; v. 19, n. 2. p. 374-390. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102810>. Acesso em: 25.06.2020.

ARAÚJO, T. M. Revisão de Abordagens Teórico-Metodológicas sobre saúde Mental e *Trabalho*. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011; p. 325-344.

ARAÚJO, M. E. et al. **Covid-19 - Morbimortalidade pela COVID-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos**. Saúde em Debate. 2020; v. 44, n. 4; p. 191-205. Disponível em: SciELO - Brasil - Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. Acesso em: 10.01. 2022.

BAHIA PESCA. **Relatório de visita técnica - Verificação da presença de óleo cru nos estuários do litoral da Bahia**. Salvador/Bahia, 2020. Disponível em: REL211019.pdf (bahiapescas.ba.gov.br). Acesso em: 02.06.2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa/Portugal: Geográfica Editora, 2009.

BARROS, S. et. al (orgs). **Conflitos Socioambientais e violações de Direitos Humanos em Comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. 2 ed. Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021; p.251.

BOUYER, G.C. **Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para o debate: “o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador**. Rev. bras. Saúde ocup. São Paulo, 2010. p. 249-259. Disponível em [http: RBSO 122 Book 1.indb](http://RBSO.122.Book.1.indb) (scielo.br). Acesso em: 25.02.2019.

BRANT, L. C.; MINAYO-GOMEZ, C. **A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho**. Ciência & Saúde Coletiva, 2004; p. 213-223. Disponível em: SciELO - Saúde Pública - A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho (scielosp.org). Acesso em: 12.03.2020.

_____. **A Temática do Sofrimento nos Estudos sobre trabalho e saúde**. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. P. (Orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011; p. 385-408.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007**. Disponível em: Decreto nº 6040 (planalto.gov.br). Acesso em: 03.06.2020.

CAMPOS, M. M.; TIMÓTEO, G. M.; ARRUDA, A. P. S. N. de. **A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: Organização Social e Práticas em Economia Solidária entre os Pescadores Artesanais**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 116, 2018; p. 71-102.

CAROSO, C. et al. (orgs). **Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos**. EDUFBA, 2011. P 593. Disponível em: Baía de todos os santos: aspectos humanos - Google Livros. Acesso em: 01.06.2020.

CECCON, R. F. et al. **Suicídio e trabalho em metrópoles brasileiras: um estudo ecológico**. Ciência & Saúde Coletiva [online], 2014; v. 19, n. 7, p. 2225-2234. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014197.09722013>. Acesso em: 4.05.2021.

CODO, W. **Saúde mental e trabalho: uma Urgência Prática**. Psicologia: Ciência e Profissão, 1988. V. 8(2), p. 20-24. Disponível em: [https:SciELO - Brasil](https://SciELO-Brasil) - Saúde mental e trabalho: uma urgência prática Saúde mental e trabalho: uma urgência prática. Acesso em: 10.01.2019.

CONCEIÇÃO, L. C. A. **A pesca artesanal e a sucessão geracional no município de maracanã, estado do Pará, Brasil**. Guaju, Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, 2020. v.6, n. 1. Disponível em: A pesca artesanal e a sucessão geracional no município de Maracanã, estado do Pará, Brasil | Conceição | Guaju (ufpr.br). Acesso em: 04.03.2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2016.

DARRIBA, V. A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a. *Ágora*, v. 8, n. 1, p. 63–76, 2005. Disponível em: SciELO - Brasil - A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a. Acesso em: 03.03.2021.

DEJOURS, C. **Por um novo conceito de saúde**. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 1986, v. 14, p. 54, p. 1-4. Disponível em: [Dejours_por_um_novo_conceito_de_saude.pdf](#) (usp.br). Acesso em: 29.04.22.

_____. **Loucura do Trabalho**: Estudo de Psicopatologia do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

_____. ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Subjetividade, Trabalho e Ação**. *Revista Produção*, 2004. v. 14, n. 3, p. 027-034, Disponível em: [https://SciELO - Brasil - Subjetividade, trabalho e ação](https://SciELO-Brasil-Subjetividade, trabalho e ação) Subjetividade, trabalho e ação. Acesso em: 29.11.2021.

_____. **A Banalização da Injustiça Social**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999/2006.

_____. Sofrimento e prazer no trabalho: a abordagem pela psicopatologia do trabalho. In: LANCMAN, S. & SZNELWAR, I. L. (orgs.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. 2008, cap. 4. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Brasília: Paralelo 15. p. 143-158.

_____. Souffrance et plaisir au travail. L’approche par la psychopathologie du travail, *Travailler*, 2016; v. 1, n. 35, p. 17-30. Disponível em : <https://www.cairn.info/revue-travailler-2016-1-page-17.htm>. Acesso em: 03.12.2021.

DIEGUES, A. C. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. *Etnográfica*, 1999; v. III (2), p. 361-375.

_____. (ed). **Maritime Anthropology in Brazil**. NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP Center for Research on Human Population and Wetlands in Brazil – USP, 2005; p.111. Disponível em: [Introd.Maritime anthropology.rtf](#) (usp.br). Acesso em: 12.03.2020.

DRUCK, G.; FRANCO, T. A degradação do trabalho e os riscos industriais no contexto da globalização, reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. In: FRANCO, T. (Org.) **Trabalho, riscos industriais e meio ambiente**. Salvador: EDUFBA-CRH, 1997; p.15-32.

DUNKER, C. I. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista**. *Tempo Social*. São Paulo, 2011; v. 23, n. 1, p. 115-136.

FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia** (1870-1910). Revista de Estudos da Religião. Campinas: Editora da Unicamp, 2004; p. 85-93. Disponível em: FragaFilho_Walter_D.pdf. Acesso em: 23.07.2021.

FRANCO, T. et al. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado**. Rev. bras. Saúde ocupacional, São Paulo, 2010; v. 35, n. 122, p. 229-248. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v35n122/a06v35n122.pdf>. Acesso em: 04.04.2021.

FREITAS, C. E. S. et al. Previdência Social, Segurados e Especiais e Marisqueiras. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014; p. 271-287.

FREITAS, M. C. S. de. Manguexal. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014; p. 157-177.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização**. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2011.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOHN, M.G (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI – Antigos e Novos atores sociais**. 2ª ed. RJ. Editora Vozes, 2003.

GOMES, M. A.; PEREIRA M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Ciência & Saúde Coletiva, 2005. Disponível em: SciELO - Saúde Pública - Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas (scielosp.org). Acesso em: 10.04.2021.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1997.

HATJE, V.; ANDRADE, J. B. (Orgs). **Baía de Todos os Santos: Aspectos Oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009.

JACQUES, P. **Souffrance psychique et souffrance sociale**. Pensée plurielle, 2004; v. 2, n. 8 p. 21-29. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2004-2-page-21.htm>. Acesso em: 04.01.22.

KARAM, H.M.C. **O sujeito entre a Alcoolização e a Cidadania: Perspectiva Clínica do Trabalho**. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 2003; v. 25, n. 3, p. 468-474. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/mgXBDPPDZsqDj7RgngMqdwk/?forma>. Acesso em: 10.09.2018.

KEMPER, Maria Lenz Cesar. **Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social.** Cad. psicanal. Rio de Janeiro, 2013; v. 35, n. 29. p. 105-125. Disponível em: a07.pdf (bvsalud.org). Acesso em: 01.04.2021.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S. **Trabalho e Subjetividade: O olhar da Psicodinâmica do Trabalho.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2003; v. 6, p. 79-90. Disponível em: Vista do Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho (usp.br). Acesso em: 07.09.2019.

LASCH, C. **A cultura do Narcisismo - A Vida Americana Numa Era de Esperanças em Declínio.** Ed: Imago, 1983.

MALDONADO, F.; SANTOS, A. C. **Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica Organizações Rurais & Agroindustriais.** vol. 8, núm. 3, Universidade Federal de Lavras/MG, 2006, pp. 323-333. Disponível em: Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica | Organizações Rurais & Agroindustriais (ufla.br). Acesso em: 09.12.2021.

MERLO, A. R. C. *Psicodinâmica do Trabalho.* In: M. G.; CODO J. W. (orgs.), Saúde mental & trabalho-leituras. Petrópolis: Editora Vozes, 2002; p 130-141.

_____. *O Trabalho e a saúde mental no Brasil: Caminhos para novos conhecimentos e novos instrumentos de intervenção.* In: MINAYO-GOMEZ, C. MACHADO, J.M.H.; PENA, P. G. L. (orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea.** Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011; p. 369-383.

MORRONE, C. F.; MENDES, A. M. **A resignificação do sofrimento psíquico no trabalho informal.** Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho. v.3, n.2, p. 91- 118, 2003. Disponível em: *v3n2a05.pdf (bvsalud.org). Acesso em: 01.04.2021.

MUNANGA, K. **Identidade, cidadania e democracia: Algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil.** Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas/SP, 2006; v. 5, n. 1. p.17-24. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/86455>. Acesso em: 19.01.2021.

NUNES, J. A. *A Política dos números, ou: quem conta na pandemia?* NA original – Alice Comenta, 2020. Disponível em: ALICE News - A política dos números, ou: quem conta na pandemia? (uc.pt). Acesso em: 03.06.2020.

OBSERVATÓRIO DOS IMPACTOS CORONAVÍRUS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS (Blog), 2021. Disponível em: <https://observatoriocovid19pescadores.blogspot.com>. Acesso: 28.01.2021.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Condições de trabalho decentes, segurança e proteção social. Trabalho na pesca.** Convenção n. 188, recomendação n. 199. Suíça, 2009. Disponível em: wcms_161211.pdf (ilo.org). Acesso em: 18.02.2019.

OLIVEIRA, R. G. et al. **Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural**. Cad. Saúde Pública 2020; 36(9):e00150120. Disponível em: csp_1501_20_pt.indd (fiocruz.br). Acesso em: 19.01.2021.

PACHECO, T. et al. Metodologia e Resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. In: PORTO, Marcelo Firpo et al. (Orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013; p. 35-71. Disponível em: parte inicial.indd (scielo.org). Acesso em: 17.07.2021.

PENA, P. G. L.; MARTINS, V L A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014.

_____; MINYAO-GOMEZ, C. **Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador**. Ciência & Saúde Coletiva, 2014; v. 19, n. 12, p. 4689-4698. Disponível em: SciELO - Brasil - Health of subsistence fishermen and challenges for Occupational Health Surveillance Health of subsistence fishermen and challenges for Occupational Health Surveillance. Acesso em: 17.07.2021.

_____. et al. **Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão**. Cadernos de Saúde Pública, 2019; v. 36, n. 2. Disponível em: SciELO - Brasil - Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. Acesso em: 30.06. 2021.

QUEIROZ, A. F. de S; CELINO, J. J. (Orgs). Manguezais e Ecossistemas e Estuarinos da Baía de Todos os Santos. In: **Avaliação de Ambiente na Baía de Todos os Santos Aspectos Geoquímicos, Geofísicos e Biológicos**. PROAMB-RECUPETRO. Salvador, EDUFBA, 2008. Disponível em: 02.indd (ufpr.br). Acesso em: 17.07.2021.

QUIJANO, A. **A colonialidade do poder: eurocentrismo e latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em: 12_Quijano.pdf (usp.br). Acesso em: 30.03.2020.

RÊGO, R.C.F. et al. **Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS)**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 2018. n. 43. Disponível em: SciELO - Brasil - Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS) Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). Acesso em: 21.03.2020.

REIS-FILHO J.; QUINTO, D. **COVID-19, social isolation, artisanal fishery and food sec. SciELO - Sci Electron Libr Online. 2020**. Disponível em: The COVID-19, social isolation, artisanal fishery and food security: How these issues are related and how important is the sovereignty of fishing workers in the face of the dystopian scenario | SciELO Preprints(1). Acesso em: 03.01.2022.

RENAST, Boletim Epidemiológico Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil, 2006–2017. Renast on line, 2019, Disponível em Boletim epidemiológico: Transtorno Mental Relacionados ao Trabalho no Brasil, 2006 - 2017. Renast online (fiocruz.br), Acesso em 16.04.2021

RIGOTTO, R. M. **Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o vermelho.** Rev. Brasileira de Epidemiologia, 2003; v. 6, n. 4. p.388-404. Disponível em: SciELO - Saúde Pública - Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho (scielosp.org). Acesso em: 02.01.2022.

RIOS, A. O. et. al. **Doenças em Trabalhadores da Pesca.** Revista Baiana de Saúde Pública, 2011. p. 175-188. Disponível em: file: Vista do Doenças em trabalhadores da pesca (sesab.ba.gov.br). Acesso em: 05.10.2018.

SACRAMENTO. E. C.; PACHECO, M. J. Saúde ocupacional – o olhar das pescadoras artesanais. In: **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais.** Salvador: EDUFBA, 2014; p. 323-332.

SANTOS, B.S. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 2007; n. 78. Disponível em: SciELO - Brasil - Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Acesso em 31.01.2021

_____. **A Cruel Pedagogia do Vírus.** Coimbra, ED: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, M. P. A. DOS et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Estudos Avançados.** Epub, 2020; v. 34, n. 99. p. 225-244. Disponível em: SciELO - Brasil - População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Acesso em: 03.06.2021.

SATO, L.; BERNARDO, M. H. **Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem.** Ciência & Saúde Coletiva, 2005, v.10, n. 4 p. 869-878. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. Acesso em: 30.05.22.

SAWAIA, B. B (org.). **As artimanhas da exclusão análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 2 a Edição: Ed. Vozes. Petrópolis, 2001.

SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica.** Editora UFMG. Belo Horizonte. 2003.

_____. **A parte de baixo da sociedade brasileira.** Revista Interesse nacional, v. 14, p. 33-41, 2011.

_____. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya 2017.

SOUZA, L.; SOUZA, A. **No mar brasileiro agitado pela COVID-19, não estamos todos no mesmo barco.** JMPHC, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.999>. Acesso em: 05.02. 2021.

SACRAMENTO, E. C.; PACHECO, M. J. Saúde Ocupacional – o olhar das pescadoras artesanais. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V L A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2011; p. 323-331.

SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2003.

_____. **A parte de baixo da sociedade brasileira**. Revista Interesse nacional, 2011; v. 14, p. 33-41.

_____. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya 2017.

TAVARES, T. M.; CARVALHO, F. M. **Avaliação da Exposição de Populações Humanas a Metais Pesados no Ambiente: Exemplos do Recôncavo Baiano**. Quim. Nova, 1992. p. 147-153. Disponível em: (PDF) Avaliação de exposição de populações humanas a metais pesados no meio ambiente: Exemplos do recôncavo baiano (researchgate.net). Acesso em: 17.07.20121.

TRAD, L. A. B. Jovem, negro e "fora do lugar": contextos de violência estrutural ou racismo à brasileira. In: Pinheiro, R. et al. **Cultura do cuidado e o cuidado da cultura: dilemas, desafios e avanços para efetivação da integralidade em saúde no Mercosul**. Rio de Janeiro, CEPESC; IMS-UERJ. ABRASCO, 2015; p.49-63. Disponível em: Cultura do Cuidado e o Cuidado na cultura: dilemas, desafios e avanços para efetivação da integralidade em saúde no Mercosul - PDF Download grátis (docplayer.com.br). Acesso em: 16.05.2020.

TRINDADE, A. A. M. et al. **Saúde e trabalho na cooperação Sul-Sul: experiências regionais e atenção primária**. XXXI Congresso ALAS. Montevideu/Uruguay, 2017. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/4853_ana_angelica_martins_da_trindade.pdf. Acesso em: 16.04.2019.

UCHIDA, S.; SZNELWAR, L. I.; LANCMAN, S., **Aspects épistémologiques et méthodologiques de la psychodynamique du travail**. Travail, 2011; v. 1, n. 25, p. 29-44. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-travailler-2011-1-page-29.htm>. Acesso em: 05.01.2022.

8 ARTIGO II



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA
Grupo de pesquisa em Saúde, Ambiente e
Sustentabilidade da Pesca Artesanal (PROSAS)
Largo do Terreiro de Jesus – Centro Histórico,
CEP: 40025-010. Telefones: (71) 3321-0383; 3321-
0983 e 3321-4503



TRABALHO, SOFRIMENTO E PRAZER DE PESCADORAS ARTESANAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

RESUMO

Introdução: Detentoras de saberes milenares adquiridos em regime de sucessão familiar, as pescadoras artesanais vivem no limite de sofrimentos físico e mental, mas administram a vida com foco nas conquistas e manutenção da cultura da pesca artesanal. Com a chegada da pandemia da COVID-19, as tensões entre vida e morte intensificam a mobilização de inteligências práticas em busca de soluções criativas diante do súbito agravamento das condições de vida e trabalho. **Objetivo:** Este estudo propõe compreender as experiências subjetivas presentes nas situações de vida e trabalho das pescadoras da Baía de Iguape/BA na pandemia da COVID-19 com o intuito de embasar a reflexão sobre sofrimento psíquico entre elas **Método:** Pesquisa participante de abordagem qualitativa, na perspectiva das Ciências Sociais em diálogo com fundamentos da Psicodinâmica do Trabalho. A coleta foi realizada em comunidades quilombolas da Baía de Iguape/BA entre dezembro de 2019 a fevereiro de 2021. **Discussão e Resultados:** Os dados revelam a díade prazer-sofrimento

presente na trajetória identitária das mulheres das águas em constante ressignificação dos aspectos subjetivos do trabalho como forma de (re) existir. **Conclusão:** O trabalho das pescadoras é reconhecido por elas como fundamental elemento de manutenção da identidade. Ações colaborativas funcionam como estratégia de proteção durante a pandemia da Covid 19 e desnudam a potência de transformação do sofrimento em movimentos emancipatórios, fontes de prazer e alegria.

Palavras-Chave: Sofrimento Psíquico, Prazer, Pesca Artesanal, COVID-19.

ABSTRACT

Introduction: Holders of ancient knowledge acquired under family succession, artisanal fisherwomen live at the limit of physical and mental suffering, but manage life with a focus on the conquests and the maintenance of the artisanal fishing culture. With the arrival of the COVID-19 pandemic, the tensions between life and death intensify the mobilization of practical intelligences in search of creative solutions in the face of the sudden worsening of living and working conditions. **Objective:** This study proposes to understand the feelings and affections present in the life and work situations of fisherwomen and seafood trees in the Bay of Iguape/BA in the COVID-19 pandemic in order to support the reflection on psychic suffering among them. **Method:** This is a participatory research with a qualitative approach, with the perspective of Social Sciences in dialogue with the foundations of the Psychodynamics of Work. The collection was carried out in three communities in the Bay of Iguape/BA between December 2019 and February 2021. **Discussion and Results:** The data reveal the pleasure-suffering dyad present in the identity trajectory of women in waters in constant resignification of subjective aspects of work as a way to (re) exist. **Conclusion:** The work of fisherwomen is recognized by them as a fundamental element of identity maintenance. Collective actions work as a protection action during the COVID-19 pandemic and bare the power of transforming suffering into emancipatory movements, sources of pleasure and joy.

Keywords: Psychic suffering, Pleasure, Artisanal Fishing, COVID-19.

8.1 INTRODUÇÃO

No Brasil, estima-se em torno de 1 milhão de pescadores artesanais, sendo 50% composto pela presença feminina em toda cadeia produtiva da pesca, principalmente na maricultura, onde o comércio de mariscos é resultado do trabalho de mais de 20.000 mulheres, só no estado da Bahia¹.

São trabalhadoras autônomas, proprietárias de saberes milenares e responsáveis pelos laços de afetividade entre os pares, passagem de valores de pertencimento e respeito pelo território entre os mais jovens. Vivem contradições entre direitos adquiridos, precariedades nos serviços de saúde e educação e invisibilidades diante da lógica desenvolvimentista do Estado².

Este artigo tem como participantes, as pescadoras e marisqueiras artesanais da reserva extrativista Baía de Iguape, distrito de Cachoeira/BA, espaço sociopolítico quilombola³⁵ composto por núcleos territoriais acometidos pela opressão histórica fundada na escravidão, porém, rica em símbolos, significados e resistências³ à sistemática desigualdade de bens sociais e ao meio ambiente fundamentada no racismo³⁶.

A pesca artesanal no Brasil traz em sua historicidade intersecções com o processo escravocrata⁴ e como oportunidade de trabalho e modo de vida do povo negro, vai além da sobrevivência, fortemente relacionada com estratégias coletivas em busca do “tornar-se sujeito” com identidades, culturas, direitos e alegrias⁵.

Estudos de cunho histórico-clínico de Valeriè Ganem⁶ na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, indicam que o próprio trabalho sempre foi um forte instrumento de libertação e que para além de suas mazelas, o trabalhador pobre, tanto do Brasil, quanto de Guadalupe/Caribe possui forte capacidade de empregar a alegria como “estratégia defensiva de luta pela sobrevivência.

Assim, identificadas como marisqueiras, mariscadeiras pescadoras ou pescadeiras, desde a tenra idade, essas trabalhadoras compreendem, em sistema de aprendizagem

³⁵ De acordo com Anjos (2005), [...] “As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política-social-econômica-territorial [...]” Disponível em: Repositório Institucional da UnB: Territórios de comunidades quilombolas do Brasil : segunda configuração espacial. Acesso em: 02.02.2022.

³⁶ Refere o texto ao racismo como práticas sociais e governamentais pautados na ideia de raça atreladas às contingências de poder, conflitos, exclusão e discriminação direta e indireta (ALMEIDA, 2019). Disponível em: (PDF) Racismo estrutural (Feminismo - Silvio Luiz de Almeida) | Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS) - Academia.edu. Acesso em: 30.01.2022.

transgeracional, seu protagonismo para o sustento das famílias², sobretudo a magnitude da arte ancestral impressa na ação de trabalhar. Declaram sentirem-se felizes quando estão em grupo em qualquer que seja a etapa da produção, nas manifestações culturais, nos movimentos de luta e em momentos de plena sintonia com o ambiente⁷.

São mulheres submetidas a condições de vida abaixo da linha de pobreza, às precariedades no trabalho e às inúmeras exposições nocivas à saúde⁸ sem poder contar com diagnósticos de doenças do trabalho na pesca artesanal, ainda que levantados por Pena & Minayo-Gomez⁹, cerca de 30 patologias advindas do labor com diversos riscos físicos, químicos e psíquicos.

Confirmam Sacramento & Pacheco¹ a intensa pressão emocional presente na realidade pesqueira, principalmente aos remanescentes quilombolas pelos violentos enfrentamentos com latifundiários pela posse do território, em clima de constante ameaça de morte e de não cidadania. Outras tensões fazem parte deste cenário onde a desvalia dos sujeitos de direitos se estrutura cada vez mais na falta de perspectivas aos jovens, assassinatos de lideranças, folclorização de costumes e estratégico sistema de criminalização¹⁰.

Sempre expostas a alta carga de trabalho de até 16 horas diárias e de 60 a 100 horas semanais, ameaças de escassez, barreiras sociais e de gênero, desafiam os limites de dores físicas em posições desfavoráveis e quando mariscam, labutam com frequência média de 10.200 movimentos com esforços repetitivos¹¹ por hora, superior a muitas categorias de trabalhadores formais expostos à essas modalidades de sobrecarga corporal excessiva por até 15 etapas⁸,

Embora protagonistas autônomas na organização do trabalho, as pescadoras artesanais vivem no limiar de sofrimentos negligenciados¹², impressos no corpo, em forma de adoecimentos onde os agravos mais comuns são relativos aos problemas articulatorios e neuromusculares refletidos por dores nas costas, coluna, braços e pernas⁹. Estudos realizados no recôncavo baiano¹³ revelam prevalência de lombalgia de 75,6; de hipertensão arterial (27,3%) e artrite (10,5%).

Portanto, as múltiplas violências as quais contextualizam a vida das pescadoras estão presentes no ambiente doméstico, nos serviços de saúde e em espaços públicos, onde a rejeição e preconceitos são frequentes pela associação à contaminação ambiental, pelo asco do marisco¹⁴ ou pela manipulação midiática na divulgação da imagem invertida de vulnerabilizados à marginais e invasores dos territórios aquilombados.

A vida é sofrida para estas mulheres quilombolas submetidas a um modelo de economia, descrito por Porto & Shultz¹⁵, como apático aos povos tradicionais, o qual combina perversidades como destruição do ecossistema, falta de políticas protetivas, exclusão social e expulsão territorial.

Contudo, vaidosas, rebeldes, alegres, quituteiras, sambadeiras e companheiras¹⁶, as pescadoras denotam capacidade em não findarem as experiências *páthicas*³⁷ como razão de vida¹⁷, mas de revertê-las em força das “Mulheres das Águas”³⁸ na busca de soluções coletivas e cotidianas. Atualmente estão à frente de conquistas significativas à classe como “acesso ao Registro Geral da Pesca (RGP)”³⁹, maiores espaços de poderes dentro das Colônias de Pescadores/as e à criação e legitimação do movimento social Articulação de Mulheres^{18,19}.”

Com a chegada da pandemia da COVID-19 a partir de março de 2020, o que já não estava bom no cenário pesqueiro por todas as questões de desigualdades sociais e iniquidades em saúde que as envolvem, ficou ainda pior aos 144 mil pescadores e pescadoras de toda costa nordestina e de dois estados do sudeste, anteriormente expostos ao maior derramamento de óleo bruto do país, descoberto em agosto de 2019 e sem retratações até o momento²⁰.

Duas tragédias sequenciais, provocam ao cenário pesqueiro um desordenamento de hábitos diários em função do isolamento e distanciamento social. As ameaças de morte e fome chegaram rápido em clima distópico, entrelaçadas à insegurança alimentar, impossibilidade de escoamento do pescado²¹, sobretudo na demora de inclusão dos pescadores artesanais à Lei Nº 13.982/202 referente ao auxílio emergencial aos trabalhadores em condição de vulnerabilidade social²².

Até fevereiro de 2022, foram computadas 644.286 mortes²³, cujas identidades são apagadas sob o mito da democracia racial⁴⁰, pois é público, a partir de setembro de 2021 que no Brasil, mulheres negras têm maior mortalidade de covid 19 que qualquer grupo na

³⁷ Experiência que causa sentimentos relacionados à compaixão, dó ou pena aos espectadores.

³⁸ “*Mulheres das Águas*” - Documentário realizado em 2016, em parceria com UFBA/FIOCRUZ, onde há claro posicionamento do sofrer ao sentirem ameaçados a liberdade do autoemprego, seus territórios para latifundiários e empreendimentos turísticos, bem como o direito de dialogar com o poder público.

³⁹ RGP - Considerando o estabelecido na Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009, Art. 24, “Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira (BRASIL, 2009). Disponível em: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Registro Pescador Profissional — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em 30.04.2021.

⁴⁰ **Mito da Democracia racial** – projeto democrático que ignora a diversidade e as identidades múltiplas, com o discurso de igualdade, porém pautado na ideia da hierarquização racial (MUNANGA, 2006).

base de mercado²⁴, dado confirmatório de que todo racismo é genocida, tal qual afirma Munanga²⁵.

Um quadro de potencialização de desigualdades raciais e de gênero instala-se com o aumento das ações violentas de destruição dos mangues, invasões dos territórios pesqueiros e falta de barreiras sanitárias para proteção das comunidades invadidas por turistas fugindo das metrópoles em pleno *lockdown*. Além do mais, os territórios têm sido espaço de confronto, pois a militarização da governança estatal parece abrir espaço para ações violentas por parte de fundiários²⁶. Materializa-se, portanto no que Boaventura de Souza Santos²⁷ chama de fascismo do apartheid social, grave situação também denominada por Souza & Souza²⁸ de apartheid sanitário.

Uma revisão de literatura realizada por Brooks et al.²⁹ afirmam que a situação pandêmica é capaz de incidir física e emocionalmente às populações mais vulneráveis. Apontam o medo do adoecimento, estigmas sobre os infectados, mudanças constantes de cenários políticos e falta de proteção como causas mais evidentes de estresse e insônia, enquanto para Lima³⁰, o momento atual pode colocar em xeque a capacidade humana de dar significado às experiências limítrofes de mal-estar, bem como a de extrair sentido do sofrimento.

Considerando as dificuldades para se demarcar o lugar do sofrimento no trabalho artesanal e a escassez na literatura sobre saúde mental desta classe de trabalhadores, este estudo propõe compreender as experiências subjetivas presentes nas situações de vida e trabalho das pescadoras e marisqueiras da Baía de Iguape/BA na pandemia da COVID-19 com o intuito de embasar a reflexão sobre sofrimento psíquico entre as pescadoras artesanais.

De que sofrimento-prazer falamos?

O sofrimento concebido neste estudo situa-se nos campos da subjetividade e trabalho de acordo com a leitura dejouriana, a qual defende sua gênese localizada entre a saúde e a doença provocando mal-estar sentido a partir do contato com situações externas³¹.

Giddens³² reporta-se à atividade laboral como àquela imbricada de aspectos físicos e mentais, sugerindo centralidade intrínseca às elaborações identitárias do sujeito no ato de trabalhar, importante à saúde mental. Brant & Minayo-Gomez³¹ entende a subjetividade

como uma dimensão intra- individual atravessada pelo significado das experiências concretas no trabalho.

Seligmann-Silva et al.³³ e Merlo³⁴ consideram a saúde mental como aspecto do trabalhador passível de ser atingido por fatores diversos que vão desde a exposição aos agrotóxicos, contaminação ambiental, políticas de lucro, estruturas de poder, organização e condições do trabalho e outros fatores das situações contemporâneas apelativas à anulação da subjetividade do trabalhador.

De acordo com Dejours³⁵, no sistema econômico regido pela competitividade e globalização, onde há trabalho, ainda que mediador de realização do ego, há sofrimento diante das imposições das leis de mercado e do aumento das iniquidades e injustiças em muitos campos.

Destarte, Sawaia³⁶ diz: “por trás da desigualdade social há sofrimento, medo, humilhação, mas há também o extraordinário milagre humano da vontade de ser feliz e de recomeçar onde qualquer esperança parece morta.” Justamente no emprego do devir criativo diante do sofrimento é que as vivências de prazer surgem.

O sofrimento, pelo viés da Psicodinâmica do Trabalho, tem duas instâncias: o sofrimento capaz de degenerar um estado patológico gerando adoecimentos, chamado de patogênico exemplo tipificado em casos como no de LER/Dort em que há associação com transtornos mentais. O outro é aquele capaz de transformar criativamente o sofrimento potencialmente patogênico, antes que se torne patológico, chamado criativo³⁷.

Contudo, pela lembrança de Sznelwar et al.³², cabe ressaltar que não há dois tipos de sofrimentos e sim duas possibilidades de direções empregadas a eles, pois na vivência individual de cada trabalhador não há presença somente de perda, morte e sofrimentos³¹. Há reconhecimento, colaboração, respostas e soluções, fonte de prazer como forma de resistir psiquicamente à agressão advinda da organização do trabalho³⁸.

8.2 METODOLOGIA

Esse artigo faz parte dos resultados da investigação sobre sofrimento psíquico entre pescadores e pescadoras artesanais da Baía de Iguape/BA realizada no período de novembro de 2019 a janeiro de 2021.

Trata-se de pesquisa participante, de abordagem qualitativa, na perspectiva das Ciências Sociais em diálogo com fundamentos da Psicodinâmica do Trabalho. Para análise, à luz da hermenêutica sob a abordagem filosófica habermasiana, buscou-se valorizar os relatos das vivências de trabalhadores que respondem às questões muito particulares e não quantificáveis, segundo indicação de Minayo³⁹. Para Habermas⁴⁰, os processos dialéticos presentes nas ações humanas devem ser pontos de atenção às interpretações sociológicas.

Lancman & Uchida⁴¹, concordam que o pesquisador sobre trabalho, subjetividade e sofrimento deve procurar entender os sentidos dos comportamentos dos trabalhadores, com capacidade de contribuir com estudos onde o trabalho é central na manutenção da identidade social, sobretudo nas investigações relacionadas às categorias que envolvem o mundo do trabalho contemporâneo.

As comunidades pesqueiras quilombolas, localizam-se na Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape – Resex⁴¹ de área com 2.831,24 ha composta por manguezais e 5.286,29 ha de águas internas formada pelo encontro do Rio Paraguaçu com mar à Baía de Todos os Santos (BTS) banhando os municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe⁴².

Lugar de beleza ímpar, a BTS é uma das maiores baías do mundo, com 1.052 km² de águas protegidas e profundas. Por isso, o espaço de reprodução de saberes como a Baía de Iguape passa por disputa de interesses territoriais com sobreposição de ocupação dos territórios por grandes empreendimentos como a Barragem Pedra do Cavalo e pelo Polo Industrial Naval da Bahia localizado em São Roque do Paraguaçu^{43,44}.

Com população genuinamente negra e mestiça, há 3500 famílias remanescentes dos quilombos⁴² de resistência onde 68,3% dedicam-se à pesca artesanal e à agricultura de subsistência, exercidas essencialmente por homens, sendo 31% mulheres e crianças⁴³.

Por toda região do recôncavo baiano, as mulheres iniciam o trabalho por volta dos 13 anos; apresentam aproximadamente média de tempo de trabalho de 27 anos; 74,6%

⁴¹ “Art. 18 da L. 9.985/00 - A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000). Disponível em: Art. 18 da Lei 9985/00 (jusbrasil.com.br). Acesso em 10.05.2021.

⁴² “De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 13.05.2021.

possuem escolaridade menor que o ensino médio incompleto e a média de ganho mensal é de 20% do salário-mínimo¹³.

Para a coleta de dados foram realizadas 09 entrevistas semiestruturadas com duração média de 70 minutos, também de observações e acompanhamentos aos processos de trabalho registrados em diários de campo. A amostra foi composta por mulheres envolvidas com a pesca artesanal em qualquer etapa pertinente à atividade, também lideranças e ativistas nas causas da Baía do Iguape/BA com idades entre 32 e 59 anos.

Em sistema de cadeia referencial, as participantes foram identificadas pelas próprias trabalhadoras, líderes e educadoras sociais atuantes na Baía de Iguape, caracterizando a amostragem não probabilística em “Bola de neve”, técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência. De acordo com Vinuto⁴⁵, “esse tipo específico de amostragem pode contribuir para otimizar a localização de informantes que possam contribuir com estudos que tratam de questões delicadas ou de âmbito privado”.

A escolha dos eixos temáticos para reflexão deste artigo deu-se a partir das similaridades de significados contextualizados ao objeto pesquisado e classificados a posteriori a partir das falas das participantes conforme indicação de Birdin⁴⁶, na consideração da “fala como elemento onde reside toda a realidade construída pelo homem, e como meio de manutenção aos seus desejos e às construções simbólicas” conforme preconiza Lacan⁴⁷.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: Trabalhadoras das águas em qualquer atividade que envolva o universo pesqueiro. Ser do sexo feminino, maior de idade e aceitar ao Termo de Consentimento Livre (TCL). As identidades de todas as participantes foram preservadas por nomes fictícios, salvaguardando o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos trabalhadores artesanais, conforme preconiza a Resolução 510/2016 (BRASIL, 2016). Este artigo é resultado parcial da pesquisa aprovada pelo comitê de pesquisa FMB-UFBA sob o seguinte número: CAAE-12024913.9.0000.5577 / PARECER 1.711.010.

8.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“ [...] Na pesca agente se sente livre. Tem esta relação de se sentir liberta e livre [...]” (Eliete Paraguassu em *Mulheres das Águas*)

Este estudo foi motivado pela hipótese de que as pescadoras/marisqueiras como trabalhadoras livres de hierarquias desde o fim da escravidão vivem entre o sofrimento individual e a inteligência coletiva como forma de vida no enfrentamento aos sofrimentos negligenciados e não seria diferente na pandemia, embora o quadro de crise sanitária tenha aumentado todas as mazelas antes encontradas.

Nesta perspectiva, as narrativas trouxeram o trabalho e os afetos imbricados às identidades sociais, tendo na atividade laboral elemento fundante para a consciência de si numa espécie de jogo entre o sofrer e o não sofrer. Foram desveladas como categorias de análise: 1. *Trajetórias identitárias sob a díade sofrimento e prazer*; 2. *Violências silenciadas*; 3. *Pandemia, velhos dilemas e novas dores da alma*.

8.3.1 Trajetórias identitárias sob a díade sofrimento e prazer

As pescadoras possuem um percurso de vida amalgamado pelo trabalho desde a tenra idade que se inicia acompanhando outras mulheres e este serve como referencial a processos da identidade inserida num contexto histórico e social de invisibilidades, injustiças e de resistência.

Considera-se esta categoria importante para este estudo na observação de que as conquistas e reconhecimento surgem na díade histórica entre prazer-sofrimento transformado em saídas criativas, conforme explicitadas nas narrativas abaixo:

“Tem mulheres aqui que tem sua própria rede e sua própria canoa com motor. Muito mais e as mulheres hoje estão conquistando um espaço que a um tempo atrás o seguro defeso que é o governo que paga né, na época da desova do camarão era só pros homens, só homens recebiam este seguro e as mulheres entendiam que elas também estavam lá no dia a dia, na luta e aí elas conquistaram os direitos delas e hoje aqui na comunidade acredito que metade da comunidade pesqueira do Iguape são mulheres” (Gisele, 44 anos).

“[...] Agente vê no olhar, de um sofrimento, mas um sofrimento que eu sou um ser que lutando pro melhor, pra minha família. [...] Toda esta situação pode causar sofrimento e também não pode, vamos entender. Até porque o pescador passa por tudo isto, mas se sabe que ele vai buscar o sustento por sua própria mão, com seu próprio suor. É cansativo? É!, mas saber que vai conseguir algo com sua luta e sua garra é mais gostoso. Quando você deitar, descansar e sentir óh:”- Eu tô cansada, eu suei e botei aquela coisa ruim de mim pra fora, através do meu próprio trabalho [...]” (Geane, 32 anos).

“O sentimento de ser marisqueira. Tenho orgulho. Antigamente eu não tinha orgulho, eu tinha vergonha. Eu não sabia direito o que era, mas hoje que agente já tem uma informação, hoje é orgulho de ser marisqueira” (Lúcia, 32 anos).

Conforme observado, uma a uma traz a concepção de si a partir do trabalho, núcleo central das relações humanas como meio e produto interseccionados. Faz-se possível compreender em conformidade com as análises de Bendassolli & Gondim⁴⁸ e Giddens³², que o trabalho trazido nas três narrativas se refere ao fruto de experiências pelas quais o homem exterioriza seus conteúdos internos, assim como permite-lhe subjetivar-se. Para a Psicodinâmica, o trabalho é fundante na construção da vida social, identidade e autoestima⁴⁹.

Destarte, pode trazer significados diferentes e para este estudo cabe três deles: o negativo – presença de coerção, injustiças, abuso de poder, castigo, penalidade como nos trabalhos escravo e servil. O central – onde o trabalho assume função material para a sobrevivência e alcance de objetivos; e por fim o trabalho que ocupa o polo da positividade – àquele concebido como missão, talento, satisfação, resultados e autossatisfação^{50,51}.

Nesta perspectiva, a narrativa de Gisele (44 anos) remete ao sofrimento transformado em saídas plausíveis resultado do movimento coletivo de mulheres, evidenciando a capacidade de transformação “do não ser” visível perante a lei, para o estágio de valorização de uma classe, principalmente a autovalorização implícita na conquista de um lugar de existência.

No Brasil, o sexismo se reproduz em quase todo território nacional no que diz respeito à própria divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres atividades menos valorizadas, condição ameaçadora à saúde mental, de acordo com Almeida et al.⁵².

No entanto, êxitos grupais significam que o sofrimento criativo foi gerenciado para transformar o estado de invisibilidade feminina em conquistas de espaços políticos e de trabalho. Para Dejours em entrevista com Momberger⁵³, o sofrimento pode ser uma

consequência do colapso da política e a inteligência coletiva pode ser caminho para a emancipação.

Por sua vez, Geane (32 anos), posiciona-se como aquela que percebe o jogo entre sofrimento e prazer advindo da organização do trabalho sem se dar conta do fenômeno. Ela ressalta em sua argumentação os resultados em primeiro plano de importância, pois o prazer em “ser pescadora” perpassa pela satisfação em garantir o sustento coletivo o qual se traduz em finalidade e não significa o trabalho como fonte de sofrimento. Revela a resignação de uma classe que suporta o sofrimento em função de uma causa, o que ela chama de “melhor para a família”. Sua forma de ver o trabalho remete ao que a Psicodinâmica chama de inteligência prática, onde o trabalhador consegue “ao mesmo tempo sofrer e buscar não sofrer com a experiência de fracassos vividos anteriormente por ele mesmo ou pelos outros trabalhadores⁵⁴”.

Indica também a capacidade de traduzir sua visão pelo olhar do outro aquilo que reflete em si mesmo - o sofrimento naturalizado. Além do mais, nas palavras de Dejours⁵⁵: “Não é tão fácil explicar que no trabalho há sofrimento e como o sofrimento é transformado em prazer, ou como se transforma em infelicidade até chegar ao suicídio.”

A pescadora (Geane, 32) defende a classe trazendo a cidadã que no final do dia cumpriu seu dever, ainda que não tenha tido a recíproca do Estado pouco atento às questões da pesca artesanal em detrimento à pesca industrial. Pelo viés clínico, faz-se possível perceber a utilização do mecanismo de defesa da negação⁴³. Embora seja um constructo freudiano, a PDT chamou de ideologia defensiva funcional, exatamente como ocorre com esta trabalhadora que consciente do perigo real, ao invés de sentir medo direciona as pulsões de vida para “tolerar o intolerável”, como acredita Dejours⁵⁴ ao abordar a questão do trabalhador motivado em enfrentar pressões físicas e psíquicas, tal qual um piloto de caça desafiador de muitos limites para ganhar o céu.

Outro aspecto merecedor de atenção é a expressão “própria mão”, a qual remete à independência na autogestão laboral⁹, sem chefes, patrões ou relógio ponto para responder à planejamentos sobre expectativas de produção de alguma fonte controladora de suas

⁴³ **Mecanismo de defesa de negação** – mecanismo de Defesa relaciona-se à emoção primária de defesa causada por uma situação de perigo, real ou imaginada. O de negação é o método utilizado nas situações consideradas impossíveis de serem evitadas, onde o indivíduo nega que os sentimentos dolorosos lhe pertençam (Maldonato, 2014).

atividades. Positiva sua capacidade de gerar renda de forma autônoma, isto inclui a especificidade de não experienciar o desemprego.

A desmobilização dos órgãos protetores dos trabalhadores do campo, das águas e das florestas de pequena escala produtiva coage muitas jovens das comunidades pesqueiras a enfrentarem os centros urbanos em busca de sustento e continuidade dos estudos, submetidos aos determinantes sociais presentes na vida do trabalhador vulnerável por falta de qualificação e políticas públicas protetivas. Muitos jovens cedem à cooptação do narcotráfico, na marginalidade ou na desesperança de unir cultura de povo tradicional com as exigências da vida urbana conforme relatos.

A narrativa da pescadora Lúcia (32 anos) revela o que está submerso ao preconceito instalado nesta categoria. São violências expostas à ideologia da vergonha da pele queimada de sol, do cheiro impregnado de marisco no corpo, pela culpabilização do adoecimento e pela naturalização da inferioridade. São alguns dos efeitos do etnocentrismo colonial em constante ataque à produção dos sentidos, símbolos e processos subjetivos daqueles considerados inferiores, de acordo com leituras de Quijano⁵⁶.

Destarte, ultrapassar a trajetória do não orgulho de si e se permitir escolher a autoestima após informação, apesar da forte pressão racista seja, talvez, o caminho de glorificar toda a história de resistência diária das marisqueiras a partir de sua própria trajetória. Segundo Carneiro⁵⁷, “os efeitos do racismo e do sexismo são tão brutais que muitas vezes, os sofrimentos impulsionam reações que visam cobrir todas as perdas já postas na relação de dominação”, trazendo à tona mulheres, esposas, irmãs e filhas com devida importância nos processos de trabalho.

Um ponto exposto pela pescadora (Lúcia, 32 anos) em sua narrativa diz respeito ao movimento informativo transformador de sua condição de ser e estar no mundo, capaz de pulverizar os efeitos desestabilizadores e patogênicos do trabalho. Para ela, a palavra dita entre pares, quando em momentos de reuniões, traz a palavra significada como caminho para desconstrução das linguagens da dominação simbólica e esta pode ser estratégia para a emancipação coletiva frente aos sofrimentos. Caso contrário, informa Dejours⁵⁸, a falta de espaço para se empregar a palavra sobre as situações e organização do trabalho, gera “tensão

e violência, as quais se voltam contra aos próprios trabalhadores em forma de depressão, patologias mentais, às vezes suicídio.”

A apropriação de informações sobre o processo histórico da pesca artesanal diante do “outro”, permite à pescadora possibilidades de captar “sentido de si”, movimento facilitador para o entendimento a respeito da importância de seu papel como cidadã brasileira como se o processo de pertencimento refletisse o que ela consegue ver sobre o mundo ao mesmo tempo em que se vê nele enquanto o “ nós” intrínseco aos movimentos solidários e cooperativos funcionando como defesa ao projeto capitalista neoliberal de exclusão junto aos povos que não fazem parte da lógica industrial capitalista, opressora de processos identitários.

São velhos dilemas enfrentados pelas pescadoras por defesas coletivas eficazes, mas que pela lógica de Dejours³⁸, podem esconder parte do sofrimento psíquico dos trabalhadores.

8.3.2 Violências silenciadas

Esta categoria emerge na força das vozes das pescadoras, representa o eco de um coletivo, empregada para superar as mazelas sociais, principalmente a falta de atenção à saúde do trabalhador. Embora as experiências subjetivas sejam absorvidas individualmente, são administradas coletivamente. Como exemplo materializado, segue abaixo a narrativa de Adriana (41 anos):

“Até outro dia o pessoal não dizia, eu sou marisqueira, eu sou pescadora. Essa coisa de acesso à política, aos direitos trabalhistas e previdenciários, ele foi estratégico viu, porque isto ajudou neste processo de reconhecimento e de valorização né. Foi importante pras pessoas se afirmarem. [...] A nossa luta é pelo direito de permanecer, de existir” (Adriana, 41 anos).

Neste contexto, a fala de Adriana (41 anos) ratifica as lutas das “Mulheres das Águas” em busca de espaços dialógicos entre as comunidades pesqueiras e o poder público

a fim de garantirem trajetórias amalgamadas de prazer a cada conquista, sobretudo de serem vistas como “gente” por parte dos serviços de saúde e da previdência a despeito das especificidades presentes na pesca artesanal na perspectiva de resgatarem o prazer pelo cuidado conforme registros de Sacramento & Pacheco¹.

Muito discutida a partir dos anos 80, as violências desdobram-se em tipologias, grave problema de saúde pública⁵⁹. Não ser “vista como gente” como diz esta pescadora (Adriana, 41 anos) traz a raiz da violência que esconde a intenção de aniquilamento de determinados povos e nações em fusão com a violência estrutural, a qual instala desigualdade entre os cidadãos e iniquidades em saúde.

Na escravidão, as violências eram físicas e causavam mortes. O acesso a algum tipo de tratamento à saúde acontecia nos mesmos moldes dos animais (o não-gente), incluindo sacrifícios⁶⁰. Na atualidade, mesmo diante da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra do SUS desde 2009⁴⁴, a saúde das pescadoras quilombolas têm sido tratada de forma lateral¹.

A narrativa de Lola (50 anos) abaixo, bem retrata uma lacuna no campo da saúde do trabalhador a ser preenchida com programas de prevenção e cuidados da saúde da pescadora artesanal:

“[...] Aí agente não vai pro posto, se não é atendido como deve ser feito. Aí muita gente evita mesmo de ir. [...] Às vezes agente fica com aquela coisa, uma ansiedade, acorda a noite toda, as vezes tira um cochilinho. Agente vai lá e não adianta de nada, não voltei mais. **(fala mais baixo)** Tô tomando chazinho, evito tomar café de noite, estas coisas mesmo, tentando ver se eu controlo, mas não voltei mais no médico [...]” (Lola, 50 anos)

A narrativa de Lola (50 anos) traduz o descaso com as especificidades do universo da pesca artesanal. Justifica-se senão pelo racismo como determinante da saúde, ou da falta dela, de práticas discriminatórias pautadas na hierarquização racial como registrado na Declaração da Unesco sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, de 1978⁶¹.

⁴⁴ Política que garante o acesso da população negra a ações e serviços de saúde, de forma oportuna e humanizada, sob a responsabilidade de cada esfera de gestão do SUS – governo federal, estadual e municipal – na efetivação das ações e na articulação com outros setores do governo e da sociedade civil por meio da Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009 Disponível em: Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS (saude.gov.br).

Há sinal de violência contra as mulheres⁴⁵ presente na afirmativa “*Não adianta de nada*” como mensagem indicativa da falta de aproximação do serviço médico com as demandas da trabalhadora da pesca, cujo esvaziamento da relação médico-paciente gera “o nada” entre as partes, principalmente porque na hierarquia social, a trabalhadora é tratada como se nada fosse. A falta de atenção ao sofrimento e o desprezo do corpo subjetivo acentua o não-ser individual e coletivo no trabalho e isto maximiza o sentimento de impotência nocivo à saúde mental, premissa defendida por Clot⁶² e Dejours¹⁷.

No entanto, com raras exceções como o atendimento do Serviço de Saúde Ocupacional (SESAO) do Hospital Universitário da Universidade Federal da Bahia entre 2005 e 2007 numa prática multiprofissional e pouco comum pela avaliação de Minayo-Gomez⁶³, as denúncias de racismo e violências no atendimento médico, como a de Lola (50 anos) são constantes e devem ser denunciadas, pois são reconhecidas como forma de controle pela coerção para o aumento da invisibilidade das comunidades tradicionais “causando prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais”⁵⁹.

O não dar continuidade ao tratamento evidente na fala de Lola (50 anos) pode ser entendido como um ato de resistência para preservar sua identidade como mulher quilombola diante da negação da corporeidade do sofrimento, pois é no corpo que reside as impressões das trajetórias do sujeito para habitar o mundo¹⁷.

Para Brant & Minayo-Gomez³¹, as resistências podem ocorrer mesmo quando o trabalhador estiver bem fragilizado, como uma forma de driblar o discurso médico excludente e neste caso, de manter a liberdade e o gerenciamento de seu próprio corpo administrando os chás advindos dos saberes ancestrais.

A região da Baía do Iguape apresenta vários núcleos territoriais constituídos por comunidades quilombolas, espaços de preservação de tradições culturais e religiosas” e segundo Fraga Filho³ “os ex-escravos ancestrais dos que hoje lá vivem, cedo perceberam que a afirmação da liberdade, a luta para serem “bem tratados” e a resistência contra o racismo presente nas práticas cotidianas seria uma constante em suas vidas e nas de seus descendentes”. Como lembra Hall⁶⁴, “raça é uma categoria discursiva e não biológica”,

⁴⁵ Entende-se por violência contra as mulheres “qualquer ação ou conduta, baseada em gênero, até mesmo em etnia, que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, inclusive ameaças de tais atos por coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada. OPAS/OMS Brasil. **Violência contra as mulheres.** Brasília, DF, Brasil, 2017. Disponível em: OPAS/OMS Brasil - Folha informativa - Violência contra as mulheres (paho.org). Acesso em: 22.02.2021.

A quebra do silenciamento sistemático gera amadurecimento de sentimentos subjetivos entre os lugares objetivos que o sujeito ocupa no mundo social e cultural⁴⁶ o que remete às narrativas trazidas pelas pescadoras. Embora ocupem posições de invisibilidade perante o Estado, possuem lugar de fala central nas pautas de racismo, gênero, saúde e segurança alimentar dos povos tradicionais.

8.3.3 Pandemia, velhos dilemas e novas dores da alma

Com a chegada da pandemia da COVID-19, as tensões entre vida e morte intensificam as precariedades impostas ao cotidiano das pescadoras artesanais. Enquanto indaga-se o paradeiro do óleo bruto solto nas águas brasileiras e os pescadores se projetam em uma situação análoga ao abandono do filho preto⁴⁶, as pescadoras artesanais procuram formas de administrar a luta do movimento da pesca artesanal, apesar do luto, o que faz desta categoria o epicentro deste estudo. A seguir, narrativas descortinadas:

“[...] Agente tá acostumada a ficar na porta batendo papo, dando risada, agora malmente agente fala: “Oi vizinho.” E brucutu dentro de casa. Você sai tem que botar a máscara na careta. Isto tudo apavora a pessoa” (Alexandra, 59 anos).

“[...] Agente não consegue mais parar pra conversar, a gente não consegue mais parar pra abraçar, pra ter o contato físico, com essas mulheres, mas eu já tive a oportunidade de conversar com algumas de bem perto mesmo, o sofrimento de ficar sem mariscar e pescar. E o pescado que traz pra casa malmente dá pras crianças comerem e sem ajuda do Governo, fica difícil né?” (Geane, 44 anos).

“[...] Então o pessoal não tava saindo. Nem sair pra vir comprar nem nada. Foi muito difícil aqui agente. Agente não ficou muito mais pior porque com a associação que agente tem agente conseguiu alguns projetos, deu cesta básica aqui pras comunidades, pro pessoal da associação, então ficou melhor, mas se não fosse isso agente tava mesmo bem difícil aqui com a COVID” (Lúcia, 32anos).

⁴⁶ Remete à fala de um Líder quilombola da Baía de Iguape em 2019, após a chegada do óleo bruto na costa baiana: “[...] Filho preto ninguém quer assumir a paternidade [...]” (Fala registrada em diário de campo e autorizada em TCLE).

Muitas reações são observadas, desde o medo da exclusão, perda da capacidade de sobrevivência, perda de entes queridos e da morte, o que pode ser entendido na narrativa de Alexandra (59 anos) ao expressar o seu pavor causado pela situação pandêmica simultaneamente à valorização das relações sociais comunitárias, item de importância no gerenciamento dos sofrimentos cotidianos. Segundo a Fiocruz⁶⁵, a diminuição das interações presenciais pode gerar sensações de solidão e de sofrimento.

Entende-se que a pescadora tem uma relação objetal em relação à atividade da pesca na possibilidade da atividade laboral e todo o ritual social que há em torno, considerando que apresenta referências de seus antepassados, da avó, mãe, tias e anciãs da comunidade, tomando a ideia lacaniana de que objeto é sempre o “o outro” e na condição dada pelo sujeito de coisa (o que lhe dá sentido), não pode ser substituído por nada⁶⁶. Logo, sem os rituais instituídos no cotidiano da pescadora em função dos impedimentos dos protocolos sanitários, representa a inacessibilidade a situações de sentido de vida, sendo o prazer (o gozo) interrompido

Karam⁶⁷ informa que a vivência do sofrimento é individual, porém cabe ao coletivo o seu gerenciamento, perceptível fenômeno ao trabalhador que tem na cooperação as soluções para a utilização de defesas contra o medo. Neste caso, a vizinhança mencionada é o lugar da manifestação de afeto que funciona como ferramenta para o devir coletivo e manutenção da vitalidade diante do real.

“Botar a máscara”, no entanto é fazer-se calar por fatores controladores desconhecidos, situação agressiva aos costumes das marisqueiras/pescadoras. Para Dejours⁵⁵ temer o perigo desconhecido pode causar ao trabalhador estados de ansiedade com iguais impactos que a carga física do trabalho, ao esgotamento progressivo e a carga física do trabalho.

Na narrativa de Geane (44 anos), por sua vez, o distanciamento causador de desconforto e acima de tudo da falta de movimentação social, onde as informações circulam e os afetos se mantêm pelo cuidar uma das outras é apontado em destaque. No mundo da pesca, a solidariedade é estratégia de vivências em busca de força comunitária para o enfrentamento do cotidiano. Uns cuidam dos outros. Ela traz em sua fala, como um pedido de socorro - se os trabalhadores estão afastados, quem vai cuidar de quem está passando necessidades básicas para a sobrevivência?

Kemper⁶⁸ explicita que situações de precariedade são consideradas situações traumáticas para quem as vive, o que contribui para que os processos de simbolização e

autoimagem fiquem negativizados a ponto de gerarem disparadores de diferentes comportamentos, inclusive sentimentos de desesperança. Então, quando se posiciona sobre ter conseguido conversar com algumas parceiras, é como se tivesse cometido um ato de resistência em nome do cuidado.

Cuidar, é a expressão mais forte da vigilância popular em saúde nos territórios, como forma de lutar e resistir, exatamente como afirma a narrativa de Lúcia (32 anos).

Conforme explicação de Sodré⁶⁹ há o trabalho imaterial, aquele composto pelas relações sociais, baseada nas relações afetivas e colaborativas, portanto em meio ao ineditismo desta pandemia que se interage à vários grupos de doenças, chamado por alguns autores de momento sindêmico⁴⁷, o afeto ocupa posição central nas condições de vida e de trabalho em redes, um tanto transgressora, porém eficaz para a comunidade pesqueira artesanal.

Um exemplo palpável é a criação do *Observatório do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras* em março de 2020 como *locus* colaborativo e solidário, composto por 179 participantes representantes de 23 estados brasileiros, até maio de 2021, visto por Trindade et al.⁷⁰ como espaço de emancipação social à comunidade pesqueira. É um espaço com significativa participação feminina e a vigilância de saúde popular funciona pelo compartilhamento de informações, reflexões sobre os fatos, decisões grupais e esclarecimentos.

A pescadora, quilombola, lavradora Lúcia (32 anos) manifesta um sentimento de proteção, aspecto advindo das relações subjetivas do trabalho, transformado em sofrimento criativo. Este, por sua vez, de acordo com Lancman & Uchida⁴¹, são capazes de soluções plausíveis, originais favoráveis tanto aos aspectos físicos quanto aos mentais.

Entretanto, as complexidades se exacerbam com o acúmulo de problemas sem respostas adicionados aos impactos trazidos pela pandemia, revela-se os sérios impedimentos de garantia de cuidado à vida dos pescadores na atualidade.

⁴⁷ Referência à sindemia como fenômeno onde as epidemias são sinérgicas. Portanto, traz a ideia de que a pandemia da COVID-19 converge com outras endemias anteriormente instaladas. No que tange saúde mental ela converge com efeitos diretos e indiretos à saúde mental das populações (Bispo Jr. et al., 2021). Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2021.v37n10/e00119021/#>.

Um deles é que os territórios estão em ameaças constantes, por isso as disputas pelos espaços passam a ser pauta das classes representativas, pela forte ligação com a natureza e seu profundo conhecimento das potencialidades produtivas dos territórios⁴³. Na pandemia, a invasão dos espaços pelos empreendimentos imobiliários voltou com força e com mais oportunidade de invasão aos territórios pesqueiros como tem acontecido também em todo território nordestino que em função do distanciamento social, os trabalhadores e trabalhadoras não conseguem defender-se pela força dos grupos de luta.

O segundo ponto, é o descaso com o derramamento de óleo bruto por parte do Estado, pois além do bioma contaminados, de acordo com a Bahia Pesca (2019), ainda não se sabe os efeitos deste desastre/crime, para além dos imediatos, outros a longo prazo precisam ser estudados, todos nocivos às múltiplas dimensões do trabalhador, inclusive à psíquica, conforme relatos que seguem:

“[...] Até agora muita gente sofre este impacto sim (do óleo bruto), porque muita gente tinha as freguesias certa e depois deste problema e achar que agente foi afetado e não pediram mais marisco e até hoje ainda. Agente corre este risco [...] Dá uma sensação de perca, uma sensação ruim [...]” (Lola, 50 anos).

“Muita gente ficou com medo de comprar o marisco com a COVID [...] Foi difícil mesmo porque no derramamento de óleo foi maior o impacto, porque literalmente, até aqui as pessoas da comunidade sabendo que o óleo não veio, não atingiu aqui a nossa maré, mesmo assim eles não queriam comprar, eles não tavam conseguindo nem passar e vender pra outras pessoas. Aí foi bastante complicado. Muito complicado mesmo [...] se não fosse o dinheirinho do meu outro emprego, agente ia passar necessidade literalmente” (Luciana, 31 anos).

O apontamento explícito na narrativa de (Lola, 50 anos), refere-se ao difícil momento da vida sem condições de escoar seus pescados, sem ganhos diários e acima de tudo sem aparato do Estado que garanta segurança alimentar e condições mínimas de sobrevivência. Sensações ruins podem ser traduzidas como sinais de perigo, insegurança e impotência diante dos impactos causados pela lógica civilizatória, alerta trazida por Freud nos primórdios da industrialização.

Perder o significado da existência para Hall⁶⁴ é o mesmo que perder “o sentido de si” ou descentralidade do sujeito. Pela sua análise, este é um fenômeno que pode causar uma crise de identidade para o indivíduo, logo sofrimento da alma. Pelo olhar de Barbosa et al.⁷⁰,

considerando as especificidades do universo da pesca, sofrimentos e sintomas são entendidos como expressão das subjetividades do trabalhador diante do mal civilizatório que o pressiona a ceder às lógicas capitalistas, chamados por ela de “dores da alma”.

Na narrativa de Luciana (31 anos), contudo verifica-se o ciclo de descaso e descuido acumulados pelo poder público, como se fossem círculos perpetuados entre as gerações de pescadoras amalgamados de silêncios e apagamentos recorrentes. Analogamente, como se as comunidades pesqueiras percorressem em *fita de moebius*⁴⁸ a resignificação da diáspora na contemporaneidade reverberando à identidade coletiva a repetição ou revisitação da escravidão.

Segundo Pena et al.²⁰ a falta de decreto de estado de emergência arrastou uma situação de miséria e escassez aos pescadores, bem como o alto risco, já que de “forma ilustrativa a extensão territorial e a população potencialmente envolvida, seria como se centenas de indústrias de refinarias e petroquímicas do país tivessem seus ambientes de trabalho contaminados expondo os pescadores e pescadoras aos produtos derivados do petróleo, como benzeno e hidrocarbonetos aromáticos.”

Entende-se que nas duas narrativas, há o pavor anunciado, o mesmo que o medo exacerbado o qual ocorre diante do risco suposto, mal conhecido em seus detalhes pelos trabalhadores, pois o ensurdecimento do Estado não aleatório deixa os trabalhadores ainda mais vulneráveis e com sentimento de incapacidade de resolução diante da falta de respostas aos seus discursos. Para Dejours³⁵ é o tipo de sentimento suficiente para o crescimento da falta de esperança em possíveis melhoras nas condições de trabalho para o futuro, o que impacta na capacidade do trabalhador em transformar o sofrimento em respostas criativas, tornando-se patogênico, acelerando as doenças do corpo, as dores da alma e potencializando o instinto de morte.

Os relatos de suicídio nos territórios que circunda a Baía do Iguape/BA ocorridos no ano de 2020, remetem ao sofrimento extremo trazido por Dejours^{35,55}, onde a frustração e a ansiedade são vivenciadas no isolamento dos pares e na solidão afetiva. O princípio do prazer é sucumbido porque o trabalho perde sua função central de dar sentido de vida ao trabalhador.

⁴⁸ **Fita de Moebius**- Fita descoberta pelo matemático Moebius em 1858. Símbolo do infinito.

As ideias quanto ao fato consumado de suicídios relacionados aos dissabores do trabalho ocorrem no ambiente laboral conforme relato de Adriana (41 anos):

“[...] Isso foi Em São Francisco do Paraguaçu, estes dois casos. Aqui em Salinas teve na Comunidade Cairu e na Comunidade do Porto da Telha, no dendê. No Porto da Telha foram dois jovens, isso causou assim uma angústia na comunidade [...]” (Adriana, 41 anos).

Adriana (41 anos) relata uma parte da situação de grande de sofrimentos nas comunidades que envolvem falta de cuidado, falta de perspectiva, organizações criminosas que enganam os jovens na promessa de boa condição de vida pela infração, também traz embutida a lógica capitalista que instiga o falso gozo pelo consumo, pela falsa ideologia de que as oportunidades são igualitárias no mundo, assim como no Brasil a pandemia revisita a ideologia da igualdade racial⁷³.

Os cidadãos brasileiros de todos os territórios, sob a custódia do país estariam seguros se no mínimo o 5º artigo da CF (1988)⁴⁹ fosse efetivado. Mas, infelizmente “os suicídios dos vulneráveis ocorrem desde a escravidão, pois os trabalhadores, sem direito à liberdade e melhoras de vida suicidavam-se como reação desesperada contra a violência imposta pelo regime de cárcere⁶⁰.

Para Porto et al.⁷⁴ situações de injustiças ambientais extremas, “além de causarem problemas de saúde clássicos, como doenças crônicas e transmissíveis, existem alguns relacionados a causas externas, como acidentes, assassinatos e suicídios.”

Os relatos afirmam que as tragédias se encontraram como o fenômeno da pororoca, águas de densidades diferentes, mas juntas possuem grande força de fluência que podem arrastar a dignidade e o direito de saúde igualitária às comunidades mais distantes. Na perspectiva da saúde mental, como relata uma líder pescadora, as pessoas estão no limite de

⁴⁹ **Art. 5º** “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;” (BRASIL, 1988). Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp. Acesso em 05.07.2021.

suas emoções trazendo fortes vivências de crises intensas de medo e desespero. Na leitura de Brant & Minayo-Gomez³¹, “esse medo materializa-se em temor do tipo reação manifestada pela insistência em viver sob circunstâncias não favoráveis.”

Portanto, como referem as vozes das pescadoras em narrativas para este estudo, os velhos dilemas sociais podem ser percebidos como ameaças sistemáticas à condição de cidadania ainda muito desqualificada por um Estado que trata o povo com menor valia. A liberdade ameaçada dilui-se entre as diferentes formas de sofrer. Corpos maltratados pelo cotidiano e sem cuidados direcionados à saúde do trabalhador se esvaem entre dores “malditas” em nome da sobrevivência.

Na perspectiva da saúde mental do trabalhador, a visão de Ganem⁷⁵ contempla a leitura epistemológica de que se faz necessário entender a história dos trabalhadores descendentes africanos, no caso a escravidão transatlântica, para que seja possível melhor compreensão das escolhas que as pessoas fazem no trabalho, bem como seus pensamentos coletivos e as formas de contravenção ao sistema dominante como forma de defesa, assim como os processos do sofrer.

No entanto, ainda que a carga de trabalho seja intensa, para as pescadoras artesanais, a possibilidade de não o ter, causa-lhes muito mais sofrimento. A saúde mental fica ameaçada quando as impossibilidades aumentam, as respostas não chegam e os riscos ficam cada vez mais desconhecidos. Também quando não se sabe o paradeiro dos agentes ameaçadores, não há espaço para diálogo, há situação de alerta da sobreposição de valores capitalistas sobre sentidos e significados da pesca artesanal. É como se o vento forte em águas profundas anunciasse a morte, o que faz com que a cultura da maternidade e fraternidade entre as mulheres de sociedades comunitárias pesqueiras artesanais se movimentem para gerar, nutrir e conduzir o barco da vida que garanta continuidade.

8.4 O que concluir?

As vivências subjetivas de prazer e sofrimento no trabalho presentes nas trajetórias destas mulheres desvelam processos de subjetivação pela luta, pela conquista e pela busca

de novas possibilidades amalgamados por sofrimento criativo. Denotam facilidade em não polarizar o sofrimento patogênico como meio para a finitude, mas como impulso para criar ações protetivas, fortalecer a alteridade e buscar alívio à toda comunidade pesqueira. As vivências de sofrimento, especificamente, são enfrentadas por mecanismos defensivos e por sentimentos emergentes a partir da gratificação.

As narrativas evidenciam o binômio sofrer e não sofrer presente em todas as trajetórias identitárias das mulheres das águas participantes, porém com a chegada da pandemia COVID-19 os efeitos nocivos da lógica de exclusão utilizada pelo capitalismo sobre os vulneráveis maximizam-se com a chegada da pandemia o que faz com que alguns dilemas já velhos conhecidos desvelem sofrimentos antes sublimados no próprio trabalho.

Respondendo ao objetivo deste estudo, compreende-se que o sofrimento psíquico vem expresso por estados de mal-estar, medo da fome e pavor da solidão diante das dificuldades que se somam ao processo pandêmico. Os prazeres chegam com as conquistas, com as práticas ecológicas de saberes em busca de soluções. A alteridade domina as ações colaborativas cravada na cooperação movidas pela inteligência prática.

O diálogo entre as Ciências Sociais e premissas dejourianas permitiram a compreensão do longo caminho a ser percorrido pela Saúde Coletiva para a inclusão de incluir pesquisas que possam contribuir com as comunidades quilombolas na elaboração de soluções originais protetoras à saúde mental das mulheres negras, pescadoras artesanais que “escolheram não morrer”⁵⁰.

REFERÊNCIAS

1 SACRAMENTO, E. C.; PACHECO, M. J. Saúde ocupacional – o olhar das pescadoras artesanais. In: **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 323-331.

2 MARTINS, V. L. A. et al. Modelo de gestão participativa em um serviço de saúde do trabalhador. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014; p 181-196.

⁵⁰ Alusão à frase utilizada pela escritora Conceição Evaristo (1946-): “Eles querem nos matar, mas nós combinamos: não vamos morrer.”

- 3 FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia** (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2004. Disponível em: FragaFilho_Walter_D.pdf. Acesso em: 05.03.2022.
- 4 DIEGUES, A. C. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, Vol. III (2), 1999; p. 361-375.
- 5 ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2012.
- 6 GANEN, V. **Nas fronteiras do trabalho. Análise dos impactos do legado da escravidão no comportamento atual no trabalho. De Guadalupe ao Brasil**. Dissertação de síntese com vista à obtenção do diploma de habilitação para dirigir pesquisa. Universidade Sorbonne Paris Norte, 2021.
- 7 FREITAS, M. C. S. de. Manguezal. In: PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014.; p. 157-177.
- 8 BRASIL, Ministério da Saúde; CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, CPP. A saúde das Pescadoras Artesanais. **Atividades de Pesca: Mariscagem e Pesca em Mar aberto**. Biblioteca virtual em saúde do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: SAUDE DAS PESCADORAS ARTESANAIS ATIVIDADES DE PESCA: MARISCAGEM E PESCA EM MAR ABERTO. Acesso em 25.06.2021.
- 9 PENA, P. G. L.; MINYAO-GOMEZ, C. **Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador**. Ciência & Saúde Coletiva, 2014. v. 19, n. 12, p. 4689-4698. Disponível em: pt (scielosp.org). Acesso em: 30.03.2020.
- 10 PORTO, M. F. et al. (orgs). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013; p. 306. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415764>. Acesso em: 19.04.2021.
- 11 PENA, P. G. L. et al. **Trabalho Artesanal, Cadências Infernais e Lesões por Esforços Repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de marisqueiras na Ilha de Maré, Bahia**. Ciência & Saúde Coletiva, 2011; v. 16, p. 383-392. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n8/a05v16n8.pdf>. Acesso em: 29.01.2019.
- 12 PENA, P. G. L.; MARTINS, V L A. **Sofrimento Negligenciado: Doenças do Trabalho em Marisqueiras e Pescadores Artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- 13 FALCÃO, I. R. **Saúde, Ambiente e Trabalho em Comunidades de Marisqueiras da Baía de Todos os Santos**. Dissertação (Mestrado) 156f, 2014 – Faculdade de Medicina da Bahia. Universidade Federal da Bahia, Salvador/Bahia, Brasil, 2014.
- 14 SACRAMENTO, E. C. **Da Diáspora negra ao território das águas. Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. Dissertação de Mestrado. UNB, 2019. Disponível em: Microsoft Word - Dissertação. Elionice.docx (unb.br). Acesso em: 20.01.2021.
- 15 PORTO, MF; SCHUTZ, G. E. **Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios**. Ciência & Saúde Coletiva, 2012. Disponível em: Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios - Artigos - Revista Ciência & Saúde Coletiva (cienciaesaudecoletiva.com.br). Acesso em: 21.11.2021.

16 CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores. **“Nós, mulheres, seremos rebeldia e da luta não sairemos”**. Disponível em: “Nós, mulheres, seremos rebeldia e da luta não sairemos” | Conselho Pastoral dos Pescadores (cppnacional.org.br). Acesso em: 10.01.2022.

17 DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação**. Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 027-034, 2004. Disponível em: SciELO - Brasil - Subjetividade, trabalho e ação Subjetividade, trabalho e ação. Acesso em: 30.03.2019.

18 FURTADO, G. S.; LEITÃO, M. R. F. A. **Gênero e pesca: o conselho pastoral da pesca (CPP)**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: GÊNERO E PESCA: O CONSELHO PASTORAL DA PESCA (CPP) - PDF Download grátis (docplayer.com.br). Acesso em: 29.06.2021.

19 LOPES, P. F. M. et al. **A mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil**. Ethnoscientia, 2020; v. 5. Disponível em: A MULHER E A PESCA: UM OLHAR SOBRE A PESQUISA E A ATUAÇÃO FEMININA PESQUEIRA NO BRASIL | Lopes | Ethnoscientia - Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology (ufpa.br). Acesso em: 19.06.2021.

20 PENA, P. G. L. et al. **Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão**. Cadernos de Saúde Pública, 2019; v. 36, n. 2. Disponível em: SciELO - Brasil - Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. Acesso em: 30.06. 2021.

21 REIS-FILHO, J. A.; QUINTO, D. **COVID-19, Afastamento social, Pesca artesanal e Segurança alimentar: Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico**. Preprint. Série Ciências Humanas, 2020. Disponível em: COVID-19, Afastamento social, Pesca artesanal e Segurança alimentar: Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico | SciELO Preprints. Acesso em: 30.01.2022.

22 SAMPAIO, K. S. **Política pública da previdência social e trabalhadores da pesca artesanal: dilemas estruturais em contextos conjunturais da covid-19**. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19, 2020. p. 88-107. Disponível em: POLÍTICA PÚBLICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E TRABALHADORES DA PESCA ARTESANAL: DILEMAS ESTRUTURAIS EM CONTEXTOS CONJUNTURAIS DO COVID-19 | Silva | Revista Tamoios (uerj.br). Acesso em: 11.01.2022.

23 FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Monitora Covid-19. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT)**, 2022. Disponível em: MonitoraCovid-19 (fiocruz.br). Acesso em: 20.02.2022.

24 JORNAL DA USP. **No Brasil, mulheres negras têm maior mortalidade por covid que qualquer grupo na base do mercado de trabalho**. Disponível em: No Brasil, mulheres negras morrem mais de covid que qualquer grupo na base do mercado de trabalho – Jornal da USP. Acesso em: 22.02.22.

25 MUNANGA, K. **Identidade, cidadania e democracia: Algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil**. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas – SP, 2006; v. 5, n. 1, p. 17–24. Disponível em: Identidade, Cidadania e Democracia:

algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil | Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura (unicamp.br). Acesso em: 19.01.2021.

26 CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores. Projeto de Lei pelo Território Pesqueiro já tramita na Câmara dos Deputados. CPP, 2020. Disponível em: Projeto de Lei pelo Território Pesqueiro já tramita na Câmara dos Deputados | Conselho Pastoral dos Pescadores (institucional.ws). Acesso em: 12.02.2022.

27 SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos estudos CEBRAP, 2007; n. 79, p. 71-94. Disponível em: SciELO - Brasil - Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Acesso em: 13.06.2021.

28 SOUZA, L.; SOUZA, A. **No mar brasileiro agitado pela COVID-19, não estamos todos no mesmo barco.** JMPHC, 2020. Disponível em: No mar brasileiro agitado pela COVID-19, não estamos todos no mesmo barco | JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750. Acesso em: 05.02. 2021.

29 BROOKS, S. K. et al. **The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence.** The Lancet Psychiatri, 2020. 395(10227), 912-920. Disponível em: O impacto psicológico da quarentena e como reduzi-la: revisão rápida das evidências - PubMed (nih.gov). Acesso em: 10.05.2021.

30 LIMA, R. C. **Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, 2020. p.10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/nyq3wrt8qpWFsSNpbgYXLWG/?format=pdf>. Acesso em: 17.03.2021.

31 BRANT, L. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A Temática do Sofrimento nos Estudos sobre Trabalho e Saúde. In: MINAYO-GOMEZ et al. **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea.** Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2011. p. 385-408.

32 GIDDENS, A. **Sociologia.** Porto Alegre: Penso Editora Ltda, 2012.

33 SELIGMANN-SILVA et al. **O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador.** Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 2010, p. 187-191. Disponível em: RBSO 122 Book 1.indb (scielo.br). Acesso em: 01.03.19

34 MERLO, A. R. C. Psicodinâmica do Trabalho. In: M. G.; CODO J. W. (Orgs.). **Saúde Mental & Trabalho-leituras.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002; p. 130-141.

35 DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social.** Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

36 SAWAIA, B.B. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social.** Psicol. soc. (Impr.), 2009; v. 21, n. 3, p. 364-372. Disponível em: Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social | Psicol. soc. (Impr.);21(3): 364-372, set.-dez. 2009. | LILACS (bvsalud.org). Acesso em: 10.01.2022.

- 37 DEJOURS, C. ABDOUCHELI. E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho.** São Paulo: Atlas, 1994.
- 38 DEJOURS, C. **Souffrance et plaisir au travail. L’approche par la psychopathologie du travail.** *Martin Média. Travailler.* 2016; v.1 n. 35, p. 17 - 30. Disponível em: Souffrance et plaisir au travail. L’approche par la psychopathologie du travail [1] | Cairn.info. Acesso em: 22.02.2022.
- 39 MINAYO, M. C. S. **Análise Qualitativa: Teoria, Passos e Fidedignidade.** *Ciênc. Saúde Coletiva*, 2012; v. 17, n. 3, p. 621-626. Disponível em: SciELO - Brasil - Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Acesso em: 10.11.2019.
- 40 HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa.** Madrid: Taurus, 1997.
- 41 LANCMAN, S; UCHIDA, S. **Trabalho e Subjetividade: O Olhar da Psicodinâmica do Trabalho.** *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2003; v. 6, p. 79-90. Disponível em: Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho | Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (usp.br). Acesso em: 07.09.2019.
- 42 ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiveridade. **Dados socioeconômicos sobre a RESEX Baía do Iguape são divulgados.** Ministério do meio Ambiente, 2013. Disponível em: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Dados socioeconômicos sobre a RESEX Baía do Iguape são divulgados (icmbio.gov.br). Acesso em 03.11.2019.
- 43 ZAGATO, B. P. **Sobreposições Territoriais no Recôncavo Baiano: A Reserva Extrativista Baía do Iguape, Territórios Quilombolas e Pesqueiros e o Polo Industrial Naval.** *RURIS - Centro De Estudos Rurais*, 2013; v.7, n. 2. Disponível em: SOBREPOSIÇÕES TERRITORIAIS NO RECÔNCAVO BAIANO: A RESERVA EXTRATIVISTA BAÍA DO IGUAPE, TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E PESQUEIROS E O POLO INDUSTRIAL NAVAL | Semantic Scholar. Acesso em: 03.06.2021.
- 44 PROST, C. **Resex marinha versus polo naval na baía do Iguape.** *Novos Cadernos NEA* v. 13, n. 1, 2010. p. 47-70. Disponível em: Universidade Federal da Bahia: Resex marinha versus polo naval na baía do Iguape (ufba.br). Acesso em: 30.06.2020.
- 45 VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** *Temáticas*, Campinas, SP, 2014. v. 22, n. 44. p. 203–220. Disponível em: A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa | Tematicas (unicamp.br). Acesso em: 30.06.2020.
- 46 BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** 4. ed. Lisboa/Portugal: Geográfica Editora, 2009.
- 47 LACAN, J. **Escritos – Função e campo da fala e da linguagem.** 1ª ed: Campo freudiano no Brasil–ZTahar, 1998. p. 942.
- 48 BENDASSOLLI, P. F.; GODIN, M. G. **Significados, sentidos e função psicológica do trabalho.** *Avances em Psicologia Latinoamericana*, v. 32(1), p. 131-147, 2014. Disponível em: v32n1a10.pdf (scielo.org.co). Acesso em: 13.07.2021.

- 49 AUGUSTO, M. M. et al. **Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa.** *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), v. 20, n. 1, p. 34-55, 2014. Disponível em: [Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa \(bvsa.org\)](#). Acesso em: 20.06.2021.
- 50 MARX, K. **O Capital.** Livro 2, v 3. Tradução: Reginaldo Sant'Anna, 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A. 1991.
- 51 ARENDT, H. **A condição humana.** 10. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.
- 52 ALMEIDA, T. M. C. et al. **A passos largos: meninas da periferia rumo à universidade e seus dilemas psicossociais.** *Sociedade e Estado* [online]. 2020, v. 35, n. 01. p. 101-134. Disponível em: [SciELO - Brasil - A passos largos: meninas da periferia rumo à universidade e seus dilemas psicossociais](#) A passos largos: meninas da periferia rumo à universidade e seus dilemas psicossociais. Acesso em: 25.01.22.
- 53 DEJOURS, C.; MOMBERGER, C. D. **Le travail entre souffrance individuelle, inteligência collective et promesse d'émancipation.** *les Le Sujet dans la cité.* L'Harmattan, 2010. n° 1, p. 59 - 72. Disponível em: [O trabalho entre sofrimento individual, inteligência coletiva e a promessa de emancipação | Cairn.info](#). Acesso em: 23.01.2022.
- 54 MERLO, A. R. C., & MENDES, A. M. B. **Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: Teoria, pesquisa e ação.** *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2009, p. 141-156. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v12i2p141-156>. Acesso em:13.06.2021.
- 55 DEJOURS, C. **Loucura do Trabalho:** Estudo de Psicopatologia do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1988.
- 56 QUIJANO, A. **A colonialidade do poder: eurocentrismo e latino-americanas.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em: [12_Quijano.pdf \(usp.br\)](#). Acesso em: 30.03.2020.
- 57 CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento.** *Estudos avançados* 17 (49), 2003. Disponível em: [*Sueli Carneiro \(scielo.br\)](#). Acesso em: 05.07.2021.
- 58 GERNET, I.; DEJOURS, C. **Évaluation du travail et reconnaissance.** *Nouvelle revue de psychosociologie*, 2009; v. 2. N. 8, p. 27-36. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelle-revue-de-psychosociologie-2009-2-page-27.htm>. Acesso em: 31.01.2022.
- 59 COELHO, E. B. S. et al. (orgs) **Violência: definições e tipologias [recurso eletrônico].** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014; 32 p. Disponível em: [Definicoes_Tipologias.pdf \(ufsc.br\)](#). Acesso em: 16.07.2021.
- 60 PENA, P. G. L.; GOMES, A. R. Exploração do Corpo no Trabalho ao Longo da História. In. VASCONCELLOS, L. C. F. de; OLIVEIRA, M. H. B. de. **Saúde, Trabalho e Direito: Uma Trajetória Crítica e a Crítica de uma Trajetória.** Rio de Janeiro, EDUCAM, 2011; p. 85-123.
- 61 BRASIL, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir/PR. **Racismo como determinante social da saúde.** Brasília – Distrito Federal, 2011. Disponível em: [racismo-como-determinante-social-de-saude \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 22.08.2021.

- 62 CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- 63 MINAYO-GOMEZ, C. **A Temática do Sofrimento nos Estudos sobre trabalho e saúde**. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. P. (Orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011; p. 385-408.
- 64 HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- 65 FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na pandemia Covid-19. A Quarentena na Covid-19: orientações e estratégias de cuidado**. Ministério da Saúde, 2020.
- 66 DARRIBA, V. A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a. *Ágora*, 2005; v. 8, n. 1, p. 63–76. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982005000100005>. Acesso em 03.03.2021.
- 67 KARAM, H. **O sujeito entre a Alcoolização e a Cidadania: Perspectiva Clínica do Trabalho**. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 2003; v. 25, n. 3. p. 468-474. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25n3/19619.pdf>. Acesso em: 10.09.2018.
- 68 KEMPER, M. L. C. **Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social**. *Cad. psicanal.* Rio de Janeiro, 2013; v. 35, n. 29, p. 105-125. Disponível em: *Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social (bvsalud.org)*. Acesso em: 01.04.2021.
- 69 SODRÉ, F. **Trabalho e as redes**. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. P. (Orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011; p. 297-314.
- 70 TRINDADE, A. A. M. et al. **Vigilância popular da saúde nas comunidades pesqueiras tradicionais e ecologia dos saberes no enfrentamento à COVID-19**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], 2021; v. 26, n. 12. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14682021>. Acesso em: 08.01.2022.
- 71 FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização**. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2011.
- 72 BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ**. *Ambiente & Sociedade. ANPPAS - Revista Ambiente e Sociedade*, 2004; v. 7, n. 1, p. 107-131. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/34147>. Acesso em: 30.06.2021.
- 73 OLIVEIRA, R. G. et al. **Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural**. *Cad. Saúde Pública* 2020; v. 36, n.9. Disponível em: csp_1501_20_pt.indd (fiocruz.br). Acesso em: 19.01.2021.
- 74 PORTO, M. F. et al. (orgs). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013; p. 306. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415764>. Acesso em: 19.04.2021.

75 GANEM, V. **Héritage de l'esclavage transatlantique et conduites actuelles des travailleurs pauvres au Brésil.** Dans *Travailler*, 2020; v. 2, n. 44, p. 53-70. Disponível em: *Héritage de l'esclavage transatlantique et conduites actuelles des travailleurs pauvres au Brésil* | Cairn.info. Acesso em: 03.01.2022.

CONCLUSÃO

O estudo expõe o sofrimento psíquico, banalizado pelas políticas públicas e só percebido pelo trabalhador da pesca artesanal quando este já não pode ser transformado em respostas criativas, principalmente pelas fortes pressões advindas dos interesses políticos e econômicos pautados no patrimonialismo que com estratégias de requintes internacionais, interferem nas suas condições de trabalho.

A formação das comunidades pesqueiras desde o Brasil Colônia, é marcada como forma de resistência dos povos escravizados como se vê em Diegues (1999), o que os faz serem qualificados neste estudo como “os Batalhadores”, exatamente como Jessé Souza (2011) refere-se às classes que se reinventaram sozinhas em piores condições de trabalho, tendo os sofrimentos de todos os tipos silenciados.

Os dados descortinados neste trabalho levam ao reconhecimento, portanto de que os enfrentamentos cotidianos destes trabalhadores e trabalhadoras das águas ao longo da história nacional relaciona-se ao gerenciamento do modo de viver “nas fronteiras dos limites humanos do sofrimento” como apontado por Pena & Martins (2014), como resistência diante das diferentes transformações ocorridas na pesca artesanal com a utilização de estratégias defensivas relacionadas à colaboração, coletividade, reconhecimento e gratificação.

Diegues (1999), informa que as transformações na pesca artesanal ocorreram pela expansão das estratégias políticas e econômicas escolhidas pelo poder público e privado como parte de um plano desenvolvimentista, o qual possibilita a exploração de recursos naturais, trazendo a reboque todas as mazelas subsequentes aos povos tradicionais, incluso o forte jogo de interesses sobre a diminuição da pesca artesanal em detrimento à industrial.

Na perspectiva do sofrimento sociopolítico estudado por Sawaia (1999, p. 97), faz-se inteligível que os limites emocionais das comunidades pesqueiras artesanais são colocados em risco, pois as pressões políticas e econômicas sobre seus modos de vida podem estabelecer a desorganização da sociabilidade comunitária. Tal fenômeno causam múltiplas

fragilidades aos sujeitos e dependência coletiva de um sistema estatal não correspondente às suas demandas, causando sentimentos relacionados ao “vazio social” passível de frustração.

Destarte, falar do modo de vida na pesca, é trazer a atividade laboral como elemento central na formação cultural de tradição e valores carregados de subjetividades. Então as interferências externas abruptas ao ambiente da pesca (em terra ou nas águas), traz à organização do trabalho modificações forçadas sem que haja espaço e tempo para defesas. Por exemplo, no caso do derramamento do óleo bruto em toda costa nordestina e parte da do Sudeste, os impedimentos chegaram sem aviso, sem responsáveis e sem período determinado para findar seus impactos.

Enquanto os horários de pesca se modificam, a carga horária se transforma, os resultados da pesca não garantem a segurança alimentar das famílias, todas as necessidades aumentam, o poder de compra diminui, a fome das crianças chega, as violências domésticas se potencializam e a alcoolização entre os jovens e mulheres ficam mais evidentes. As artimanhas da exclusão social refletem na falta de perspectiva aos jovens das comunidades, as quais fazem muitos pais interromperem o ciclo de passagem dos conhecimentos milenares por não desejarem a vida sofrida aos seus descendentes.

O sofrimento transatlântico permanece nas entranhas das injustiças sociais banalizadas pelo Estado diante dos inúmeros conflitos territoriais, contaminações dos espaços de morada/trabalho e dos desastres socioambientais trazendo à vida dos pescadores/pescadoras e marisqueiras artesanais estados de tensão constante. Entretanto, o maior risco psicossocial apresentado neste estudo é o da liberdade ameaçada, do gerenciamento do autoemprego desorganizado, sobretudo pela perda do diálogo entre as partes enquanto ocorre à revelia, os assassinatos de lideranças, invasões dos territórios e impedimentos ao livre acesso aos espaços pesqueiros artesanais.

Viver com medo e na perda da expectativa do bem viver pautado na igualdade de direitos à cidadania, remete ter latente a perda do espaço de fala conquistado após constantes lutas dos movimentos sociais a partir de 1970. Verdadeiro retrocesso aos tempos anterior ao da abolição da escravatura, em que corpos tratados como propriedade, quando fugidos para a liberdade de viverem nos quilombos, sofriam retaliações até a morte, de acordo com Reis (1996).

No que tange ao desafio de responder a despeito das condições de saúde relacionados ao sofrimento psíquico, este estudo traz limites metodológicos para afirmar a magnitude dos impactos da corporeidade desta classe, quando adoecida, na saúde mental.

No entanto compatibiliza com as investigações de Thais Gomes (2012) em sua dissertação de mestrado, de que há “necessidade de maior compreensão sociocultural e valorização da tradição e do prazer na arte da pesca/mariscagem para proposição de medidas preventivas ao trabalho”.

Destarte, neste estudo fez-se possível compreender que a falta de cuidados específicos à saúde dos povos das águas de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (Brasil, 2013) em função do racismo estrutural, pode configurar experiências de violência e negação por parte dos profissionais de saúde e de desconfiança quanto ao papel da saúde pública por parte dos pescadores e pescadoras artesanais.

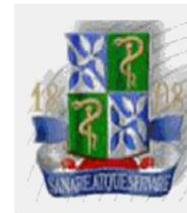
De acordo com Faustino (2019) os efeitos deletérios das violências sistêmicas às representações do si, do outro, da vida e da morte, diante do racismo, são geradores do sofrimento psíquico.

A compreensão que atravessa este estudo é de que ser pescador para os homens e mulheres das águas é motivo de orgulho, portanto a organização do trabalho sem as interferências contemporâneas já foi símbolo de fartura e de alegrias, mesmo diante das mãos calejadas e dos músculos esqueléticos comprometidos.

Expostos a riscos diferenciados à COVID-19, os processos de tensão em que passam os pescadores artesanais em tempo de pandemia dificultam o trabalho coletivo fonte de prazer, assim como de vivenciarem outras fontes reguladoras na elaboração do sofrimento patogênico em alegrias expressas no trabalho, nas manifestações culturais, nas culinárias, na existência de um povo que aprendeu a enfrentar o sofrimento da vida de forma peculiar, nas águas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA
Grupo de pesquisa em Saúde, Ambiente e
Sustentabilidade da Pesca Artesanal (PROSAS)
Largo do Terreiro de Jesus – Centro Histórico,
CEP: 40025-010. Telefones: (71) 3321-0383; 3321-
0983 e 3321-4503



APÊNDICE A

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - ROTEIRO

DADOS IDENTIFICADORES

ENTREVISTADOR: MARTA SANTOS

ENTREVISTADO:

IDADE:

DATA:

TEMPO: _____

1. VINCULAÇÃO

1.1 PODE APRESENTAR-SE?

2. TEMA: TRABALHO NA PESCA

3.1. O QUE SIGNIFICA TRABALHO NA PESCA PARA VOCÊ?

3.2 COMO COMEÇOU SUA HISTÓRIA NA PESCA/MARISCAGEM?

3.3. QUAL A IMPORTÂNCIA DO SEU TRABALHO NA SUA VIDA?

3.4. POR QUE PENSA QUE (DEPENDE DA RESPOSTA ANTERIOR)

- 3.5. O QUE VOCÊ FAZ EM TEMPOS DE BAIXA PRODUÇÃO PARA VIVER?
- 3.6. QUANDO VOCÊ ENTENDE QUE SEU TRABALHO APRESENTA PONTOS POSITIVOS? E NEGATIVOS?
4. QUAL A REDE QUE ESTÁ LIGADA AO SEU TRABALHO? (SÓCIO, COMPRADOR, BENEFICIADOR....) E QUAL É A IMPORTÂNCIA DELA NO SEU TRABALHO?

4. SAÚDE

- 4.1. QUAL SUA CONDIÇÃO DE SAÚDE HOJE?
- 4.2. COMO VOCÊ PENSA QUE O TRABALHO TEM AFETADO SUA SAÚDE?
- 4.3. O QUE VOCÊ PERCEBE SOBRE SUA SAÚDE ESTAR AFETANDO SEU TRABALHO?
- 4.4. COMO FAZ PARA CUIDAR DE SUA SAÚDE?
- 4.5. NO SEU MODO DE VER, PORQUE (DEPENDENDO DA RESPOSTA ANTERIOR- IR NÃO IR AO PSF, ESTAR OU NÃO COM ALGUMA ENFERMIDADE, SE TEM ALGUMA E NÃO SE CUIDA.....)

5. SUBJETIVAÇÃO

- 5.1. QUAIL(IS) SENTIMENTOS VOCÊ PERCEBE SENTIR POR SER PESCADOR/MARISQUEIRA?
- 5.2. SEGUNDO SEU PONTO DE VISTA, COMO AS CONDIÇÕES ATUAIS DA PESCA LHE AFETA?
- 5.3. ALGUMA VEZ VOCÊ JÁ PENSOU NA POSSIBILIDADE DESTAS CONDIÇÕES LHE IMPEDIR DE SER PESCADOR/MARISQUEIRA? O QUE VOCÊ SENTE DIANTE DESTA POSSIBILIDADE?
- 5.4. O QUE SIGNIFICA NÃO PODER PESCAR/MARISCAR?
- 5.5. COMO É SER PAI/MÃE PESCADOR/MARISQUEIRA
- 5.6. COMO JULGA A IMPORTÂNCIA DE CONTINUAR ENSINANDO A PROFISSÃO PESCADOR/MARISQUEIRA PARA OS JOVENS DA SUA COMUNIDADE?
- 5.7. A SITUAÇÃO DO DERRAMAMENTO DO ÓLEO E DA COVID 19, NA SUA VISÃO, PREJUDICA SEU TRABALHO EM QUAIS ASPECTOS? COMO VOCÊ SE SENTE DIANTE DELES (PERGUNTAR UM A UM)

- 5.8. COMO VOCÊ ESTÁ SE SENTINDO DIANTE DESTA PANDEMIA
- 5.9. QUAIS PENSAMENTOS LHE PASSAM SOBRE SER PESCADOR NESTES TEMPOS?

6. PRAZER X SOFRIMENTO X MECANISMOS DE DEFESA

- 6.1. QUAIS SÃO OS ASPECTOS MAIS DIFÍCEIS DO SEU TRABALHO QUE AFETAM SEU COMPORTAMENTO?
- 6.2. NA SUA PERCEPÇÃO QUAL(IS) SITUAÇÃO(ÕES) EM SEU TRABALHO PODE(M) CAUSAR SOFRIMENTO?
- 6.3. COMO VOCÊ PERCEBE O SOFRIMENTO?
- 6.4. VOCÊ COSTUMA OUVIR OU FALAR SOBRE SOFRIMENTO ENTRE OS PESCADORES/MARISQUEIRAS? SABE POR QUÊ?
- 6.5. QUANDO VOCÊ PENSA NA SUA VIDA, O QUE VOCÊ SENTE?
- 6.6. SUA SITUAÇÃO ATUAL DE TRABALHO LHE CAUSA PRAZER (SATISFAÇÃO)? PODE CONTAR QUANDO OU COMO?
- 6.7. COMO VOCÊ ENFRENTA AS DIFICULDADES DO TRABALHO?
- 7.7. QUAIS SÃO AS DIFICULDADES QUE VOCÊ TEM NA VIDA? ELAS LHE CAUSAM SOFRIMENTO?
8. O QUE VOCÊ FAZ PARA ENFRENTAR SUA VIDA?
9. VOCÊ FAZ PARTE DE ALGUMA ATIVIDADE COMUNITÁRIA?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA
 Grupo de pesquisa em Saúde, Ambiente e
 Sustentabilidade da Pesca Artesanal (PROSAS)
 Largo do Terreiro de Jesus – Centro Histórico,
 CEP: 40025-010. Telefones: (71) 3321-0383; 3321-
 0983 e 3321-4503



ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NÚMERO DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE PESQUISA FMB-UFBA:

CAAE-12024913.9.0000.5577 / PARECER 1.711.010

TÍTULO DO PROJETO: Sofrimento psíquico entre os Pescadores e Marisqueiras da Bahia de Todos os Santos e de Santiago do Iguape/BA.

NOME DO PARTICIPANTE:

NÚMERO DA IDENTIDADE (RG):

I. Introdução

Estamos convidando você a participar da pesquisa sobre a saúde e as condições do trabalho das pessoas que vivem da pesca artesanal.

II. O que queremos com esta pesquisa

Através dessa pesquisa queremos estudar as repercussões advindas das condições de vida, de saúde, da organização do trabalho e do ambiente na saúde mental dos Pescadores e Marisqueiras, especificamente o fenômeno chamado sofrimento psíquico. Com este estudo pretendemos ajudar a comunidade a identificar mais um quadro de saúde relacionado à saúde do trabalhador, bem como colaborar com os profissionais dos órgãos públicos a realizarem devidas notificações. Assim, objetivamos que este estudo ajude o governo a fazer políticas

públicas em educação e saúde que possam melhorar as condições de vida dos trabalhadores da pesca artesanal na Bahia.

III. Como será a sua participação na pesquisa

Você será convidado a participar de sessões coletivas, que pode durar uma hora. Os encontros ocorrerão na sua comunidade, em local adequado pra todos os envolvidos. Os assuntos abordados serão sobre as condições de seu trabalho, de sua saúde e de suas percepções sobre a vida. As sessões receberão um número e não terá seu nome e, deste modo, você não será identificado. As falas serão gravadas e anotadas simultaneamente. Também será acompanhado(a) durante a execução de seu trabalho. Durante o seu trabalho, você poderá ser fotografado(a) para que possamos conhecer melhor as condições do seu trabalho. Não haverá a divulgação dessas fotos. Estas fotos só podem ser publicadas caso você concorde e assine outro pedido concordando com o uso das fotografias. Este pedido não contém nenhuma autorização para publicar essas fotos.

Nenhum pesquisado (pescador/marisqueira) receberá bolsa em dinheiro ou qualquer remuneração.

Você tem a liberdade de retirar o seu consentimento e sair a qualquer momento da pesquisa, sem que isso tenha qualquer consequência e prejuízo na sua vida pessoal, no seu trabalho ou na comunidade.

Antes de concordar em participar desta pesquisa é importante que você leia (ou que alguém da sua confiança leia para você) e principalmente que você entenda tudo que está escrito neste Termo. Caso você queira, você pode discutir com seus familiares ou pessoa da sua confiança, ou mesmo trazer alguém para ficar ao seu lado quando estiver recebendo as informações sobre este projeto de pesquisa.

Se você aceitar participar do estudo, deve assinar este documento na última página.

IV. Objetivos da Pesquisa

Este estudo tem o objetivo de compreender o que e como você percebe as repercussões advindas das condições de vida, de saúde, da organização do trabalho e do

ambiente no sofrimento psíquico. Poderemos entender como você se sente e pensa sobre as consequências dos fatores de riscos ocupacionais, ambientais em sua vida.

V. Descrição da Pesquisa

Sua colaboração nesta pesquisa é apenas participando das sessões coletivas e na execução do seu trabalho quando será acompanhado pela pesquisadora. Não será coletado sangue, fezes ou urina e não será ministrado nenhum medicamento a você.

VI. Riscos da Participação na Pesquisa

Por ser uma pesquisa que consiste em falar dos aspectos subjetivos relacionados ao trabalho, os riscos são mínimos, porém devemos considerar que poderá ocorrer uma mobilização dos aspectos psíquicos. Caso você se sinta constrangido em expressar seus sentimentos e impressões, ou apresentar algum tipo de desconforto físico ou emocional, você deve se manifestar com a pesquisadora durante as sessões coletivas. Também, caso ocorra em outro momento, antes ou após participar das sessões coletivas, deve entrar em contato com o entrevistador ou com a coordenadora geral desta pesquisa, a Professora Rita de Cássia Franco Rêgo, no Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, sediada no Terreiro de Jesus, Pelourinho, Centro Histórico de Salvador pelo telefone (71) 3321-0383 ou pelo celular (71) 86291498 ou e-mail: ritarego1@gmail.com.

VII. Benefícios e Compensações

Caso você aceite participar, assinando este termo, você ajudará a entender melhor as repercussões do seu trabalho na vida e na saúde mental em sua comunidade, assim como contribuir para que as políticas públicas direcionem programas de prevenção e cuidados à saúde mental do trabalhador da pesca artesanal.

VIII. Despesas da Pesquisa

Você não terá despesa alguma com a pesquisa e não será remunerado(a) para participar do estudo.

IX. Confidencialidade da Pesquisa

Seu nome não será divulgado e, após sua participação, as sessões serão numeradas para a identificação e os participantes receberão códigos com letras e números. Assim manteremos o segredo sobre as suas informações. Nenhuma fotografia será publicada. Os resultados serão digitados e estarão disponíveis para você a qualquer momento.

A conclusão da pesquisa será divulgada para você e outros entrevistados, em reunião na comunidade, e logo após na Universidade e em revistas que trabalham com esse tema. Nessas publicações não haverá qualquer informação que traga prejuízo para você ou para a comunidade.

X. Obtenção de Informações

O pesquisador poderá esclarecer todas as dúvidas sobre o projeto, antes e durante o tempo da pesquisa.

Em caso de dúvidas ou maiores esclarecimentos, você poderá entrar em contato com a coordenadora e responsável pelo projeto, a Professora Rita de Cássia Franco Rêgo, no Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, sediada no Terreiro de Jesus, Pelourinho, Centro Histórico, e-mail: ritarego1@gmail.com e telefone (71) 3321-0383 ou celular (71) 86291498.

Se você tiver perguntas, dúvidas ou queixas contra este projeto pode também procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia (CEP FMB-UFBA), localizado no prédio desta Faculdade, no endereço: Praça XV de Novembro, S/N, Largo de Terreiro de Jesus, Pelourinho, Salvador-BA. CEP: 40025-010. CEP: 40025-010. E-mail: cep-fmb@ufba.br e telefone: (71) 3283-5564.

Eu li as informações acima e entendi o objetivo do estudo. Tive a oportunidade de fazer perguntas e todas foram respondidas. Compreendi ainda que para o uso de imagens que inclua minha pessoa, um novo consentimento me será pedido. Concordo com a utilização dos dados coletados, na forma que me foi informada neste termo. Eu assinei e datei este documento em duas vias e recebi uma via que devo guardar e manter comigo.

Digital

ASSINATURA DA PARTICIPANTE: _____

Assinatura da Testemunha:

Eu abaixo assinado, expliquei todos os detalhes deste projeto para a participante e lhe entreguei uma via assinada e datada do Termo.

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

DATA: